



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

**CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
NÍVEL DE MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LINGUAGEM E SOCIEDADE**

LOHANA LARISSA MARIANO CIVIERO

**O USO DA CONJUNÇÃO *E* NO TEXTO O MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO
CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL (MNU), DE LÉLIA GONZALEZ**

CASCADEL – PR

2020

LOHANA LARISSA MARIANO CIVIERO

**O USO DA CONJUNÇÃO E NO TEXTO O MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO
CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL (MNU), DE LÉLIA GONZALEZ**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – para obtenção do título de Mestre em Letras junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras – Nível de Mestrado e Doutorado – área de concentração em Linguagem e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Estudos da Linguagem: Descrição dos Fenômenos Linguísticos, Culturais, Discursivos e de Diversidade

Orientadora: Profa. Dra. Aparecida Feola Sella

CASCAVEL – PR

2020

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Civiero, Lohana Larissa Mariano

O uso da conjunção "e" no texto "O Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU)", de Lélia Gonzalez / Lohana Larissa Mariano Civiero; orientador(a), Aparecida Feola Sella, 2020.

103 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Cascavel, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2020.

1. Conjunção e. 2. Operador Argumentativo. 3. Marcador Discursivo. 4. Lélia Gonzalez. I. Sella, Aparecida Feola. II. Título.

LOHANA LARISSA MARIANO CIVIERO

**O USO DA CONJUNÇÃO E NO TEXTO O MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO
CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL (MNU), DE LÉLIA GONZALEZ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestra em Letras, área de concentração em Linguagem e Sociedade, linha de pesquisa Estudos da Linguagem: Descrição dos Fenômenos Linguísticos, Culturais e de Diversidade, APROVADA pela seguinte banca examinadora:

Profa. Dra. Aparecida Feola Sella
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
Orientadora

Profa. Dra. Isabel Cristina Cordeiro
Universidade Estadual de Londrina (UEL)
Membro Efetivo

Profa. Dra. Clarice Cristina Corbari
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
Membro Efetivo

Cascavel, 14 de fevereiro de 2020.

Às mulheres negras que seguem (re)existindo
em meio ao racismo e sexismo.

AGRADECIMENTOS

Durante o período deste mestrado acadêmico, muitos desafios foram direcionados a mim; em particular, a partida desse plano de dois familiares, cujo amor não consigo expressar com palavras: meu avô materno, Arlindo Mariano, e meu primo-irmão, Cláudio Henrique de Souza.

Ao meu avô, agradeço pelo amor e cuidado, por todos os ensinamentos, pelos conselhos, pela bondade e humildade sem igual, características que com certeza contribuíram para a minha constituição enquanto indivíduo. Espero um dia poder me ver aos olhos de seu Arlindo.

Ao Cláudio, agradeço por todos os momentos compartilhados, em especial por aqueles de nossa infância e adolescência. Agradeço pela confiança que depositava em mim. A sua memória sempre estará viva em meu coração com muito amor.

À minha avó materna, Derli Maria de Souza, que foi o pilar de minha criação, agradeço por todo amor, carinho, cuidado, pelos ensinamentos, por ser mais do que um exemplo de luta para a nossa geração. Obrigada por tudo!

À minha mãe, Lozinéier Maria Aires, que, mesmo longe, sempre se mostrou presente, agradeço por todo amor, cuidado, por todo apoio e incentivo nessa minha trajetória acadêmica. Se não fosse a insistência de minha mãe para que eu ingressasse em um curso superior, talvez não estivesse aqui hoje. Agradeço imensamente!

Ao meu amor, Renan Fabrício Lorenzatto da Silva, com quem há anos compartilho a vida, agradeço por todo companheirismo, carinho, afeto, amor, partilha, escuta, desabafos e trocas de teorias. Obrigada por estar comigo em todos os momentos possíveis e por me entender, incentivar e apoiar sempre. Obrigada por fazer parte da minha vida e estar presente!

À minha tia Maria Cristina Mariano e ao meu primo Leonardo Mariano, agradeço pela convivência diária, pelas conversas, desabafos. Muito obrigada!

Aos meus amigos, em especial Renan Paulo Bini, Jaqueline Danielle de Lima, Felipe André Oliveira Paulus, Naiara Cristina Bandeira, Adilson Venc e Leticia Barreto da Silva, agradeço por, mesmo de longe, estarem sempre torcendo por mim. Aos demais amigos e colegas, o meu muito obrigada!

Ao meu pai, Edinei Civiero, e ao meu padrasto, Humberto Aires, que, direta e indiretamente, contribuíram para essa conquista. Agradeço também aos demais familiares.

À equipe Edunioeste 2019, agradeço por todo o carinho e apoio.

À minha orientadora, Aparecida Feola Sella, agradeço por todas as orientações, sugestões, correções e por toda atenção dedicada a este trabalho. Agradeço também por todo carinho que tem por mim.

À banca examinadora, Clarice Cristina Corbari e Isabel Cristina Cordeiro, agradeço pela disponibilidade e por todas as contribuições para o desenvolvimento desta pesquisa.

De modo especial, à Lélia Gonzalez, agradeço pela escrita singular do capítulo *corpus* desta pesquisa. Agradeço também por seu exemplo de luta e ativismo para a população negra; foram anos dedicados ao povo negro, que foram resultados de conquistas para a nossa geração. Que o legado de Lélia Gonzalez seja sempre lembrado e propagado.

E, por fim e mais importante, a Deus, por me iluminar e me dar forças nos momentos difíceis.

“Além disso, o seguinte: sou negra e mulher. Isso não significa que eu sou a mulata gostosa, a doméstica escrava ou a mãe preta de bom coração. Escreve isso aí, esse é o meu recado pra mulher preta brasileira. Na boa”.

Lélia Gonzalez

CIVIERO, Lohana Larissa Mariano Civiero. **O uso da conjunção e no texto O Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU)**", de Lélia Gonzalez. 2020. 103 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2020.

RESUMO

Nesta pesquisa, desenvolvemos análises sobre o funcionamento da conjunção **e** no processo argumentativo presente no capítulo *O Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU)*, escrito por Lélia Gonzalez, constante da obra *Lugar de Negro*. Gonzalez é uma das personalidades mais relevantes para os movimentos negro e feminista no Brasil e o capítulo em tela contém processos argumentativos que revelam o estilo de escrita da autora. O **e** indica justamente traços de linearidade que asseguram uma leitura mais acessível. Recorremos aos conceitos de Operador Argumentativo, Marcador Discursivo e Coordenador Semântico para o entendimento de como os processos argumentativos acionados por essa conjunção efetivaram as intenções da autora. Para tanto, sustentamos a pesquisa nos pressupostos teóricos da Linguística Textual, Semântica Argumentativa, Análise da Conversação e nas orientações de Quirk e Greenbaum (1973). Selecionamos os recortes do *corpus* de análise pela ordem de aparecimento no capítulo, que revelaram ser o **e** não só uma conjunção aditiva, mas também um verdadeiro indicador de traços argumentativos dos quais Gonzalez se apropriou para tecer uma escrita mais acessível diante de seus propósitos de ativista. Esperamos contribuir tanto para as pesquisas sobre o funcionamento dos elementos linguísticos em textos escritos quanto para os estudos sobre a importância de Gonzalez como ativista e pesquisadora.

Palavras-chave: Conjunção **e**; Operador Argumentativo; Marcador Discursivo; Coordenador Semântico; Lélia Gonzalez.

ABSTRACT

In this research, we developed analysis about the function of the conjunction **e (and)** in the argumentative process of the chapter *O Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU)*, written by Lélia Gonzalez, in the work *Lugar de negro*. Gonzalez is one of the most outstanding figures in the black and feminist movements in Brazil and this chapter contains argumentative processes that reveal the author's style. The conjunction **e (and)** indicates traits of linearity that provides a more accessible reading. We resorted to the concepts of Argumentative Operator, Discourse Marker and Semantic Coordinator for understanding how the argumentative processes built by the conjunction **and** shows the author's intentions. Therefore, this research was based on the theoretical assumptions of Textual Linguistics, Argumentative Semantics, Conversation Analysis and on Quirk e Greenbaum's (1973) guidelines. We selected parts of the *corpus* following the chronological order in the chapter, which reveals that **e (and)** is not only an additive conjunction, but also an indicator of traits of linearity that Gonzalez uses for a more accessible writing considering her activist's proposes. We expect to contribute both to research about the functioning of linguistics elements in written texts and to studies about the importance of Gonzalez as activist and researcher.

Keywords: Conjunction **and**; Argumentative Operator; Discourse Marker; Semantic Coordinator; Lélia Gonzalez.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CS	Coordenador Semântico
L	Linha
LT	Linguística Textual
MD	Marcador Discursivo
MF	Movimento Feminista
MN	Movimento Negro
MNU	Movimento Negro Unificado
MNUCDR	Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial
OA	Operador Argumentativo
SN	Sintagma Nominal

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1 – Mudança estética de Lélia Gonzalez até o seu reconhecimento como mulher negra – uma (re)construção identitária.....	48
Figura 2 – Índice da obra <i>Lugar de negro</i> (1982)	59
Quadro 1 – Síntese dos recortes e das análises indicadas	78
Quadro 2 – Número de ocorrências do e	80

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 REFLEXÕES SOBRE TEXTO, GRAMÁTICA E A CONJUNÇÃO E	17
1.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE TEXTO	17
1.2 A CONJUNÇÃO <i>E</i> : FUNÇÕES NO ÂMBITO DO TEXTO	23
1.3 OPERADOR ARGUMENTATIVO (OA), COORDENADOR SEMÂNTICO (CS) E MARCADOR DISCURSIVO (MD): FUNÇÕES DO <i>E</i>	30
2 A FLUIDEZ DA ESCRITA: DE ALMEIDA A GONZALEZ	40
2.1 LÉLIA DE ALMEIDA – DA INFÂNCIA AO CASAMENTO.....	40
2.2 ENFIM LÉLIA GONZALEZ – A INTELLECTUAL.....	45
2.3 LÉLIA GONZALEZ – A ATIVISTA DO MOVIMENTO NEGRO (MN), DO MOVIMENTO FEMINISTA NEGRO E AUTORA.....	49
2.4 SOBRE A OBRA <i>LUGAR DE NEGRO</i> E O CAPÍTULO <i>O MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (MNU)</i>	55
3 METODOLOGIA E ANÁLISE DO CORPUS	62
3.1 PASSOS METODOLÓGICOS.....	62
3.2 ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	86
ANEXO 1: CAPÍTULO <i>O MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL (MNU)</i>	90

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa volta-se para as multifuncionalidades do **e** em um capítulo escrito por Lélia Gonzalez, autora conhecida como ativista de relevância do Movimento Negro (doravante MN) no Brasil. Seus escritos são pauta tanto em termos de recuperação do histórico do MN quanto principalmente em relação ao feminismo negro.

A pesquisa emergiu da necessidade de contribuir com novas perspectivas sobre as obras e sobre a vida de Lélia Gonzalez, as quais podem ser somadas aos estudos relacionados não só ao histórico de lutas conquistado por Gonzalez, mas também às pesquisas sobre processos de argumentação em textos escritos, uma vez que pretendemos verificar como a autora recorre ao elemento **e** para tecer sua escrita empolgante e cativante.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, selecionamos a obra *Lugar de negro* (GONZALES; HASENBALG, 1982), a qual traça um panorama geral sobre a situação do negro brasileiro na década correspondente. Na obra, dois autores manifestam suas opiniões sobre a negritude brasileira: Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg. Especificamente, nos escritos de Gonzalez, no último capítulo da primeira parte da obra, intitulado *O Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU)*, há peculiaridades argumentativas criadas pela autora, como o uso recorrente do **e** em recortes em que caberia outra conjunção.

Nesta pesquisa, o **e** será designado de acordo com duas questões centrais. A primeira advém da necessidade de optar por um termo mais neutro, uma vez que investigamos funções distintas para o **e**. Por isso, utilizamos o termo *conjunção* para tratarmos das distintas funções que selecionamos para este estudo. Embora estejamos tratando de um texto em particular, do gênero capítulo de livro, o processo de escrita de Gonzalez exibe certo cuidado. O texto peculiar flutua entre a narrativa, dissertação ou mesmo argumentação, entre nuances da modalidade oral e da escrita. A segunda questão esbarra mais uma vez nas funções do **e**, mas, dessa vez, centra-se nas terminologias tradicionalmente utilizadas. O termo *conjunção* serve aos propósitos de tratarmos o **e** como um elemento linguístico propenso ao fluxo textual; na performance de elo entre porções textuais. Então, a depender da atuação do **e** nos recortes textuais selecionados, optamos por usar os termos *Operador Argumentativo* (OA), *Marcador Discursivo* (MD) e *Coordenador Semântico* (CS). Ainda salientamos

que tais funções podem ser imbricadas, principalmente quando pensamos na função de CS, tal qual propõem Quirk e Greenbaum (1973), o que somente podemos explicar no cotejo das análises aqui realizadas.

Desse modo, o objetivo geral é compreender tanto o funcionamento do *e* no processo argumentativo do capítulo *O Movimento Negro Contra a Discriminação Racial (MNU)* quanto a fluidez textual gerada por Gonzalez. Traçamos os seguintes objetivos específicos: 1) Proceder ao levantamento de textos que possam contribuir para o entendimento do contexto em que Gonzalez produziu o capítulo/livro sob análise; 2) Selecionar e examinar recortes do capítulo, que se configuram como *corpus* da pesquisa, em que o *e* atua ora como OA, ora como MD, ora como CS, e avaliar as funções assumidas que podem coocorrer em certos recortes; e 3) Entender os processos argumentativos acionados por essa conjunção, os quais indicam a escrita de Gonzalez.

A obra *Lugar de negro* tem grande relevância para o entendimento das questões do povo negro brasileiro. Sua publicação ocorreu na década de 1980, porém, os escritos da obra ainda se enquadram no contexto atual do Brasil, isto é, trata-se de escritos representativos e peculiares. Mesmo com essa visível relevância, não há muitas pesquisas que se refiram a esta obra. Ademais, tendo em vista o que é esperado do gênero livro (com perfil acadêmico), *Lugar de negro* distancia-se de algumas expectativas, pois apresenta, ao longo da obra, certa hibridez de tipologia textual, principalmente na primeira parte da obra, de autoria de Gonzalez, em que a autora utiliza ora narração ora descrição, por exemplo.

Como mulher negra e pesquisadora, tenho¹ a consciência de que devo contribuir para o não apagamento e não esquecimento de nomes importantes na história da luta do povo negro. Lélia Gonzalez, cofundadora do Movimento Negro Unificado (doravante MNU) no Brasil, é um desses nomes que não podem ser esquecidos, uma vez que sua luta foi fundamental para a população negra no Brasil, principalmente para a mulher negra brasileira, pois foi a primeira a expor publicamente a questão racial ao Movimento Feminista.

¹ Nesse trecho, a mudança de 1ª pessoa do plural para a 1ª do singular mostra-se relevante para a justificativa da pesquisa.

Para que sejam entendidas as particularidades textuais do texto da ativista, verificamos não só o estilo assumido por ela, mas também o contexto que a inspirou para o desenvolvimento de sua escrita. Assim, consideramos dados de sua história de militante, de docente, de mulher e de agregadora de opiniões. Neste último caso, o termo *agregar* reflete, aqui, mais especificamente, a organização do texto empreendida pela autora.

A pesquisa mostra-se relevante, ainda, por ter como foco central o estudo sobre OA, MD e CS a partir do texto de Gonzalez. Além de analisar a escrita dessa autora, também trará uma nova perspectiva aos estudos sobre a estrutura composicional de um texto, agregando-se, assim, à teoria da Linguística Textual (LT) e trazendo mais dados sobre a produção escrita da década de 1980.

Tendo em vista a importância da trajetória que o conceito de texto teve ao longo da história, na primeira seção, discorreremos sobre a construção dessa concepção, tendo por base o histórico da LT, a partir de autores como Koch (1992, 2000, 2001), Bentes (2003) e Marcuschi (2012). Descrições e apontamentos sobre o *e* foram retiradas de Quirk e Greenbaum (1973), Cunha e Cintra (1985) e Neves (2006), por exemplo, pois se mostram relevantes para melhor entendimento da funcionabilidade que o *e* pode adquirir no texto. Além disso, buscamos, a partir de Ducrot (1989), Koch *et al.* (1996), Neves (2000), Koch (2003), Corbari (2005), Jubran (2006, 2015), entre outros, reflexões teóricas sobre o *e* como OA, MD e CS.

Já na seção dois, por meio de autores que contribuem para a manutenção e fortalecimento da memória de Gonzalez, como Ratts e Rios (2013), traçamos a trajetória de vida da ativista, percorrendo desde sua infância, adolescência, até Gonzalez tornar-se intelectual, ativista, autora, para que seja compreendida a realidade dela, bem como seu legado para os negros brasileiros. Tecemos, ainda, um panorama geral do contexto em que a obra selecionada para esta pesquisa foi escrita e publicada.

Na última seção, descrevemos a metodologia aplicada para a realização desta pesquisa e apresentamos as funções do *e* conforme análises realizadas no *corpus*. E, por fim, apontamos considerações sobre o estudo desenvolvido neste trabalho.

1 REFLEXÕES SOBRE TEXTO, GRAMÁTICA E A CONJUNÇÃO E

1.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE TEXTO

Segundo Bentes (2003), a LT surgiu durante a década de 1960, na Europa, porém, começou a ter destaque somente a partir de 1970. Em seus primórdios, essa base teórica tinha como objetivo a análise transfrástica, isto é, a descrição sobre as relações internas de determinada oração no texto. A autora observa que os estudos iniciais sobre o texto como objeto de análise partem da frase para o texto, porque a preocupação naquela época era vinculada às “[...] relações que se estabelecem entre as frases e os períodos, de forma que construam uma unidade de sentido” (BENTES, 2003, p. 247). Nessa primeira fase da LT, o texto era considerado apenas como uma sequência de frases. Koch (1992) acrescenta que, nesse período, “não se faz, ainda, distinção nítida entre fenômenos ligados uns à coesão, outros à coerência do texto” (KOCH, 1992, p. 11).

O texto *Linguística Textual*, de Bentes (2003), pode servir para exemplificação do que ocorria naquela época. A autora explica a análise transfrástica:

(1) *Pedro foi ao cinema. Ele não gostou do filme.* [...] O uso do pronome está fornecendo ao ouvinte/leitor instruções de conexão entre a predicação que se faz do pronome [...] e o próprio SN em questão (considerado como aquele sobre o qual também já se disse algo). Esse movimento contribui para a construção da imagem do referente (“Pedro”) por parte do ouvinte. Será a congruência entre as predicações feitas sobre o pronome e o próprio SN (“Pedro”), e não só a concordância de gênero e número, que permite afirmar que o pronome *ele* é co-referente de *Pedro*. Em outras palavras, é por conta desta congruência que sabemos que o pronome *ele* se refere a *Pedro* (BENTES, 2003, p. 247).

Nesse recorte, verifica-se que há certa relevância para o reconhecimento de como as classes de palavras se inter-relacionam em um processo sequencial e, também, verticalmente, uma vez que se guia a análise para os termos internos ao Sintagma Nominal (SN), e para a correferencialidade. Em (1), a ida ao cinema autoriza o leitor a entender que o pronome *Ele* retoma *Pedro*, bem como o fato de *ir* e *gostar* indicam o traço mais animado para o SN que atua como sujeito. A consequência a

que se refere a autora, no exemplo citado, fica evidente porque não há mais SN com o traço mais animado envolvido no processo de retomada.

No segundo período da LT, na década de 1970, diversos estudiosos passaram a se interessar pela gramática do texto, ou seja, tinham interesse em observar também os fenômenos que constituem dado texto na língua (KOCH, 1992). Porém, até aquele momento, os pesquisadores não conseguiram determinar o que seria ou não um texto. Os estudos sobre LT aqui no Brasil iniciaram em meados da década de 1980, tendo por suporte as pesquisas realizadas na Alemanha, Holanda, Inglaterra, Estados Unidos da América e Espanha. Além disso, é necessário ressaltar que foram Koch e Marcuschi que introduziram esse estudo aqui no país (BLÜHDORN; ANDRADE, 2005).

A concepção de Koch (2000) sobre o termo *texto*, antes da década de 1980, pelo menos no Brasil, era tido como um produto, ou seja, uma estrutura completa, com coesão e coerência, características que deveriam ser observadas por meio do próprio texto, muito embora se reconhecesse que algumas subcategorias da coerência fizessem parte do processo de interação. Assim, alguns fatores textuais foram considerados como relativos ao ato de ler; desse modo, adentramos a terceira e atual fase da LT, especificamente, a partir de meados da década de 1990, em que “[...] o texto deixa de ser entendido como uma estrutura acabada (produto), passando a ser abordado no seu próprio processo de planejamento, verbalização e construção” (KOCH, 2000, p. 21), ou seja, o texto já não era conceituado como algo pronto e isolado.

As várias vertentes da LT decorrentes dessa caminhada movimentaram reflexões importantes para a noção do que é o texto, principalmente porque geraram o entendimento de que se deve considerar o contexto do qual emerge. Esse contexto, em decorrência, passa a ser identificado, conforme Bentes (2003), “como o conjunto de condições externas da produção, recepção e interpretação dos textos” (BENTES, 2003, p. 251). Segundo Rocha e Silva (2017), em determinado texto, há diversos fatores multiculturais que o configuram, uma vez que aquele que o enuncia aciona um conjunto complexo de aspectos em sua produção, tanto do texto escrito quanto do falado. Nessa perspectiva, “As questões sociais, cognitivas e interacionais fazem com que os estudos da LT transformem o texto em um canal estruturado da seguinte forma:

processo/ ação/ interação” (ROCHA; SILVA, 2017, p. 28). Com isso, a LT torna-se um verdadeiro marco para a Linguística na atualidade.

Portela (2004) pontua as preocupações da LT:

[...] o texto e suas ações lingüísticas (conhecimentos gramaticais e enciclopédicos), cognitivas (conhecimentos guardados a curto, médio e longo termo) e sociais (contratos e convenções determinados por uma dada sociedade), as quais estão envolvidas em sua organização (pesquisa de idéias), produção (planejamento), compreensão (análise e síntese) e funcionamento (intenção/aceitação) no meio social (PORTELA, 2004, p. 86).

A partir disso, é possível relacionar as ações lingüísticas, cognitivas e sociais com o texto, objeto de estudo da LT, uma vez que, a partir disso, é necessário ver a globalidade do texto, entendendo assim o processamento da escrita.

Koch (2000) também permite que pensemos em um conceito de texto mais amplo do que o proposto inicialmente, pois reconhece que há uma rede complexa de fatores, muitos dos quais estão fora do próprio texto. Propõe, portanto, que o texto indique sentidos, mas ressalta que ele não é a única fonte desses sentidos. A teórica pontua que um texto só se constrói a partir do momento em que ocorrem as interações comunicativas globais, por meio dos diversos elementos que constituem as atividades interacionais, como a manifestação lingüística, a situação, a cognição, os aspectos referentes ao sociocultural. Desse modo, “[...] o *sentido não está no texto*, mas se *constrói a partir dele*, no curso de uma interação” (KOCH, 2000, p. 25).

Vejamos agora um recorte do nosso *corpus* de análise:

Ele retrucou, dizendo que sabia muito bem do trabalho que eu vinha realizando “por aí” e que isso era tão importante quanto os livros do “cobras”. **E** foi aí, então, que me incumbiu de representar a Quilombo no Ato Público: “Não importa o que você diga, que eu assino embaixo”. Pela primeira vez, para mim, alguém me fazia refletir sobre a responsabilidade que se tem quando se começa um trabalho “por aí”... (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 46, grifo nosso).

No recorte, Gonzalez relata como aconteceu o convite para fazer parte do folhetim de enredo do carnaval. Podemos observar que a autora utiliza expressões da língua oral/falada em seu texto (como “por aí”), fenômeno de demonstra, assim, a “rede de fatores” discutida anteriormente, com base em Koch (2000). Gonzalez utiliza esse recurso para que o leitor crie certa ambientação com relação ao que está sendo

relatado. Além disso, o sentido do texto é construído a partir da narrativa de Gonzalez, intensificada com o uso do *e*; é fundamental o emprego da conjunção para que a construção dos fatos seja, assim, efetivada. Também o *e*, precedido de *foi aí* – uso comum na língua falada –, representa a situacionalidade do acontecimento, em que a autora demarca aspectos de tempo e consequência com relação àquilo que foi dito na porção textual anterior.

Os sentidos desse recorte (e do capítulo como um todo) são indícios de que leitores diversos podem estabelecer processos de interpretação. Um ativista, contemporâneo de Gonzalez ou não, pode constituir relações diferenciadas daquele leitor que não esteja engajado na causa.

Em seu escrito *Lingüística textual: quo vadis?*, Koch (2001) apresenta ainda mais definições sobre os textos. Segundo a autora, eles atuam

[...] como formas de cognição social, permitem ao homem organizar cognitivamente o mundo. E é em razão dessa capacidade que são também excelentes meios de intercomunicação, bem como de produção, preservação e transmissão do saber. Determinados aspectos de nossa realidade social só são criados por meio da representação dessa realidade e só assim adquirem validade e relevância social, de tal modo que os textos não apenas tornam o conhecimento visível, mas, na realidade, sócio-cognitivamente existente (KOCH, 2001, p. 7).

A partir das reflexões de Koch (2001), podemos observar que, por meio de um texto, o ser humano consegue desenvolver sua cognição. Com isso, o homem é capaz de difundir determinados aspectos de sua realidade; somente assim, esses aspectos adquirem determinados valores e/ou relevância na sociedade.

Koch (2000) ressalta que é necessária a existência de novos e competentes modos de representação para que determinado conhecimento possa ser revolucionário, ou, até mesmo, ter um propósito de evolução. Além disso, a autora ilustra essa definição de *texto*, a partir da metáfora do *iceberg*, isto é, ela discorre que todo e qualquer texto tem exposta uma superfície mínima e uma grande parte escondida, implícita. Para que esta outra área do *iceberg* seja vista e, a partir disso, consiga-se compreender o sentido, é “necessário o recurso de vários sistemas de conhecimento e a ativação de processos e estratégias cognitivas e interacionais” (KOCH, 2000, p. 25).

Seguindo essa perspectiva apresentada pela teórica, podemos dizer que os sentidos presentes em determinado texto são decorrentes do histórico da composição da obra, ou seja, é necessário entender o texto em seu contexto de produção, já que a própria coesão textual serve para repassar os propósitos argumentativos, nascidos de objetivos demarcados por um histórico de vida, de conhecimentos, de conquistas, entre outros.

Assim, podemos dizer que os sentidos presentes no capítulo *O Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU)* são decorrentes do histórico da composição do livro como um todo e do capítulo de livro em questão. Neles, estão circunscritos os trajetos que Gonzalez percorreu para criar sensibilidade e motivação de escritora ativista.

Observemos o recorte a seguir:

Contatos foram estabelecidos com o Rio de Janeiro. Um dos atletas negros do Tiête veio ao nosso encontro para informar sobre os acontecimentos; cabia-nos, agora, mobilizar as entidades negras cariocas. Abdias do Nascimento, que chegara ao Rio de alguns dias antes, proveniente dos Estados Unidos, topou logo participar do processo. **E** não dá para esquecer aquela tarde ensolarada em que a gente se mandou para Coelho Neto, pra levar um papo com Candeia sobre a participação da Quilombo no Ato Público. Papo vai, papo vem, ele nos presenteou com o folheto do enredo para o próximo carnaval: Noventa anos de Abolição (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 45, grifo nosso).

Nesse recorte, o leitor tem uma perspectiva da movimentação ocorrida na época em que o texto foi escrito, o qual estava vinculado à consolidação do Ato Público Contra o Racismo. Esse Ato aconteceu no dia 07 de julho de 1978, em frente ao Teatro Municipal de São Paulo, e tinha como principal objetivo denunciar, repudiar e protestar contra as últimas ações de racismo a que a comunidade afro-brasileira estava sendo submetida (GONZALEZ; HASENBALG, 1982).

Assim, podemos observar que o enunciado precedido do **e** faz com que o fluxo do texto seja interrompido, se comparado com as porções textuais apresentadas antes e depois de tal enunciado. Por outro lado, mesmo com esse fenômeno – demonstrando outra esfera temporal –, a coerência do recorte apresentado não é atingida, pois a construção de um sentido é proporcional ao contexto e a tudo que está envolvido no interior e no exterior do texto.

Koch (2004) recorre a Beaugrande e Dressler (1981) para publicar sete critérios de textualidade do texto: *coesão*, *coerência* – que fazem parte do texto –, *informatividade*, *situacionalidade*, *intertextualidade*, *intencionalidade* e *aceitabilidade* – que integram o usuário. O leitor, ao ler o recorte do *corpus* apresentado anteriormente, por exemplo, precisa lidar com o intertexto, com as inter-relações que são sugeridas ou não pelo texto e com os demais critérios que perpassam determinado texto.

O primeiro conceito citado, o de *coesão textual*, diz respeito aos elementos de determinada língua, que estabelecem no texto certas relações para que ele faça sentido. É por meio desses elementos que o texto se forma. De acordo com Koch (2004),

Costumou-se designar por *coesão* a forma como os elementos lingüísticos presentes na superfície textual se interligam, se interconectam, por meio de recursos também lingüísticos, de modo a formar um “tecido” (tessitura), uma unidade de nível superior à da frase, que dela difere qualitativamente (KOCH, 2004, p. 35).

É relevante ainda discorrermos aqui sobre a noção de *coerência textual*. Na nossa pesquisa, esse conceito somente será acionado quando a construção de um sentido estiver diretamente relacionada ao contexto e a tudo que está envolvido na relação entre interior e exterior do texto. Para Koch e Travaglia (2003),

[...] a coerência está diretamente ligada à possibilidade de estabelecer um sentido para o texto, ou seja, ela é o que faz com que o texto faça sentido para os usuários, devendo, portanto, ser entendida como um princípio de interpretabilidade, ligada à inteligibilidade do texto numa situação de comunicação e à capacidade que o receptor tem para calcular o sentido deste texto (KOCH; TRAVAGLIA, 2003, p. 21).

Desse modo, a *coerência textual* está ligada também à ordem canônica presente nas línguas em geral. Guimarães (1987), ao discorrer sobre organização textual e orientação argumentativa, ressalta: “A *coesão* seria a relação entre as formas do texto que se dão no limite proposto pela orientação argumentativa. A *coerência* seria a consistência de sentido em relação ao lugar argumentativo para onde indica o texto [...]” (GUIMARÃES, 1987, p. 194-195). Essa concepção do autor se completa, mesmo que no próprio texto haja perspectivas divergentes. Ademais, é importante ressaltar que a semântica textual se dá a partir da *polifonia*, *intertextualidade* etc.: “[...]”

os efeitos de sentido de um texto não se limitam aos efeitos de sua orientação argumentativa” (GUIMARÃES, 1987, p. 195). No processo de construção dos sentidos de um texto, devemos considerar inclusive o que não está posto na sequência argumentativa, por exemplo, o contexto em que aquele dado texto foi escrito.

Koch (1992) se apoia em Halliday e Hasan (1976) para disseminar o funcionamento da conjunção em um texto, uma vez que se trata de um dos principais fatores coesivos que asseguram a sequencialidade textual, pois podem garantir, no caso das conjunções coordenativas, por exemplo, noções como adição, contraposição, causa, explicação. Conforme exposto anteriormente, nossa atenção reside apenas na categoria de *coesão sequencial*², uma vez que ela se refere aos aspectos linguísticos que se relacionam entre os segmentos textuais.

Marcuschi (2012) frisa que “[...] as categorias textuais devem abranger tanto os aspectos sintáticos como os semânticos e pragmáticos” (MARCUSCHI, 2012, p. 52), uma vez que um texto não pode ser estabelecido como um conjunto sequencial de frases coesas, mas necessariamente um texto precisa ser entendido como uma sequência – escrita e falada – de atos de linguagem.

Por meio de nossas análises, então, buscamos apresentar elementos sintáticos, semânticos e, ainda, pragmáticos, sobre os quais Marcuschi (2012) discorre. Somente por meio desses aspectos poderemos analisar com precisão a conjunção **e** nas porções textuais escritas por Gonzalez.

1.2 A CONJUNÇÃO **E**: FUNÇÕES NO ÂMBITO DO TEXTO

O sintaxista de Língua Portuguesa, Manuel Said Ali (2008), ao discorrer sobre os pronomes, cita que o **e**, quando utilizado na introdução de orações coordenadas, deveria se tornar o pronome *anteverbal*. Segundo o autor, o **e** é um vocábulo essencialmente átono, ou seja, o vocábulo mais fraco da oração. Said Ali (2008) apresenta um trecho traduzido do português antigo: “*E Amaro partio-se e foi-se pera*

² Muito embora nossa pesquisa se pautar na noção de texto como processo, observamos que a verificação do funcionamento do **e** requer reflexões sobre o plano teórico relativo à estrutura linguística do texto sob estudo.

*sua companhia; e Amaro ergue-o a mão e benzeu-os*³ (SAID ALI, 2008, p. 38). Com esse exemplo, o autor nos mostra que, desde o português antigo dos séculos XVI e XVII, o **e** era utilizado sem razões aparentes. A partir disso, a Língua Portuguesa adquiriu a construção regular que utilizamos até os dias de hoje no que diz respeito à utilização do **e**. Nesse sentido, ainda segundo Said Ali (2008), o **e** é uma conjunção prescindível, isto é, sem valor, substituível, pois a razão de seu uso seria

[...] manter o paralelismo de construção entre orações da mesmíssima natureza. Questão de lógica oracional. Conforme se colocava o pronome na oração fundamental, assim se havia de colocar nas coordenadas, uma vez que não houvesse outras causas perturbadoras. [...] Tanto se diz: *procurei-o e salvei-o; adverti-o, mas respondeu-me*, como se diz: *quis vê-lo; arrependi-me* ou *aproximaram-se; mataram-no* (SAID ALI, 2008, p. 38).

Para o autor, o uso ou não da conjunção daria no mesmo. Buscando o sentido dicionarizado de *conjunção*, o primeiro significado que o Michaelis (2018) *online* apresenta é “Ato ou efeito de conjungir; ligação, associação, reunião, união, ajuntamento” (MICHAELIS, 2018, s.p.). Após mais dez definições e sentidos, o dicionário *online* apresenta *Expressões*; a primeira delas é segundo a tradição gramatical: “Conjunção aditiva, GRAM: conjunção coordenativa (p ex, *e* ou *nem*) que liga duas orações coordenadas ou dois termos de idêntica função na mesma oração; aditiva, conjunção aproximativa, conjunção copulativa” (MICHAELIS, 2018, s.p.). Com isso, podemos observar que o dicionário Michaelis (2018) expõe para o **e** a função de mero aditivo, ou seja, em um enunciado, essa conjunção somente terá a utilidade de ligar orações e/ou palavras, sentido muito similar ao que Said Ali (2008) expõe.

Em uma das primeiras edições de sua obra *Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever*, Garcia (1978), ao falar sobre conjunções coordenativas, discorre que são elas que estabelecem determinado relacionamento de ideias ou pensamentos entre palavras, sintagmas, e/ou grupos de palavras. O autor ressalta que essas conjunções têm certo grau de travamento sintático em relação às conjunções subordinativas. O **e** é considerado uma conjunção comum e a mais vazia de sentido, pois a função do **e** é a de juntar palavras de dada natureza e função.

³ O trecho foi traduzido para a língua portuguesa moderna para que a leitura fosse possível. Vide em: KLOB, Otto. *La Vida de sancto Amaro, texte portugais du XIVE siècle*. In: Romania, tome 30 n°120, 1901. p. 504-518.

Embora o **e** possa fazer a junção de palavras de uma mesma função, como em “O entusiasmo dos debates com aquele público eminentemente negro **e** jovem [...]” (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 47, grifo nosso), em que o **e** liga dois adjetivos que caracterizam as pessoas que estavam participando do evento para debater os noventa anos da abolição da escravidão, percebemos que há certo objetivo de Gonzalez ao organizar seu enunciado – no caso, ao trazer *negro* antes de *jovem*. Isso demonstra, porventura, que o **e** pode não ser uma conjunção tão vazia de sentido assim.

Os gramáticos Cunha e Cintra (1985) discorrem que as conjunções são

[...] os vocábulos gramaticais que servem para relacionar duas orações ou dois termos semelhantes da mesma oração. As CONJUNÇÕES que relacionam termos ou orações de idêntica função gramatical têm o nome de COORDENATIVAS. [...] Dividem-se as CONJUNÇÕES COORDENATIVAS em: 1. ADITIVAS, que servem para ligar simplesmente dois termos ou duas orações de idêntica função. São conjunções *e*, *nem* [= e não] (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 565-566).

Pensemos que a expressão *idêntica função gramatical* se refere aos dois adjetivos utilizados por Gonzalez em seu enunciado: “O entusiasmo dos debates com aquele público eminentemente *negro e jovem* [...]” (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 47, grifos nossos). Mesmo sendo dois adjetivos, morfologicamente, nesse enunciado, por meio de nosso conhecimento de mundo, sabemos que tais adjetivos têm sentidos que se distanciam.

Essa noção, abordada pelos gramáticos Cunha e Cintra (1985), é muito similar à do dicionário Michaelis (2018) *online*. Logo na sequência do conceito apresentado em *Nova gramática do português contemporâneo*, Cunha e Cintra (1985) ampliam a descrição em relação às gramáticas tradicionais sobre o sentido do **e**, em que os autores exibem *valores particulares* das conjunções:

Certas CONJUNÇÕES COORDENATIVAS podem, no discurso, assumir variados matizes significativos de acordo com a relação que estabelecem entre os membros (palavras e orações) coordenados. 1. E, por exemplo, pode: a) Ter valor adversativo: [...] b) Indicar uma consequência, uma conclusão: [...] c) Expressar uma finalidade: [...] d) Ter valor consecutivo: [...] e) Introduzir uma explicação enfática: [...] f) Iniciar frases de alta intensidade afetiva, com o valor próximo ao de interjeições: [...] g) Facilitar a passagem de uma ideia a outra, mesmo que não relacionadas, quando vem repetido ritmicamente em fórmulas

paralelísticas que imitam o chamado estilo bíblico: [...] (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 568-570).

Desse modo, podemos observar que os sentidos para o **e** não pairam apenas na adição. A partir das considerações dos gramáticos Cunha e Cintra (1985), conseguimos estabelecer certo distanciamento da ideia de que o **e** é apenas uma conjunção aditiva, ou, ainda, uma conjunção prescindível, conforme aponta Said Ali (2008); aqui, a função está atrelada ao papel assumido no assunto do uso efetivo da língua. No português antigo, o **e**, ao introduzir uma nova oração, poderia estar exercendo um valor particular ao enunciado, como em “*E Amaro partio-se [...]*” (SAID ALI, 2008, p. 38), o **e** pode assumir o valor de consequência, como apontam Cunha e Cintra (1985), no item *b*, conforme exposto anteriormente.

Além disso, no *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa* (2004), consta que o **e** atua também como conjunção, com diversos sentidos:

1. Aditiva: une orações ou palavras [...] 2. Adversativa: mas, porém [...] 3. Adversativa: e no entanto, e contudo; e apesar disso [...] 4. E ainda por cima; e além do mais; e além de tudo [...] 5. E em consequência [...] 6. E mais; e ainda [...] 7. E em contraste; e em oposição [...] (FERREIRA, 2004, p. 709).

Por exemplo, no recorte: “As moções de apoio chegavam **e** eram lidas com voz forte e segura” (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 48, grifo nosso), o **e** poderia ter o sentido de consequência, devido à progressão textual. Esse aspecto ficaria ainda mais evidente com o uso de *em consequência* ou *ainda*, marcando de modo específico a argumentação de Gonzalez.

Nesse sentido, Garcia (1978), de maneira tímida, por meio de uma nota de rodapé, expõe que a conjunção **e**, em determinados contextos, incrementa o sentido do enunciado. Segundo o autor, o **e** insinua ideia de “distinção, discriminação, oposição ou contraste, inclusão, simultaneidade, realce e, ocasionalmente, outras” (GARCIA, 1978, p. 17). Aqui, podemos ver os múltiplos sentidos que a conjunção desempenha, posição que se afasta da visão de mero aditivo, principalmente pelo que é exposto por Garcia (1978), por meio do pronome. No recorte “Dias depois, seguíamos para Salvador, Abdias **e** eu, a fim de colocarmos os irmãos daquela cidade a par dos acontecimentos” (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 51, grifo nosso), por

exemplo, Gonzalez, por meio do **e**, distingue quem foi para Salvador para difundir as últimas resoluções para o Ato Público.

Lembramos ainda que a gramática de Cunha e Cintra (1985) e o *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa* (2004) mostram valores particulares do **e**, o que não é a regra para a grande maioria das gramáticas tradicionais brasileiras. Assim, ressaltamos que as conjunções, em particular a conjunção **e**, desempenham papéis discursivos que transcendem a função de meras ligas sintáticas.

Quirk e Greenbaum (1973), autores da gramática inglesa intitulada *A University Grammar of English*, indicam oito implicações semânticas do *and* (em português, **e**), e expõem, com isso, que os exemplos em sentidos diferentes estão atrelados ao entendimento das orações conectadas. Seguem as definições, segundo os autores, conforme o original:

- (1) The event in the second clause is a consequence or result of the event in the first: He heard an explosion *and* he (therefore) phoned the police (2) The event in the second clause is chronologically sequent to the event in the first: She washed the dishes *and* (then) she dried them (3) The second clause introduces a contrast. *And* could be replaced by *but* when this implication is present: Robert is secretive *and* (in contrast) David is candid (4) The second clause is a comment on the first: They disliked John – *and* that's not surprising (5) The second clause introduces an element of surprise in view of the content of the first: He tried hard *and* (yet) he failed; Here too, *but* could replace *and*. (6) The first clause is a condition of the second: Give me some money *and* (then) I'll help you escape [...] (7) The second clause makes a point similar to the first: A trade agreement should be no problem, *and* (similarly) a cultural exchange could be arranged (8) The second clause is a 'pure' addition to the first: He has long hair *and* (also) he wears jeans (QUIRK; GREENBAUM, 1973, p. 257)⁴.

⁴ (1) O evento da segunda oração é consequência ou resultado do evento da primeira: Ele ouviu uma explosão e (por isso, assim) ligou para a polícia (2) O evento da segunda oração está cronologicamente na sequência da primeira: Ela lavou as louças e (depois) as secou (3) A segunda oração introduz uma ideia contrária. O e pode ser substituído por *mas* quando esta situação ocorrer: Robert é calado e (em contraste, ao contrário) David é sincero (4) A segunda oração é um comentário sobre a primeira: Eles não gostam de John – e isso não é uma surpresa (5) A segunda oração introduz um elemento surpresa do conteúdo da primeira: Ele tentou arduamente e (contudo) não conseguiu; Nesse caso, o *mas* poderia substituir o e. (6) A primeira oração é uma condição da segunda: Me dê dinheiro e (então) eu irei ajudar você fugir [...] (7) A segunda oração traz uma informação parecida com a primeira: Um acordo comercial não deveria ser problema, e (similarmente) um intercâmbio cultural poderia ser organizado (8) A segunda oração adiciona uma informação nova à primeira: Ele tem cabelos longos e (também) usa jeans (QUIRK; GREENBAUM, 1973, p. 257, tradução nossa).

Em “O evento da segunda oração é consequência ou resultado do evento da primeira: Ele ouviu uma explosão e (por isso, assim) ligou para a polícia”, os autores pretendem ressaltar que o sentido atribuído pelo *and* está relacionado aos sentidos expressos em cada oração. Sendo assim, significar *explicação*, *consequência* somente pode ser medido no contorno do texto. Esse entendimento é pertinente aos encaminhamentos dados pelos autores, uma vez que vislumbram funções do *e* como CS e de outros mecanismos linguísticos em pleno funcionamento da língua. Ou seja, o enunciado em tela, “ouvi a explosão”, aciona algum tipo de atitude, o que pode ser verificado na oração seguinte. Sendo assim, tanto a conexão quanto os itens lexicais das orações geram sentido.

O teórico Guimarães (1987) também reflete sobre sentidos proporcionados pelo uso da língua. O autor, por exemplo, considera, a partir da frase “Maria comprou o carro e vendeu a casa” (GUIMARÃES, 1987, p. 44), que o *e* pode ter no discurso sentidos de outras conjunções, dependendo do modo como estará articulado na enunciação. Assim, o autor atribui algumas funções para o *e*:

[...] B) Possibilidade de articulação por sobre os limites de frase [...] C) Alcance da negação [...] D) Alcance da pergunta [...] E) Modo de encadeamento no texto [...] F) Divisão para dois locutores numa conversa [...] G) Divisão entonacional no interior da frase [...] H) Correlação dos modos verbais nas orações [...] (GUIMARÃES, 1987, p. 44-46).

Neves (2006) também concorda que o valor semântico básico é o de adição, uma vez que o significado etimológico de *e* “entre dois segmentos indica que cada um deles é externo ao outro (co-ordenado) e que o segundo se soma ao primeiro no processo de enunciação”. Sendo assim, há uma relação entre a “direção que toma o segundo segmento em relação ao primeiro, tanto na organização das unidades de informação como na organização argumentativa” (NEVES, 2006, p. 248).

Além disso, em sua obra intitulada *Gramática de usos do português*, Neves (2000) pontua que o caráter de adição do *e* realiza-se entre os segmentos coordenados; com isso, o *e* é um coordenador mais neutro do que os demais. Para a autora, essa relação “[...] menos neutra entre os segmentos coordenados pelo *E* pode resultar da adição de segmentos que entre si mantêm uma relação semântica marcada” (NEVES, 2000, p. 738). A partir disso, o *e* passa a estabelecer relações de

contraste, causa-consequência em segmentos coordenados, como elementos de composição, palavras, sintagmas, orações e enunciados.

Corbari (2005), em estudo relativo ao uso de *and*, observa que essa conjunção tem uma visível especificidade neutra, se comparada com algumas conjunções coordenativas, como *logo*, *mas*, *como*. Tal ideia se dá pelo fato de que, como citamos anteriormente, a conjunção **e** conseguiu assumir múltiplos sentidos no texto. Para a autora,

Esse caráter menos marcado do *e / and* permite uma espécie de elo com conotações de sentido adverbializado, que reforçariam o tipo de relação semântica acionada pelo coordenador. Em muitos casos, o advérbio conjuntivo está explícito no enunciado, ocorrendo juntamente com a conjunção coordenativa – como, por exemplo, *e no entanto*, *e contudo*, *e portanto* – mas em outros, ele está subentendido (CORBARI, 2005, p. 58).

Guimarães (1987) observa que o **e** é capaz de estabelecer relações em vários níveis, diferentemente de *além disso*, por exemplo, que necessita de unidades maiores para se relacionar. O autor conclui que o **e** é uma das conjunções que articula argumentos ou conclusão e explica: “Isto mostra que tais formas estão expostas ao evento enunciativo e ao modo de organização textual, que se dá segundo a orientação argumentativa dos recortes” (GUIMARÃES, 1987, p. 191).

Garcia (2010), em uma versão mais recente de sua obra, apresenta os sentidos que o **e** assume juntamente com alguns exemplos a depender do enunciado:

[...] *e* traduz frequentemente a ideia de contradição, oposição ou contraste, equivalente a *mas* ou *porém*, a *e não obstante* ou a *mas, apesar disso*: “Ficou de vir e (= *mas*) não veio”; “Falou muito e (= *mas*) não disse nada que se aproveite”; “Era mais forte do que o adversário e (= *e não obstante, mas, apesar disso*) foi derrotado”. [...] Entre palavras antitéticas ou que expressem ideias mutuamente excludentes, e pode exprimir simultaneidade: “É um escritor clássico e (ao mesmo tempo) romântico.” Em outros casos, quando entre palavras de sentido relativo (como, por exemplo, certos nomes de parentesco em linha colateral), sugere reciprocidade: “Pedro e Paulo são primos” (entre si); “Esaú e Jacó eram gêmeos e rivais” (um do outro, reciprocamente); “A e B são linhas paralelas” (entre si). Ocasionalmente, indica inclusão e realce, como no conhecido verso de Camões — “Os doze de Inglaterra e o seu Magriço” (Lus., I, 12) — que se entende como “os doze de Inglaterra e (= inclusive, principalmente) o seu Magriço” (GARCIA, 2010, p. 630-631).

Othon Moacyr Garcia transcende o âmbito das gramáticas tradicionais (a primeira edição de sua obra foi lançada em 1967), e ainda apresenta exemplos que confirmam a dependência da conexão sintático-semântica e do próprio contexto de uso.

Com esses apontamentos sobre a conjunção **e**, tivemos um panorama sobre os múltiplos papéis que ela desempenha no texto. A partir disso, discorreremos sobre as relações estabelecidas entre o **e** e os OA, bem como os CS e MD.

1.3 OPERADOR ARGUMENTATIVO (OA), COORDENADOR SEMÂNTICO (CS) E MARCADOR DISCURSIVO (MD): FUNÇÕES DO **E**

Nesta subseção, esclarecemos que as análises tomam os termos OA, CS e MD para indicar, respectivamente, que o **e** pode atuar: para orientar argumentativamente, para indicar relações entre porções textuais demarcadas por um teor adverbial requerido pelos argumentos conectados e para quebrar o fluxo do texto. Segundo Sella (2012, p. 367), “a aparente neutralidade do **e** possibilita inserção posterior de vocábulo de teor adverbial após o conectivo, o que poderia demonstrar possibilidade de interpretação do entorno dos enunciados”. Ademais, durante o desenvolvimento das análises, percebemos que certas funções podem coocorrer; mas abordaremos esse aspecto mais adiante, no capítulo três.

Antes de tecermos algumas reflexões sobre os OA e MD, observamos que Ducrot (1989) apresenta, em seu texto *Argumentação e “Topoi” Argumentativo*, o conceito de enunciado, o qual adotaremos nesta pesquisa. Para o autor, o “enunciado é um segmento de discurso. Ele tem, pois, como o discurso, um lugar e uma data, um produtor e (geralmente) um ou vários ouvintes. É um fenômeno empírico, observável, e, a este título, não se repete” (DUCROT, 1989, p. 13).

Ducrot propôs o termo *Operador Argumentativo* para denominar alguns aspectos gramaticais de dada língua, que indicam a força argumentativa dos enunciados. No caso das conjunções, tem-se a relação de dependência, uma vez que são dois argumentos conectados (pensemos em duas orações). Dessa forma, devem ser considerados os arranjos de cada oração e o tipo de conector. Quando se trata de argumento iniciado pelo *mas*, por exemplo, Ducrot explica que temos o argumento mais forte em uma relação de contraposição. Em *Estudou para o exame, mas não*

passou, a primeira oração leva à conclusão de que *passaria no exame*. O *mas* orienta para uma conclusão oposta, e que prevalece no processo argumentativo estabelecido.

No caso do *e*, podemos dizer que as diretivas das próprias orações demarcam sentidos que se sobrepõem ao valor de adição, como é possível perceber no enunciado *Ele leu todo o texto, decorou as partes principais e ainda recitou os versos*, em que o *e* orienta para a força crescente e gradativa no processo argumentativo. O *e*, diferentemente do *mas*, está mais propenso aos sentidos expressos nas orações e em elementos adicionais a ele. No caso do enunciado *Ele leu todo o texto e (infelizmente) não decorou as passagens mais importantes*, a evidência da contraposição somente é estabelecida se considerado todo o encadeamento e ainda o uso de *infelizmente*.

Koch (2009) observa que, “Havendo dois ou mais argumentos orientados no mesmo sentido, seus elementos podem ser encadeados por meio de operadores como *e, também, nem, tanto... como, não só..., mas também, além de, além disso* etc.” (KOCH, 2009, p. 104). Desse modo, concluímos que o *e*, no discurso, pode assumir a função de OA, estabelecendo relações argumentativas para o enunciado, deixando de ser, assim, um mero aditivo. Destaque-se, ainda, que o *e* atua não só na argumentação, mas também no fluxo textual, de modo mais amplo.

Segundo Koch (2003), o *e* faz parte da categoria de “[...] Operadores que somam argumentos a favor de uma mesma conclusão” (KOCH, 2003, p. 33), ou seja, esses argumentos integram uma classe argumentativa equivalente. Ressaltamos ainda a importância da reflexão que Ducrot (1989) faz sobre argumentação como o “relacionamento de dois enunciados em um discurso” (DUCROT, 1989, p. 13), de modo gradual.

Koch (2003) conduz, em sua reflexão a respeito dos operadores, um exemplo: “João é o melhor candidato: tem boa formação em Economia, tem experiência no cargo e não se envolve em negociatas” (KOCH, 2003, p. 33). Nesse enunciado, é possível observar que todos os argumentos seguem em direção a certa conclusão, no caso, mostrar que João é, dentre todos os candidatos, o melhor. Podemos aplicar, nesse exemplo, também a conceitualização de Ducrot (1989) em relação à argumentação. O *e* introduz o último argumento. Consideremos mais uma vez o exemplo apresentado por Koch (2003): “João é o melhor candidato: tem boa formação em Economia, tem experiência no cargo e não se envolve em negociatas”. A porção

“não se envolve em negociatas”, desse modo, indica ser a condição de João mais importante de todas, uma vez que ninguém votaria em um candidato que se envolvesse em negociatas. Sendo assim, estabelece-se uma escala argumentativa em que o argumento iniciado pelo **e** orienta o leitor a considerar tal estatuto e não outro.

Bentes (2003) observa que o encadeamento discursivo ocorre por meio de conjunções que estabelecem funções de operadores: “como ‘e’, ‘também’, ‘não só... mas também’, ‘tanto... como’, ‘além de’, ‘além disso’, ‘ainda’, ‘nem’, que ligam enunciados que constituem argumentos para uma mesma conclusão” (BENTES, 2003, p. 280). Podemos entender, então, que essas marcas atuam como OA e sua função é denominada pragmática, retórica ou, ainda, argumentativa.

Corbari (2005), com base em Quirk e Greenbaum (1973), tece algumas análises a respeito do *and*, tendo como foco a linearidade que ele pode desempenhar no enunciado, ou seja, o **e** como CS. Vejamos uma das análises realizadas pela autora:

(01a) I'm an old man and (*moreover*) I'm sick. So, I deserve to be served first.

(*Sou um homem velho e [além disso] estou doente. Então, mereço ser atendido/servido em primeiro lugar.*)

[...] parece-nos que a segunda oração tem um “peso” maior no sentido de assegurar a conclusão pretendida, ou pelo fato de ter um efeito cumulativo (é velho e ainda por cima doente), ou pelo fato de ter um sentido substitutivo (no caso de falhar o primeiro argumento, o segundo pode funcionar). O simples fato de o locutor posicionar determinada oração em primeiro ou em segundo lugar já revela uma determinada intenção (CORBARI, 2005, p. 92).

Em seu estudo sobre o *and* em gramáticas de língua inglesa, a autora, conforme exposto na citação, propõe algumas reflexões acerca do *and*, juntamente com o sentido gradual e de argumentos para uma igual conclusão. Com isso, vemos a multiplicidade de funções que o **e** pode desempenhar no enunciado.

Sobre a adição de argumentos, Neves (2000) discorre que, “Em um mesmo sentido de argumentação: o segundo enunciado coordenado reitera a direção argumentativa” (NEVES, 2000, p. 748), a partir do CS **e**. Segundo a teórica, o **e** em um segmento indica, explicitamente, um segundo argumento que é somado ao primeiro; podemos verificar esse fenômeno representado por alguma pontuação antes

do **e** ao final do enunciado, por exemplo. Também, se o **e** aparecer em um enunciado precedido de alguma expressão, como *além do mais*, o fator argumento fica ainda mais evidente. Neves (2000) cita alguns outros elementos que acentuam o efeito do **e** em um enunciado:

a) pelo ralentamento final do segundo elemento (o que graficamente vem indicado por *reticências*) [...]; b) pela *entonação exclamativa* (nem sempre registrada por *ponto de exclamação*) [...]; c) pela explicitação da legitimidade do saber que garante a legitimidade do argumento, como por exemplo, pelo uso de um *verbo epistêmico* [...]; d) pela garantia pessoal que o falante expressa [...] (NEVES, 2000, p. 748-749).

Vejamos um exemplo do fenômeno em *d*, conforme conceituado por Neves (2000), no *corpus*: “Era bonito de ver aquela negada tão cheia de vida, tão ardorosa, mesmo que discordante, empenhando-se inteira naquela assembléia. **E** o lance mais incrível se deu quando o sono começou a ameaçar o andamento dos trabalhos” (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 53). No recorte, Gonzalez relata sobre a assembleia realizada após o Ato Público para a escolha de uma Comissão Executiva Nacional e decisão do posicionamento político do MNU nas eleições seguintes. Podemos observar que o **e** coordena o segundo argumento, que é uma consequência do primeiro. Além disso, esse recorte é seguido de “o lance mais incrível”, que demonstra o entusiasmo pessoal de Gonzalez ao relatar os acontecimentos daquele dia, o que vem ao encontro do conceito de Neves (2000), apresentado anteriormente. Outra questão que merece destaque refere-se à conexão de frases, em que a finalização do argumento anterior rende impacto mais decisivo à conexão iniciada pelo **e**.

Neves (2006) ainda ressalta que a direção argumentativa dependerá da ordem em que os enunciados estão dispostos. O sentido da argumentação se dá a partir do segundo enunciado, que é o coordenado pelo **e**, especialmente quando o segundo segmento é afirmativo. Em sua obra *Texto e Gramática*, a autora também apresenta alguns exemplos e indicações para o CS **e**:

(a) Para o **e**. É gradualmente que se passa de uma adição neutra, como em *Ele fuma e toma um cafezinho* [...] para uma adição enfática como em *Garçons que passam com pratos. **E** pratos de massas suculentas* [...]. E é sem prejuízo da invariância encontrada que o **e** faz a adição de unidades do sistema de informações, como em [...] *O pai*

ocupava a cabeceira da mesa. E o copeiro de jaqueta engomada vinha trazendo os pratos [...] ou de argumentos, como em Um conselho que te dou: nunca queiras saber de mulher. Todas elas são iguais; martirizam a vida de um homem. E é sempre uma despesa a mais (NEVES, 2006, p. 249).

Mediante esses exemplos, em que a linguista discorre acerca dos usos do **e**, observamos que a análise será efetivada a partir da semântica do enunciado e por meio da reflexão de *fatores* do próprio enunciado. Para a autora, as considerações do analista serão fluidas e, por isso, ele precisa estar satisfeito com aproximações que fará em suas análises.

Neves (2000) ainda discorre a respeito do valor semântico do **e** em situações específicas, por exemplo, ao indicar sintagmas, orações ou enunciados. Nesses casos, o **e** pode adicionar unidades do sistema de informação entre os segmentos; “O elemento *E* constitui uma indicação explícita de que o segundo segmento se acresce ao primeiro” (NEVES, 2000, p. 743). A autora ressalta que, para o sucesso do elemento **e** em determinado segmento, é necessária a chamada *pausa dramática*, que acontece geralmente ao final do enunciado. Além desse fenômeno, o **e** pode indicar *efeito de acúmulo*, em que ele se repete várias vezes em determinado enunciado.

Um terceiro valor para o **e** é o de restrição ao primeiro segmento. De acordo com Neves (2000, p. 744), “Entre os segmentos coordenados não há relação temporal, e o acréscimo de informação se dá em apenas um ponto do segundo segmento, o que configura uma especificação do primeiro”. Esse fenômeno pode ou não se repetir no segundo segmento. Segundo a teórica, a informação adicional consiste em quatro aspectos: atribuição de predicativo, modo do evento (adjunto adverbial de modo), localização espacial ou temporal (adjunto adverbial de lugar), intensificação (adjunto adverbial de intensidade). Vejamos um exemplo no *corpus*: “A 16 de novembro daquele ano, Candeia trocou a sua situação de companheiro de lutas pela de ancestral (ou seja, faleceu, segundo a expressão tradicional). **E** os já então companheiros da Quilombo me indicaram [...]” (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 46, grifo nosso). Nesse recorte, observamos que o **e** introduz um novo enunciado, que, posteriormente, traz “os já”, que focaliza a ideia temporal do segmento. Com isso, temos uma especificidade dos companheiros, isto é, que eles, antes daquele momento, ocupavam o posto de cumplicidade na Quilombo. Esse exemplo não contempla totalmente a teoria apresentada por Neves (2000), ao falar do terceiro

aspecto, pois o que é apresentado no segundo segmento não especifica o primeiro, ou seja, o segundo segmento é uma informação nova adicionada ao enunciado.

Ainda tratando dos valores, Neves (2000) afirma que, ao adicionar temas, o **e** pode ter uma subsequência temporal, em que há a *progressão temática* e a não subsequência temporal, que seria uma *alternância temática*. O exemplo do *corpus* apresentado anteriormente, encaixa-se, agora, na subcategoria de *alternância temática*, em que o **e** marca a passagem de um novo enunciado da narrativa de Gonzalez.

Os empregos do **e** em início do enunciado obedecem a determinações pragmáticas. A autora apresenta, em sua obra, alguns valores para o **e**, quando está localizado no início de frase. De acordo com Neves (2006),

[...] o chamado e “de transição” muitas vezes o é justamente porque abre um novo desenvolvimento (de “ataque”?), introduzindo temas, inaugurando cenas, apontando para a frente, ao mesmo tempo que deixa pra trás um bloco que se encerra. [...] a paragrafação é especialmente importante na marcação de um avanço diferenciado. Caracteristicamente de transição são as frases iniciadas por e que retomam o curso da narrativa após discurso direto (ou indireto) [...]. Encerrando parágrafos, ocorrem, por outro lado exemplos típicos de e “de arremate” [...] A organização não apenas em parágrafos, mas principalmente, em capítulos, permite a verificação do grande efeito do elemento e na progressão do texto, especialmente na abertura e fechamento de grandes blocos informativos, temáticos, argumentativos (NEVES, 2006, p. 252-253).

A partir das definições da autora, podemos observar que o **e** inicial de frase pode ser caracterizado como marcação de progresso no fluxo textual. Cada enunciado iniciado pelo **e** terá determinado sentido, a depender do próprio texto sob análise. Ademais, Neves (2000) discorre a respeito de enunciados interrogativos, em que o **e** acresce uma unidade de informação. Nesse caso, a *interrogativa* pode ser *geral* ou *parcial*:

[...] *Interrogativa geral*: a) Com pedido de informação sobre a verdade da atribuição de um *predicado* a um *sujeito* [...] b) Com pedido de informação sobre um *tema* (não necessariamente um sujeito). A interrogação consta apenas do *sintagma nominal*, que configura esse *tema* [...]. *Interrogativa parcial*: com pedido de informação em um ponto do primeiro segmento [...] pode ser *extraposta*, ou *clivada* [...] *interrogativa geral* que vem acrescer a sugestão de um tema. O segundo segmento se restringe ao termo que represente o novo tema

sugerido [...] O segundo segmento é um enunciado completo [...] (NEVES, 2000, p. 746-747).

Como citamos anteriormente, Koch (1992) pontua que o **e** faz parte de um grupo de operadores que têm a função de somar argumentos para chegar a certa conclusão. Também, como já citamos, segundo a autora, há mecanismos que formam alguns elementos de *coesão textual*, como o *encadeamento*, que estabelece “relação semântica e/ou discursiva entre orações, enunciados ou seqüências maiores do texto” (KOCH, 1992, p. 60). Dentro de *encadeamento*, temos a *justaposição* e, como subtópico dessa categoria, temos os *marcadores de situação ou ordenação no tempo e/ou espaço*, que indicam certo período temporal, espacial, ou de ordem textual; os *marcadores conversacionais*, que indicam uma quebra no fluxo do texto, introdução ou mudança, entre outros. Igualmente, o encadeamento discursivo está intimamente ligado à estrutura das orações em um texto, ou seja, dependendo da conjunção utilizada, teremos dois enunciados com sentidos distintos. Assim, essas orações são resultado de determinado ato de fala. Koch (1992) ainda apresenta alguns exemplos desse fenômeno:

[...] *Muitos anos depois*, os dois se encontraram casualmente numa galeria de arte e o antigo amor pareceu renascer [...]
Parece que nossas autoridades econômicas não estão se entendendo muito bem. *A propósito/Por falar nisso*, o que você me diz do novo choque econômico? (KOCH, 1992, p. 61, grifos nossos).

O primeiro enunciado é um exemplo de marcador situacional, em que o locutor utiliza *Muitos anos depois* para especificar o tempo na narrativa. Já no segundo enunciado, temos *A propósito* e *Por falar nisso*, que denotam uma quebra no fluxo do texto. Com isso, podemos ainda considerar que o **e** assume também a função de MD, ou seja, atua para organizar o fluxo do texto oral-dialogado, por exemplo, para quebra do fluxo textual, mudança de tópico, tomada de turno, planejamento etc.

Embora Koch (1992) utilize o termo *marcadores conversacionais*, que é o mais recorrente entre os linguistas brasileiros, por se referir de maneira mais íntima à língua falada, nesta pesquisa recorreremos ao termo MD, uma vez que ele se relaciona de modo mais abrangente à infinidade de gêneros linguísticos, a exemplo do nosso *corpus* de análise, que é um texto escrito de caráter científico. Assim, o termo MD mostra-se mais adequado.

Schiffrin (1987), que pesquisa discurso oral-dialogado, discorre: “*And* has two roles in talk: it coordinates idea units and it continues a speaker’s action”⁵ (SCHIFFRIN, 1987, p. 128). Para exemplificar essa definição, a autora apresenta um exemplo:

(1) shows the use of *and* in a contrastive environment.

- a. See this is what every country does.
- b. *But* we lost,
- c. and we were serious,
- d. and we tried to win.
- e. *And* we lost.

Jack is explaining that every country tries to win the wars in fights (a, c, d); the United States, however, lost the Vietnam War (b, e). The contrast between the efforts to win and the unintended loss is marked, first, with *but* (in b), and then with *and* in (e). *And* thus occurs in an environment shared by *but* (SCHIFFRIN, 1987, p. 128-129)⁶.

Aqui, a autora descreve separadamente as funções que o **e** pode assumir em uma conversa. Ela ressalta, com isso, que o **e** pode aparecer em contextos em que os interlocutores compartilham de outros tipos de conjunções aditivas.

Por outro lado, se pensarmos em termos de texto oral-dialogado, em especial sobre *tópicos discursivos*, Jubran (2006) aponta que, inicialmente, essa noção traz consigo uma relação entre uma unidade discursiva, a qual, a partir de um fragmento textual, caracteriza-se pela centralização de um tema definido e, com ele, há extensões variadas que perpassam tanto o enunciado quanto porções maiores do texto. Esse caráter de *centração* faz parte da essência do conceito de *tópico discursivo*. Por outro lado, segundo a autora, essa concepção era precária e, a partir de novos estudos, viu-se que

Era possível, portanto, postular uma unidade discursiva, não restrita ao turno, cujas particularidades estariam assentadas na integração de enunciados em um conjunto relevante de referentes e cujos limites

⁵ “*E* tem duas funções na conversa: coordenar unidades de ideias e dar continuidade à ação do falante” (SCHIFFRIN, 1987, p. 128, tradução nossa).

⁶ (1) mostra o uso do *e* em contexto de contraste.

- a. Veja isso é o que todo país faz.
- b. *Mas* nós perdemos,
- c. e nós fomos sérios,
- d. e nós tentamos vencer.
- e. *E* nós perdemos.

Jack está explicando que todo país tenta ganhar os conflitos de guerra (a, c, d); os Estados Unidos, contudo, perderam a Guerra do Vietnã (b, e). O contraste entre os esforços para ganhar e a perda não intencional é marcada, primeiramente, com *mas* (em b), e depois com *e* em (e). *E*, portanto, ocorre em contextos compartilhados por *mas* (SCHIFFRIN, 1987, p. 128-129)⁶.

seriam dados pela proeminência desse conjunto em determinado ponto do texto. Daí deriva a noção de tópico discursivo, entendido como uma categoria analítica abstrata, com a qual o analista opera, com base nas propriedades tópicas especificadas no próximo item, para recortar segmentos textuais e descrever a organização tópica de um texto (JUBRAN, 2006, p. 34).

A noção de *tópico discursivo*, conforme exposta pela autora, torna-se relevante para a nossa pesquisa, e, em especial, com relação à perspectiva dos MD. Jubran (2015) discorre que eles promovem de modo ativo nexos coesivos e, também, a articulação de segmentos textuais. Nesse caso, os MD “são basicamente sequenciadores e, no que diz respeito à organização tópica do texto falado, estabelecem aberturas, encaminhamentos, retomadas e fechos de tópicos, em posições inter e intratópicas” (JUBRAN, 2015, p. 105).

Em relação ao caráter linear da organização tópica, a autora aborda os dois fenômenos chaves: a *continuidade* e a *descontinuidade*. O primeiro ocorre sequencialmente após o esgotamento de determinado tópico, em que um novo se inicia. A descontinuidade, pelo contrário, quebra a sequência linear de determinado tópico. Jubran (2015) discorre sobre a *descontinuidade tópica* a partir de três ocorrências do fenômeno:

a. pela suspensão definitiva de um tópico, quando um novo tópico provoca seu corte, ocasionando uma ruptura caracterizada pelo não retorno do interrompido; b. pela cisão de um tópico em partes, que se apresentam de forma não adjacente na linearidade do texto, em decorrência da intercalação, no seu interior, de outro(s) tópicos(s); c. pela expansão posterior de um tópico apenas anunciado anteriormente (JUBRAN, 2015, p. 95).

Durante a análise do *corpus*, observamos que esse princípio de *tópico discursivo*, especificamente no que envolve o **e** como MD, é tecido pelo **e** em alguns trechos do texto de Gonzalez. Ressaltamos, ainda, por meio das palavras de Jubran (2006), que os *tópicos discursivos* constituem um procedimento do qual o texto é constituído. Desse modo, “a categoria tópica é aplicável à análise de textos de outros gêneros falados e também escritos” (JUBRAN, 2006, p. 34). Além disso, a autora destaca que o *tópico discursivo* é aplicado de acordo com as estratégias que o próprio produtor utiliza na construção de seu texto. Alguns desses métodos são as repetições,

paráfrases e, até mesmo, o uso de parênteses. Esses usos só são entendidos no dado contexto da categoria de *tópico discursivo*.

A partir de todos os apontamentos realizados até aqui, avançamos para o capítulo dois, no qual traçamos a trajetória de vida de Lélia Gonzalez como intelectual, ativista, para compreendermos o contexto e a motivação de sua escrita, e o uso do **e**.

2 A FLUIDEZ DA ESCRITA: DE ALMEIDA A GONZALEZ

2.1 LÉLIA DE ALMEIDA – DA INFÂNCIA AO CASAMENTO

“Vi’ aquele facho de luz diante da turma, numa aula de história em um colégio estadual em Bonsucesso. Naquela hora, Lélia não sabia seu significado para a humanidade, para a ancestralidade”.

Ana Maria Felipe

No dia primeiro de fevereiro de 1935 nasceu, na cidade de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais – o qual estava localizado na zona leste do Brasil –, Lélia de Almeida, a penúltima e décima oitava filha de Urcinda Serafim de Almeida e Acácio Joaquim de Almeida. Lélia nasceu em uma família humilde, seu pai era negro e trabalhava como operário; sua mãe era doméstica e de etnia indígena. Todo o sustento da família provinha dos trabalhos que os pais e irmãos de Lélia realizavam. Assim, não havia muito tempo para os estudos (RATTS; RIOS, 2010).

Além das questões econômicas, uma porção da família Almeida sofreu no que diz respeito às limitações de raça e gênero da época também no âmbito educacional. O caso de Lélia foi diferente; ela relatou, em uma entrevista cedida a Pereira e Hollanda (1980), em 1979, que, por ser uma das últimas filhas do casal, a visão que seus pais tinham em relação a ela era a de neta. Logo cedo, com apenas quatro anos de idade, Lélia ingressou na escola. O fato caracterizou-se como algo novo para a família Almeida, que até então não tinha vivenciado esse feito. A questão primordial para essa oportunidade na vida de Lélia foi o trabalho de sua mãe como empregada doméstica em uma casa de italianos: Urcinda, além de realizar os serviços domésticos, tinha também a função de ama de leite⁷ da família.

Por tudo isso, em relação à trajetória de Lélia, é importante ressaltar, ainda, que, se nos seios da mãe encontrou carinho e conforto, isso não foi tudo. Foi também através deles que encontrou oportunidades. Dona Urcinda amamentou uma criança que se tornara órfã e tinha aproximadamente a mesma idade da filha. Como gratidão e pelos laços afetivos estabelecidos com a ama de leite, na idade em que a

⁷ Uma mulher que já possui filhos e amamenta uma criança cuja mãe não pode fazê-lo. Essa função era comum em tempos da escravatura, em que as escravas amamentavam o filho dos seus senhores.

menina foi encaminhada ao jardim de infância, seus familiares resolveram proporcionar a Lélia idêntica oportunidade, assumindo as mensalidades. [...] (BARBOSA, 2015, p. 34).

Nessa época, poucas eram as pessoas de classes mais pobres a chegarem à escola. E quando se tratava de crianças negras, elas sequer existiam no espaço escolar. Como resultado desse processo, que se reflete até os dias de hoje, a maioria dos analfabetos era de negros. Também, podemos observar que o *ser doméstica* não se restringia apenas aos serviços como limpar, cozinhar, passar, ampliando-se para outros âmbitos e carências da casa, como no caso de Urcinda, que era ama de leite.

Na década de 1940, Jaime de Almeida, um dos irmãos de Lélia foi destaque no clube de futebol Atlético Mineiro e foi convidado para jogar no Flamengo, no Rio de Janeiro. Após aceitar o convite, mudou-se com toda a sua família para o Rio. Lélia, que na época tinha sete anos de idade, relatou a sua consideração pelo irmão, que era um dos mais velhos: “[...] meus companheiros de infância eram meu irmão mais novo e os sobrinhos. Meu pai já era de cabelos brancos... bem mais velho que minha mãe... efetivamente meu pai foi o Jaime... [...]” (VIANA *apud* RATTS; RIOS, 2010, p. 30).

Pouco tempo depois da mudança da família para a Rio, o pai de Lélia, Acácio, faleceu. Após a conclusão do chamado curso primário, Lélia continuou seus estudos, agora no ginásio. Segundo o portal *Projeto Memória – Lélia Gonzalez: o feminismo negro no palco da história*⁸ (2011),

Desde criança, Lélia demonstrava grande interesse pelos livros, o que contrariava dona Urcinda, uma mulher conservadora que almejava para as filhas a mesma vida que teve: dedicada ao lar. Quando percebeu que a filha era firme em suas convicções e perseverante, acabou cedendo e aprovando seu desejo (PROJETO MEMÓRIA, 2011, s. p.).

⁸ *Projeto Memória* é um projeto desenvolvido desde 1997 pela Fundação Banco do Brasil, em que o objetivo é difundir as obras e a biografia de personalidades que foram fundamentais para a transformação, formação e desenvolvimento do povo brasileiro. Em 2011, o projeto criou o site para homenagear e difundir o legado e obra de Lélia Gonzalez. Além disso, o site disponibiliza também um videodocumentário, exposição, fotobiografia escrita por Sueli Carneiro (2014) e um almanaque de autoria de Paulo Corrêa Barbosa (2015), tudo disponível para download. O site está disponível em: <http://www.projetomemoria.art.br/leliaGonzalez>. Acesso em: 12 jul. 2019.

Diariamente, para chegar à Escola Ridávia Corrêa, na qual estava matriculada, a jovem enfrentava quase 25 km de trem. Em uma de suas entrevistas cedidas ao jornal *O Pasquim* (1986), Lélia de Almeida contou a dinâmica da família para mantê-la estudando: “cada um [da família] dava uma coisinha, uma irmã dava um sapatinho, outra dava uma meinha e outra fazia o uniforme (...) estudei com muita dificuldade. Os livros eram emprestados pelas colegas (...) Eu ia estudar nas casas das amigas (...) [sic]” (O PASQUIM, 1986 *apud* BARBOSA, 2015, p. 34).

Além dessas dificuldades, Lélia relatou sobre o que era dito em sala de aula: “(...) [sic] vocês podem imaginar como eu me sentia na aula de história quando a professora dizia que o negro era servil e o índio indolente! Logo eu, filha de pai negro e mãe índia!” (BARBOSA, 2015, p. 39). A partir desse aspecto negativo que era direcionado a suas raízes, por meio do sistema educacional predominantemente branco, Lélia passou pelo processo que era denominado de *embranquecimento* ou *branqueamento*⁹, o qual a fazia negar a sua negritude perante a sociedade por conta da *inferioridade* de sua etnia. Já ativista do MN, Lélia discorreu sobre a educação brasileira daquela época: “[...] passei por aquele processo que eu chamo de lavagem cerebral dado pelo discurso pedagógico brasileiro, porque, na medida em que eu aprofundava meus conhecimentos, eu rejeitava cada vez mais minha condição de negra [...]” (RATTS; RIOS, 2010, p. 31). Ainda acerca desse do *embranquecimento*, ela refletiu:

Quanto mais você se distancia de sua comunidade em termos ideológicos, mais inseguro você fica e mais você internaliza a questão da ideologia do branqueamento. Você termina criando mecanismos para você se segurar, houve, por exemplo, uma fase que eu fiquei profundamente espiritualista. Era uma forma de rejeitar meu próprio corpo. Essa questão do branqueamento bateu muito forte em mim e eu sei que bate forte em muitos negros também (O PASQUIM *apud* RATTS; RIOS, 2010, p. 38).

É possível observar, com o relato de Lélia, o quão prejudicial a ideia do branqueamento da população negra foi para as suas vivências pessoais, quando

⁹ Durante os séculos XIX e XX, a teoria de que o branco era superior às demais etnias circulava pelo mundo todo e, inclusive, no Brasil. Segundo essa teoria, somente o branco europeu detinha beleza, saúde e, ainda, competência a civilização. Com isso, a etnia branca passa a ser superior à negra, amarela e vermelha. A partir disso, o processo de *embranquecimento* passa a ser discutido; a ideia era de que a população negra brasileira ficasse predominantemente branca, por meio da *miscigenação*.

negava suas origens. A respeito do processo de *branqueamento* e *embranqueamento*, Lélia teorizou diversas vezes em seus escritos, já em sua vida como militante; em seus textos, ela discorre sobre sua condição passada e sobre a vivência que muitos negros passavam naquela época¹⁰.

A respeito do sistema educacional brasileiro, Guacira Lopes Louro (2006) disserta sobre o comportamento das professoras submetidas ao sistema de educação do Brasil naquela época. Segundo a autora, as professoras deveriam ser um modelo para as estudantes; assim, era exigido delas um modo de se trajar – discreto e severo – e elas deveriam ser recatadas e não falar sobre a vida pessoal.

Ensinava-se um modo adequado de se comportar, de falar, de escrever, de argumentar. Aprendiam-se os gestos e olhares modestos e descentes, as formas apropriadas de caminhar e de sentar. Todo um investimento político era realizado sobre os corpos das estudantes e mestras. Através de múltiplos dispositivos e práticas ia se criando um *jeito de professora* (LOURO, 2006, p. 461).

Com base nos apontamentos da autora, podemos refletir sobre a perspectiva educacional brasileira da época, que era majoritariamente projetada da elite para a elite. É possível, então, compreender o encaixe que Lélia de Almeida teve que fazer para estar e ser aceita nesse modelo. Na época, imersa no sistema, utilizava seu cabelo na forma lisa. Ratts e Rios (2010) comentam sobre como o cabelo está relacionado diretamente com a identidade pessoal de cada indivíduo:

O cabelo – com outros elementos, como o vestuário – compõe a corporeidade pessoal em suas múltiplas leituras no espaço público e privado. Nesse sentido, apesar da divulgação, nos anos 1960, de penteados afro ou *black power*, especialmente seguindo uma moda americana, muitas mulheres negras usaram os mesmos artifícios para que o cabelo [...] ficasse ou parecesse liso, no máximo com algumas ondulações (RATTS; RIOS, 2010, p. 50).

A textura do cabelo de indivíduos negros sempre foi um indicador de seu pertencimento étnico. Com isso, a discriminação racial do povo negro sempre esteve evidentemente relacionada ao cabelo, assim como à coloração da pele. Nesse sentido, por conta da opressão e desqualificação social, pessoas negras viviam certa

¹⁰ Nos dias atuais, ainda podemos observar alguns reflexos desse processo de branqueamento na sociedade brasileira.

pressão social para que os seus cabelos volumosos estivessem amarrados. Além disso, o padrão estético era o branco; na década de 1950, por exemplo, as garotas que apareciam na televisão e/ou em propagandas eram todas brancas e usavam penteados em seus cabelos lisos. Atualmente, a realidade mostra-se um pouco diversa daquela, uma vez que, agora, é possível observar mulheres negras, inclusive na televisão, exibindo seus cabelos naturais (ROCHA, 2018).

Lélia terminou o científico e logo ingressou no ensino superior, afastada da comunidade negra e com a matrícula feita no curso de licenciatura e bacharel em História e Geografia. Além disso, trabalhava arduamente como professora em diversos colégios da cidade do Rio de Janeiro para se manter como estudante universitária. Ela relata: “Na faculdade já era uma pessoa de cuca, já perfeitamente embranquecida, dentro do sistema. [...] E a partir daí começaram as contradições. Você enquanto mulher e enquanto negra sofre evidentemente um processo de discriminação muito maior” (PEREIRA; HOLLANDA, 1980, p. 202). Sobre a atuação docente de Lélia, Ana Felipe (2009), companheira de luta e amiga de Lélia, relata que

Pela inteligência e conhecimento que demonstrava na argumentação e por sua capacidade de comunicar e instigar alunos e alunas à reflexão, a professora negra foi muito bem recebida em escolas confessionais, tendo sido também, professora convidada no Centro de Estudos de Pessoal do Exército Brasileiro por alguns anos (FELIPPE, 2009 *apud* RATTIS; RIOS, 2010, p. 48).

Lélia concluiu os cursos de História e Geografia em 1958, no então Estado de Guanabara, na Universidade do Estado da Guanabara (UEG), que atualmente é intitulada Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Quatro anos mais tarde, terminou o curso de Filosofia, e conseguiu igualmente o título de licenciada e bacharelada. A docência de Lélia ocorreu também em universidades; lecionava, por exemplo, a disciplina de história moderna na Faculdade Educacional e Universitária Campograndense (FEUC). Em 1964, houve a instauração da ditadura militar no Brasil; com isso, a censura da liberdade de expressão. Nesse período, dava aula também de Filosofia em colégios de grande importância no Rio de Janeiro. Mesmo em tempos de repressão, Lélia “[...] organizava grupos de reflexão filosófica em sua casa no bairro da Tijuca, sobre Simone de Beauvoir, Althusser e Karl Marx, dentre outras/os, que aconteciam escondidas do regime” (PROJETO MEMÓRIA, 2011, s.p.).

Nesse período, as pautas discutidas na universidade eram relacionadas, por exemplo, à ida do primeiro homem ao espaço, à criação da pílula anticoncepcional e às mudanças no cenário econômico e cultural do Brasil, entre outras. Em consonância com essas temáticas, surge o romance entre Lélia de Almeida e Luiz Carlos Gonzalez, que, como contavam, emergiu do famoso *amor à primeira vista*. Ele, branco de origem espanhola, não teve apoio algum de sua família por conta da etnia de Lélia: “O envolvimento com uma moça negra não era aquilo com o que haviam sonhado os pais do rapaz de origem espanhola” (BARBOSA, 2014, p. 44). Ignorando a opinião da família de Luiz Carlos Gonzalez, o feliz e jovem casal decide se casar no ano de 1964. Lélia então adota o sobrenome de seu marido, tornando-se, assim, Lélia Gonzalez. Ela relata como foi a situação quando oficializaram a relação:

Quando eles descobriram que estávamos legalmente casados, aí veio o pau violento em cima de mim; claro que eu me transformei numa “prostituta”, numa “negra suja” e coisas desse nível... Mas meu marido foi um cara muito legal, sacou todo o processo de discriminação da família dele e ficamos juntos até sua morte (PEREIRA; HOLLANDA, 1979, p. 203).

A família de Luiz Carlos não aceitou o casamento legal com Lélia Gonzalez, por ela ser uma mulher negra, isto é, por razões de cunho racista. Os homens brancos de classe média daquela época gozavam de sua liberdade, mas, por outro lado, eram impostos a eles certos limites em relação ao casamento formal.

2.2 ENFIM LÉLIA GONZALEZ – A INTELLECTUAL

“Falar de Lélia, é falar de determinação, de enfrentamento e de aliança com as propostas muitas vezes polêmicas definidas por nós. Vivemos hoje sem Lélia, mas nunca podemos esquecer o que ela foi para todas nós, mulher, corajosa, intelectual brilhante e uma companheira inestimável”.

Rosália Lemos

Após o casamento, Lélia e Luiz Gonzalez, além de enfrentarem a ditadura militar, passaram por uma intensa turbulência familiar, levando Luiz a quebrar o vínculo que tinha com a família para continuar seu relacionamento com Lélia. Junto a

essa situação, Lélia Gonzalez passou a abrir os olhos para a questão do racismo no Brasil, influenciada também por seu marido, que começou a questioná-la acerca do apagamento de sua identidade. Mas esse interesse por aspectos raciais só aflora anos mais tarde na jovem. Além da docência, Lélia Gonzalez, fluente em francês, entra para o mercado editorial como tradutora. O primeiro livro traduzido por ela foi o *Curso Moderno de Filosofia*, escrito por Denis Huisman e André Vergez.

Cerca de um ano após o casamento, Luiz Carlos Gonzalez cometeu suicídio. Em uma de suas entrevistas ao jornal *O Pasquim*, Lélia conta a razão do ocorrido: “As relações com a família dele eram muito complicadas, tão complicadas que ele acabou se matando” (O PASQUIM, 1986 *apud* BARBOSA, 2015, p. 46). Mesmo viúva, Lélia decide permanecer com seu nome de casada como homenagem ao homem que ela tanto amou. Em uma entrevista dada ao *Projeto Perfil – Lélia Gonzalez*, ela relata:

Luiz Carlos foi muito importante na minha vida [...] por isso eu tenho orgulho de trazer o nome dele. Eu nunca troquei o meu nome, podia estar com meu nome de solteira, Lélia de Almeida, mas é uma homenagem que eu presto a esse homem branco tão sofrido [...] essa pessoa que mostrou uma solidariedade extraordinária [...] e foi a primeira pessoa a me questionar com relação ao meu próprio branqueamento (PROJETO PERFIL *apud* RATTIS; RIOS, 2010, p. 53).

Depois da morte de Luiz Carlos, Lélia vai para Barbacena, uma pequena cidade ao sul do estado de Minas Gerais. “Essa escolha, talvez, não tenha sido involuntária, uma vez que Lélia nasceu e passou parte de sua infância em Minas Gerais. Ela guardava uma memória doce e pueril da meninice. Voltar para lá significava resgatar essas origens” (PROJETO MEMÓRIA, 2011, s.p.). No entremeio do sofrimento, Lélia iniciou então o processo de *desembranquecimento* que vivera até aquele momento.

Ao retornar de Barbacena, passa a se dedicar exclusivamente às traduções dos textos de filosofia; traduz para a Editora Freitas Bastos o segundo volume da obra denominada *Ação*, escrita também por Denis Huisman e André Vergez. Gonzalez estava cada dia mais imersa nos estudos filosóficos, que estavam em efervescência naquela época. Em 1967, dois anos após a perda de Luiz, Urcinda falece. No entorno de todo sofrimento, Lélia ficava cada vez mais forte.

Sobre sua mãe, já na militância, Lélia Gonzalez recordou com afeto:

Embora índia e analfabeta, ela tinha uma sacação incrível a respeito da realidade em que nós vivíamos e, sobretudo, em termos de realidade política. E me parece muito importante e chamar a atenção para essa figura, a figura de minha mãe, porque era uma figura do povo, uma mulher lutadora, uma mulher inteligente, com uma capacidade muito grande de percepção das coisas e que passou isso para mim... (PEREIRA; HOLLANDA, 1979, p. 203).

No ano seguinte, 1968, traduziu a obra *O pensamento*, também de Huisman e Vergez. Cada vez mais a filosofia existencialista ganhava destaque no cenário acadêmico, fazendo com que ocorressem com mais frequência os encontros organizados pela própria Lélia para discussão e reflexão de autores, como Sartre. Lélia, além de filósofa, geógrafa e historiadora, estudava sobre a psicanálise lacaniana, antropologia, espiritualidade em relação ao candomblé¹¹, meditação, todos estudos “extras” para o reconhecimento da sua própria existência. Principalmente, os aprendizados sobre o candomblé contribuíram para que Lélia Gonzalez se sentisse como negra, reestabelecendo certa conexão com os ancestrais (BARBOSA, 2015).

A mudança do cabelo e do estilo, influenciado pelo processo de aceitação de suas raízes negras, contribui para uma nova imagem pública de Lélia Gonzalez; foi um processo de construção e reconstrução do seu *eu*.

Seu crescimento pessoal se deu pela formação intelectual e pela afirmação de uma consciência no tocante à raça e ao gênero. Naquele tempo, pode-se dizer que Lélia passou por um processo de corporificação da consciência negra. Seu corpo demarcava uma nova persona pública. Um dos sinais que mais acentuam essa mudança é o cabelo, usado agora entre cacheado e crespo, volumoso, mais ao natural e, às vezes, no estilo *black power* (RATTS; RIOS, 2010, p. 69).

Nesse sentido, muitas mulheres negras, entre a década de 1960 e 1970, de nacionalidade africana, estadunidense e brasileira, passaram a utilizar roupas de cores vibrantes, quentes, que suas antepassadas, como mães e avós, não eram incentivadas a usar, além, claro, do cabelo *black*. Barbosa (2015) também discorre um pouco sobre o processo de *enegrecimento* de Lélia Gonzalez.

À medida que avançava na reescrita da própria vida, Lélia enegreceu como um todo! Suas roupas, cabelo e adornos (colares, brincos, anéis) adotaram a estética afro. Assim, ao mesmo tempo em que

¹¹ Religião de matriz africana.

divulgava um modelo de beleza pouco prestigiado pela sociedade brasileira de então, enfatizava ser o espaço do corpo feminino negro também elemento de resistência política ao sistema (BARBOSA, 2015, p. 53).

A partir disso, Lélia Gonzalez ganha cada vez mais espaço em reuniões sociopolíticas, as quais foram fundamentais para a sua constituição enquanto ativista e feminista. Vejamos, a seguir, imagens que ilustram a transição identitária pela qual Gonzalez passou.

Figura 1 – Mudança estética de Lélia Gonzalez até o seu reconhecimento como mulher negra – uma (re)construção identitária



Fonte: Projeto Memória (2011, s.p.)

Na Figura 1, é possível observar a transição estética de Lélia Gonzalez. Na primeira foto, tirada em 1963, Lélia estava iniciando sua vida acadêmica. Em 1968, ainda em um contexto totalmente branco, utilizava um cabelo liso, comprido. A última fotografia é de Lélia em 1980, já ativista do movimento negro e feminista, atuando em sua candidatura à vereadora do PT. Pelas imagens, o enegrecimento pelo qual Lélia passou é nítido.

Antes do fim de 1960, Gonzalez decide se casar mais uma vez, agora com um mestiço, chamado Vicente Marota – filho de pai branco e mãe negra. Ao relatar sua experiência ao lado deste marido, Lélia elucida a contradição vivida por Vicente:

Ele tinha ideologia de classe, não gostava de preto... nós ficamos juntos durante cinco anos, era engraçado, porque, enquanto eu estava em busca de mim mesma, ele procurava fugir de si próprio, apesar de a gente se gostar muito, a relação da gente não estava combinando. A gente se separou e minha cabeça dançou, afinal eu fui casada com

um cara branco, de origem espanhola, que dava todo apoio à questão racial, e quando eu caso com um cara de origem negra, ele não tem essa solidariedade, ele disfarçava esse lado. Eu fui parar no psicanalista (O PASQUIM, 1989 *apud* RATTTS; RIOS, 2010, p. 59-60).

Com a narrativa de Lélia sobre seu casamento, observamos um fato que acontecia naquele tempo nas relações do povo negro, em que eles não se reconheciam como tal, negando sua própria identidade, ou tentando mascará-la por meio do consumo apenas de manifestações culturais ocidentais. Ratts e Rios (2010) explicam: “Afirmação e reconhecimento fazem parte de um jogo de espelhos entre pessoas negras em processo de construção de sua identidade racial” (RATTTS; RIOS, 2010, p. 70). Segundo suas próprias palavras, depois de sessões de análises com o psicanalista, após se deparar com a discriminação racial: “fui transar o meu povo, ou seja, fui transar candomblé, macumba, essas coisas que eu achava que eram primitivas. [...] voltei às origens, busquei minhas raízes [...]” (PEREIRA; HOLLANDA, 1979, p. 203). Por volta dos 40 anos, a vida de Lélia teve um recomeço.

2.3 LÉLIA GONZALEZ – A ATIVISTA DO MOVIMENTO NEGRO (MN), DO MOVIMENTO FEMINISTA NEGRO E AUTORA

“Lélia enegreceu o movimento feminista e feminizou a raça”.

Sueli Carneiro

Em 1972, a ditadura militar ainda se fazia presente no Brasil, agora com perseguições mais acirradas àqueles que se opunham ao regime. Foi nesse mesmo ano que o nome de Gonzalez apareceu pela primeira vez nos documentos do Departamento de Ordem e Política Social (Dops), os quais solicitavam a verificação do envolvimento dela no recrutamento de pessoas que seguiam a doutrina marxista na universidade em que lecionava – isso era visto como ato de insurgência. Depois de concluída a investigação, nada foi comprovado em relação a isso. Como relatamos anteriormente, Gonzalez de fato organizava, em sua residência, grupos de estudos filosóficos sobre Marx. Felizmente, o regime não conseguiu comprovações de tais ações; se o tivesse, Gonzalez teria sofrido de modo incisivo nas mãos do regime.

Entre 1973 e 1974, Gonzalez, a convite de seu amigo Januário Garcia, frequentava reuniões do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), da Universidade Cândido Mendes (UCAM). Foi a partir desses encontros que Gonzalez se envolveu cada vez mais com a militância negra. No ano seguinte, ingressou no mestrado em Comunicação na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Na segunda metade da década de 1970, Gonzalez dedicou-se ao processo de formulação e discussão, tanto pessoal quanto intelectual, de teorias, sempre baseadas em Jacques Lacan (PROJETO MEMÓRIA, 2011).

Em 1976, realizou seu primeiro curso sobre Cultura Negra no Brasil, um curso que até então não existia. Enfatizava, em suas aulas, a importância do negro na constituição brasileira. Nesse mesmo período, Gonzalez ingressou para a Assessoria Política do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN/RJ), resultando no contato com diversas mulheres, inclusive negras, que liam e debatiam textos relacionados à questão étnico-racial no âmbito brasileiro. Gonzalez permaneceu lecionando no curso por aproximadamente dois anos. Segundo Barbosa (2015),

Apesar dos resultados positivos e da boa avaliação dos alunos, Lélia não se sentia satisfeita com o fato de o curso ser frequentado pela classe média carioca e não por segmentos das classes populares. Ela queria mais! Na verdade, ela queria trazer para o foco da discussão mais e mais mulheres negras do povo. Entretanto, tinha também consciência de que o falso discurso da democracia racial, na prática, acabava por tornar-se um dos obstáculos que enfrentava (BARBOSA, 2015, p. 60).

Mesmo com essas dificuldades, Gonzalez dedica parte do seu tempo à militância negra, além de fazer parte do corpo docente da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Ainda em 1978, fundou, juntamente com outras lideranças negras, o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial, na cidade de São Paulo. Por meio do Movimento, Gonzalez conseguiu fazer com que suas falas e seus ideais fossem difundidos por todo o Brasil e, também, em âmbito internacional, reunindo-se com lideranças do MN de vários países, como Itália, Suíça, Canadá, Senegal, Quênia, França, entre outros. Tudo isso se deve ao fato de ter um estilo de se comunicar acessível, de fácil compreensão.

Nas décadas de 1970 e 1980, ocorreu, no cenário brasileiro, a releitura de escritos relativos ao período de escravidão. Foi com isso que Gonzalez estabeleceu

uma nova perspectiva para as mulheres negras que aqui chegaram. Além disso, determinou algumas relações entre o passado e o presente dessas mulheres, com base também em questões econômicas. Para ter uma ideia da importância das reflexões de Gonzalez, ela não se voltou ao estudo somente da mulher negra brasileira, mas também para a realidade das mulheres sul-africanas.

Ao publicar um artigo na obra *O lugar da mulher*, Lélia Gonzalez denunciou os estereótipos que foram dados ao povo negro.

Tanto a “Mãe Preta” quanto o “Pai João” têm sido explorados pela ideologia oficial como exemplos de integração e harmonia raciais, supostamente existentes no Brasil. Representariam o negro acomodado, que passivamente aceitou a escravidão e a ela correspondeu segundo a maneira cristã, oferecer a outra face ao inimigo. Entretanto, não aceitamos tais estereótipos como reflexos “fiéis” de uma realidade vivida com tanta dor e humilhação. Não podemos deixar de levar em consideração que existem variações quanto às formas de resistência (PROJETO MEMÓRIA, 2011, s.p.).

A partir disso, estabelece que a *Mãe Preta* não foi passível ao trabalhar na casa dos seus senhores no que diz respeito à constituição cultural do brasileiro. Segundo ela, a *Mãe Preta*, ao estabelecer a função materna na família de brancos, teve a responsabilidade de africanizar a cultura brasileira, com enfoque no aspecto linguístico. Para Gonzalez, nós, brasileiros, falamos o *pretuguês*, ou seja, a partir do português europeu, com a mistura do povo negro, principalmente da *Mãe Preta*, foi criado esse idioma, o qual falamos. Gonzalez (1983) dissertou e teceu uma crítica sobre o assunto:

É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é *Framengo*. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse *ɾ* no lugar do *l*, nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o *l* inexistente. Afinal, quem que é o ignorante? Ao mesmo tempo- acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erros dos infinitivos verbais, que condensa *você* em *cê*, *está* em *tá* e por aí fora. Não sacam que tão falando pretuguês (GONZALEZ, 1980, p. 238).

De acordo com a ativista, é por isso que nosso idioma é tão distinto do português europeu. Mostra-se ainda relevante apresentarmos aqui algumas palavras do idioma português brasileiro que são provenientes de línguas africanas. Os autores Carvalho e Nascimento (1984) citam, em sua obra *Gramática Histórica*, algumas

palavras de origem africana; os autores citam também a qual campo lexical pertencem:

Topônimos – Bangu, Caxambu, Guandu, Muzambinho, Quilombo. *Crenças e práticas rituais* – mandinga, macumba, candomblé, lemanjá, muamba etc. *Alimentos e Bebidas* – cachaça, cuscuz, quibebe, munguzá, quindim, vatapá etc. *Flora e fauna* – dendê, jiló, camundongo, marimbomdo etc. *Utensílios e costumes* – maxixe, batuque, berimbau, targa etc (CARVALHO; NASCIMENTO, 1984, p. 101).

Essas palavras estão presentes exclusivamente no vocabulário português brasileiro, inclusive são palavras dicionarizadas, as quais provêm de línguas dos povos africanos que aqui chegaram na época da escravidão. Ressaltamos que há muitas palavras da língua portuguesa falada no Brasil que são provenientes também de povos indígenas.

Além da categoria *pretuguês*, Gonzalez criou a chamada *amefricanidade*, que diz respeito a toda e qualquer influência do povo africano nas Américas. Segundo a própria Gonzalez (1988):

Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de Amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada, isto é, referenciada em modelos como: a Jamaica e o akan, seu modelo dominante; o Brasil e seus modelos yorubá, banto e ewe-fon. Em conseqüência, ela nos encaminha no sentido da construção de toda uma identidade étnica (GONZALEZ, 1988, p. 76).

Em 1981, tendo seu trabalho reconhecido em relação à defesa da mulher negra, Gonzalez, no dia de seu aniversário, ficou entre as *Dez Mulheres do Ano*, do Conselho Nacional de Mulheres do Brasil, um reconhecimento honroso de todo o seu trabalho de ativista.

Ao Movimento Feminista (doravante MF), a contribuição de Gonzalez foi inserir o aspecto racial na agenda política do Movimento, trazendo uma nova visão da luta feminina, uma vez que as especificidades da mulher negra não eram abordadas no feminismo naquela época. Entre 1981 e 1984, Gonzalez fez parte do conselho editorial do *Mulherio*, um jornal que se tornou um dos veículos mais relevantes do MF na época. Gonzalez era a única negra a compor o corpo editorial do informativo. No

espaço que tinha, a intelectual problematizava, principalmente, o lugar que a mulher negra tinha na luta contra as desigualdades sociais. A partir desse tema, conseguia direcionar outros debates que envolviam o feminismo. Gonzalez era a única a debater a questão racial nos artigos do *Mulherio* (PROJETO MEMÓRIA, 2011).

É importante destacar, ainda, que a luta de Gonzalez não foi fácil. De acordo com Barbosa (2015),

Muitas dificuldades e desafios se tornaram fato em sua vida. Denunciar publicamente o preconceito racial existente, mas camuflado, da sociedade brasileira, assustava e aborrecia a muitos, que preferiam ignorá-lo. Também a introdução da questão racial nas discussões promovidas pelo movimento feminista irritou parte das militantes (BARBOSA, 2015, p. 78).

Mesmo diante das dificuldades, Gonzalez não desistiu. Continuou sua luta com o povo negro brasileiro. Ainda em 1981, participou da constituição do Partido dos Trabalhadores (PT), filiando-se neste processo. No ano seguinte, candidatou-se a Deputada Federal e ficou como primeira suplente – faltaram apenas mil votos para que Gonzalez fosse eleita. Nesse mesmo ano, publicou, juntamente com Carlos Hasenbalg, a obra *Lugar de negro*, sobre a qual discorreremos mais adiante nesta pesquisa. Não demorou muito para que Gonzalez percebesse que, no âmbito político-partidário, suas ideias não seriam levadas à frente. Então, em 1985, escreveu uma carta para o então presidente do Partido, Luiz Inácio Lula da Silva, justificando e oficializando sua saída do Partido. No ano seguinte, filiou-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT); candidatou-se, dessa vez, a Deputada Estadual, e foi eleita também como suplente.

Em 1987, publica mais uma obra, intitulada *Festas Populares do Brasil*. O título reúne fotografias das diversas manifestações culturais presentes no Brasil. Os fotógrafos eram variados, embora os textos fossem de autoria exclusiva de Gonzalez. Cada imagem da obra apresenta a pluralidade da cultura brasileira por conta da influência africana. Sobre essa obra, o Projeto Memória destaca:

Os textos de autoria de Lélia Gonzalez são informativos e traduzem a diversidade das manifestações folclóricas, sejam elas de cunho religioso ou não. Para além da festividade, a obra mostra os laços indissociáveis entre Brasil e África, a integração entre o profano e o sagrado, a reinvenção das tradições e o sincretismo religioso

presentes na formação cultural brasileira (PROJETO MEMÓRIA, 2011, s.p.).

Essa obra também foi muito relevante para a carreira de Gonzalez. Inclusive, por conta de sua extrema beleza, recebeu um prêmio internacional na Feira de Leipzig, na Alemanha. Vale ressaltar que essa premiação é uma das mais relevantes no que diz respeito ao mercado editorial, ou seja, mais um feito da carreira de Gonzalez.

Após anos de intensas atividades, no início da década de 1990, Gonzalez é surpreendida com diabetes do tipo 2¹². A doença a fez desacelerar e começar o tratamento médico. Não só isso, Gonzalez, nesse período, também estava decepcionada e desanimada com o direcionamento de algumas pautas do próprio MN.

Em 1994, com a saúde muito debilitada, tendo como cuidadora a sua sobrinha, Eliane de Almeida, Gonzalez toma posse como Diretora do Departamento e Política da PUC do Rio de Janeiro, cargo em que permaneceu por apenas 30 dias – período que viveu após assumir o cargo.

Lélia Gonzalez deixa, com sua partida, um legado enorme para o povo negro brasileiro. Foi a primeira a denunciar a situação da mulher negra brasileira e a trazer para o MF as questões raciais. Nas releituras em relação à escravidão do Brasil, Gonzalez reelaborou o pensamento sobre a *Mãe Preta* e propôs, com suas publicações, reinterpretar e reconstruir a constituição do Brasil na perspectiva da mulher negra.

Ativistas que tiveram o prazer de ouvir Gonzalez discursar ao vivo relembram:

[...] oratória envolvente, repertório intelectual vasto, domínio da norma culta associada ao recurso irreverente da linguagem popular e gestual sedutor, capaz de transformar seus interlocutores em público. Era dona de uma argumentação fascinante, sobretudo por conseguir expor com admirável clareza assuntos muitas vezes indigestos – como racismo e sexismo – para segmentos diversificados (RATTS; RIOS, 2010, p. 132).

Tais aspectos são refletidos em sua obra escrita. A produção acadêmica de Gonzalez foi vasta: dois livros publicados, cinco capítulos em livros, oito artigos, quatro

¹² Uma doença crônica que faz com que o corpo não processe corretamente o açúcar do sangue – a glicose.

prefácios, 29 publicações em jornais, além das várias entrevistas, palestras e cursos que lecionava. Mesmo com tamanha relevância, são muitos os que não conhecem a trajetória de Gonzalez, como consta do Projeto Memória: “Desde o seu falecimento, no ano de 1994, estudiosos e militantes têm batalhado para resgatar sua memória e organizar seu pensamento” (PROJETO MEMÓRIA, 2011, s.p.). Esta pesquisa é um modo de realizar a manutenção e fortalecimento da memória de Lélia Gonzalez.

Nesta subseção, é possível verificar como episódios da história de Gonzalez e de toda sua trajetória acadêmica e de militante contribuíram para uma proposta de texto fluído, acolhedor e possível de ser lido por um amplo e diverso público, de modo especial, na primeira parte da obra *Lugar de negro*, sobre a qual discorreremos a seguir.

2.4 SOBRE A OBRA *LUGAR DE NEGRO* E O CAPÍTULO *O MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (MNU)*

“Lélia guerreou, trabalhou, amou, estudou, participou, rompeu obstáculos, viveu para enfrentar o racismo e o sexismo vigentes em nossa sociedade”.

Nilma Bentes

Como citamos anteriormente, a obra *Lugar de negro*, de autoria de Lélia Gonzalez e do sociólogo Carlos Alberto Hasenbalg, foi publicada em 1982. O escrito é relevante em termos de compreensão dos aspectos do povo negro no Brasil. Também ressaltamos que os textos reunidos na obra são atuais, pois retratam situações pelas quais o negro brasileiro de hoje ainda passa. Trata-se de uma obra de grande representatividade em termos de historicidade e manutenção dos feitos do MN no contexto brasileiro. A obra fez sucesso na época e, de acordo com Barbosa (2015, p. 67), “[...] era uma tentativa de ampliar e divulgar novas possibilidades para compreensão da história e presença do/a negro/a na sociedade brasileira”.

Destacamos, inicialmente, a apresentação do livro, texto que consta da contracapa da obra:

Num país onde o preconceito racial ativo dos brancos dominantes se disfarça detrás do mito da democracia racial, LUGAR DE NEGRO põe, efetivamente, muitas coisas no lugar. Lélia Gonzalez – militante do Movimento Negro – mostra os avanços da consciência negra entre os

negros brasileiros, e Carlos Hasenbalg – sociólogo e pesquisador do problema do negro no Brasil – desmonta as utilizações “boazinhas” dos negros pelo mundo dos brancos. *LUGAR DE NEGRO* traça um panorama sucinto de um dos problemas sociais mais candentes de nosso país, onde o problema étnico está, desde o começo, ligado à questão das classes e do destino político de nossa nação (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 115).

Com isso, vemos que o objetivo principal da obra *Lugar de negro* é levar ao público perspectivas dos autores sobre aspectos raciais do brasileiro. Além disso, a obra retrata a vivência do negro brasileiro, relacionando essas experiências com o contexto social e econômico no qual esse povo estava inserido. Ademais, *Lugar de negro* faz parte do terceiro volume da *Coleção 2 Pontos*, da Editora Marco Zero LTDA. Um dos objetivos da coleção era trazer opiniões de dois autores sobre determinada temática. Na última página da obra, a Editora apresenta a justificativa do modelo da coletânea:

Ao publicar mais de um autor escrevendo sobre um mesmo problema, queremos colocar a possibilidade de se abordar de modo diferente cada questão, as ênfases distintas, a discussão. Os temas serão sempre polêmicos e atuais refletindo as questões que, de uma ou outra maneira, fazem parte do nosso dia a dia (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 115).

Com base no que é argumentado pela Editora, podemos atentar ao que a obra apresenta. Um dos pontos cruciais para escolha do *corpus* foi a peculiaridade da escrita da Lélia Gonzalez, distinta da escrita de Carlos Hasenbalg. Para exemplificação e comprovação disso, seguem recortes, respectivamente, da primeira e segunda parte da obra, os quais demonstram a diferença de organização enunciativa:

Primeiro recorte – autoria de Gonzalez

[...] Lá pelas tantas, eram evidentes os sinais de cansaço, resultantes de tanta empolgação, de tanta entrega. Era bonito de ver aquela negada tão cheia de vida, tão ardorosa, mesmo que discordante, empenhando-se inteira naquela assembléia. E o lance mais incrível se deu quando o sono começou a ameaçar o andamento dos trabalhos. Já era alta da madrugada de segunda-feira; estávamos todos exaustos, exauridos, mas com uma determinação que teimava em transcender tudo isso (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 53).

Segundo recorte – autoria de Hasenbalg

A partir desta semelhança aparente com o imigrante segue-se que o ritmo de incorporação do negro e de outras minorias raciais depende fundamentalmente de: a) a diminuição do preconceito do grupo branco e b) a aquisição pelas minorias raciais das normas culturais apropriadas à competição social na sociedade americana (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 73).

Ambas as citações foram retiradas da obra *Lugar de negro*. Contudo, seria facilmente possível dizer que tais recortes são de obras distintas. Gonzalez (como mostrado na primeira citação) utiliza várias marcas de oralidade em seu texto, ao relatar, por meio de documentos e de suas experiências e vivências, por exemplo, a criação e oficialização do MNU. É possível observar, ainda, que a escrita de Hasenbalg (no segundo recorte) tem maior formalidade e o autor não usa marcas de oralidade em seus escritos. Assim, essa obra é um dos exemplos mais nítidos da proposta que a *Coleção 2 Pontos* oferece. Em *Lugar de negro*, temos dois autores, extremamente distintos em relação à vivência e estilo de escrita, reunidos para tratar de um mesmo assunto.

Sobre a escrita de Gonzalez, podemos dizer que ela utiliza o denominado *pretuguês* – termo sobre o qual a própria autora teorizou –, um jeito popular de falar. Segundo Ratts e Rios (2010):

Lélia usava e abusava da economia linguística em seus artigos: *pra* (para), *tava* (estava), *tamos* (estamos), *cumé* (como é). Utilizava expressões como *a gente* em vez de nós. Encontramos muitas gírias em seus escritos. Várias delas eram relativas a grupos jovens e passaram a ter uso mais geral: *papo* (conversa), *sacar* (compreender), *mancada* (falta), *lance* (situação). Algumas têm muitos sentidos: ‘esses *baratos* todos’, ‘o *barato* da ideologia do branqueamento’ [...] (RATTS; RIOS, 2010, p. 73).

Mesmo utilizando sem pudor o *pretuguês*, ainda segundo os autores de sua biografia, não é possível afirmar que Gonzalez, com sua linguagem singular, gostaria de ser compreendida com facilidade, pois há, em suas publicações, determinada postura de irreverência perante acadêmicos, jornalistas e políticos. Para Ratts e Rios (2010),

[...] há artigos publicados em jornais em que ela, fazendo uso de linguajar mais coloquial, deixou claro o desejo de se comunicar com um público mais amplo. [...] Lélia utilizava palavras da linguagem local e regional que hoje seriam consideradas politicamente incorretas,

como *crioulo*, *criouléu*, *crioulada*. Além de certa intenção de chamar a atenção do leitor ou da plateia, pode-se dizer que com esses e outros termos – como *neguinho*, *negada*, *negadinha* – ela pretendia deslocar o sentido das palavras (RATTS; RIOS, 2010, p. 74-75).

Nesse sentido, podemos então entender que o modo como Gonzalez se comunica em seus escritos vai além do que é esperado do gênero. No primeiro recorte, por exemplo, ela utiliza vocábulos como *negada*, *alta* da madrugada, que evidenciam ainda mais a argumentação singular da autora na obra *Lugar de negro*, distanciando-se cada vez mais do estilo de escrita de Carlos Hasenbalg.

Ademais, é interessante notar que a obra, e até mesmo a *Coleção 2 Pontos*, rompe com o que é esperado do gênero livro, principalmente de perfil acadêmico, no qual ele também se encaixa. Ao apresentar duas formas de escrita de modo tão distinto em um só livro, a Editora rompe algumas expectativas – a principal delas é em relação ao gênero –, uma vez que um livro de caráter científico geralmente não contempla tal hibridez.

Outro aspecto a ser exposto sobre o *corpus* como um todo é em relação a seu formato. A obra está dividida em três partes, em um total de 115 páginas. Os escritos de Lélia Gonzalez constam da página 9 à 66; e, da página 67 à 113, estão os escritos de Carlos Hasenbalg (divididos em duas partes). A partir da página 115 do livro, temos a justificativa da *Coleção 2 Pontos*, sobre a qual discorreremos anteriormente. Para melhor visualização de como a obra é dividida, segue o sumário:

Figura 2 – Índice da obra *Lugar de negro* (1982)

— Sobre os Autores	7
— O Movimento Negro na Última Década Lélia Gonzalez	9
O golpe de 64, o novo modelo econômico e a população negra	11
Movimento ou movimentos negros?	18
Experiências e tentativas	21
A retomada político-ideológica	30
O Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial	43
— Raça, Classe e Mobilidade	67
Carlos Alfredo Hasenbalg	
O Estudo das relações raciais nos Estados Unidos	71
Relações entre negros e brancos no Brasil	84
Racismo e desigualdades raciais no Brasil	89
Conclusão	98
Notas	100
— O Negro na Publicidade	103
Carlos Alfredo Hasenbalg	
Notas	114

Fonte: Gonzalez e Hasenbalg (1982, p. 5)

Pela disposição do sumário da obra, podemos observar que a primeira parte do livro, de autoria de Lélia Gonzalez, é intitulada como *O Movimento Negro na Última Década*; os títulos posteriores são os dos capítulos de autoria de Gonzalez. Em sua parte da obra, a autora apresenta o contexto e todas as questões que retratam a formação do MN. Nas segunda e terceira partes da obra, escritas por Carlos Hasenbalg – exceto no título *Notas*, pois não se trata de capítulos, e sim notas de rodapé, apresentadas ao final das partes –, o autor discorre sobre as relações raciais em contexto brasileiro e estadunidense e sobre como o negro é retratado na publicidade. Uma curiosidade é que Gonzalez não utiliza o recurso notas de rodapé em seus escritos na obra.

Após essas reflexões sobre o *corpus* como um todo, discorreremos agora, especificamente, sobre o último capítulo da primeira parte de *Lugar de negro*. Assim, mostra-se relevante trazermos um breve histórico da fundação do MNU, que é o tema central do nosso *corpus*.

Em meados de 1978, em pleno regime militar, após uma série de fatos que demonstravam a opressão do povo negro, como a morte de Robson Silveira da Luz, homem negro, trabalhador, vítima da tortura policial, o então Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial, juntamente com associações e alguns clubes negros, resolveram agir em prol da população negra. Escreveram e assinaram uma carta que denunciava o racismo e todos os atos contra o povo negro na sociedade brasileira. A carta ainda convocava toda a população a participar do Ato Público a favor dos negros. O Ato aconteceria no sétimo dia do mês de julho daquele ano, em São Paulo, especificamente nas escadarias do Teatro Municipal da cidade. O Ato reunira duas mil pessoas para ler a Carta Aberta à População contra o racismo¹³.

A Carta Aberta à População trazia o seguinte em relação à criação do Movimento:

O MOVIMENTO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL foi criado para ser um instrumento de luta da Comunidade Negra. Este movimento deve ter como princípio básico o trabalho de denúncia permanente de todo ato de discriminação racial, a constante organização da Comunidade para enfrentarmos todo e qualquer tipo de racismo (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 49).

Após o Ato, foi realizada uma assembleia para avaliar a ação ocorrida no dia sete de julho e para consolidar algumas questões formais do Movimento. A partir disso, foi estabelecido que o *Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial* traria *negro* no nome, sendo assim intitulado de *Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial* (doravante MNUCDR). Ainda em seu processo de consolidação, foi estabelecida, por meio de eleição, uma Comissão Executiva Nacional e, ainda, os documentos norteadores do Movimento, como a Carta de Princípios, Estatuto e Programa de Ação.

Algum tempo depois, tendo em vista a estrutura do Movimento que vinha lutando contra a discriminação racial por si só, a intitulação do MNUCDR foi

¹³ Veremos adiante, por meio das palavras de Lélia Gonzalez, detalhes de como ocorreu o Ato.

simplificada para MNU. O Movimento tornou-se um grande marco para o MN brasileiro, principalmente por ter firmado toda a militância negra no Brasil, que vinha se consolidando desde o início de 1970. A partir do Ato Público, o cenário do ativismo negro brasileiro mudou significativamente; agora, era possível ver nas ruas das capitais passeatas, marchas, protestos, contra o racismo. Além disso, também a mídia contribuía para a divulgação de protestos verbais feitos por militantes negros (GONZALEZ; HASENBALG, 1982).

Ratts e Rios (2010) retratam o que era ser militante do MN naquele período: “[...] era, sobretudo, agir em espaços abertos de enfrentamento político, o que implicava a exposição das grandes lideranças, que foram observadas com atenção pela política secreta do período militar” (RATTS; RIOS, 2010, p. 85). Com isso, os líderes da militância eram colocados em uma condição subversiva – assim também Gonzalez era vista pelos espiões políticos. Lutar contra o racismo naquela época era ir contra o nacionalismo pregado pelos militares que estavam no poder, uma vez que, para eles, não existia discriminação racial na sociedade brasileira. Ademais, muitas entidades se distanciaram do Movimento por não concordarem ou simplesmente pela falta de posicionamento político; mas, no final das contas, tiveram que tomar um lado por causa dos importantes espaços políticos conquistados pelo MNU.

Esse Movimento existe até os dias de hoje. Para ter uma ideia, em 2018, o MNU comemorou seus 40 anos de história. Em celebração, no dia sete de julho – mesma data em que ocorreu o Ato Público –, realizaram novamente um ato nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, local onde, em 1978, foi consolidado o Movimento. Durante todos esses anos, o MNU contribuiu para grandes feitos relacionados às questões do povo negro brasileiro. Por outro lado, atualmente ainda há muito a fazer em relação às problemáticas da população negra. A exemplo dessas questões, está o genocídio e o encarceramento em massa de negros no Brasil.

3 METODOLOGIA E ANÁLISE DO CORPUS

Para refletimos sobre o funcionamento do **e** no texto sob análise, aplicamos pressupostos teóricos da Semântica Argumentativa, da Análise da Conversação e da proposta de Coordenação Semântica de Quirk e Greenbaum (1973).

Além do escopo teórico, e para verificação dos sentidos do **e**, foram consultadas biografia e bibliografia relativas a Lélia Gonzalez, e em particular trabalhos relativos à constituição do livro *Lugar de negro*, que acomoda o capítulo *O Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU)*, objeto desta pesquisa.

Estudar o papel do **e** exige análise comparativa dos recortes em que essa conjunção atua como elo de argumentação textual. Por isso, este trabalho é uma pesquisa qualitativa, de cunho interpretativista, em que a coleta dos dados é motivada pela verificação e reflexão do funcionamento da língua no *corpus* de análise. Segundo Goldenberg (2005), a pesquisa qualitativa não exige “[...] regras precisas e passos a serem seguidos, o bom resultado da pesquisa depende da sensibilidade, intuição e experiência do pesquisador” (GOLDENBERG, 2005, p. 53). Desse modo, é importante, na pesquisa qualitativa de cunho interpretativista, que o pesquisador saiba lidar com os dados do *corpus*, relacionando-o de modo sucinto à teoria utilizada.

3.1 PASSOS METODOLÓGICOS

Embora Lélia Gonzalez tenha realizado feitos importantes, suas produções ainda são pouco conhecidas. Há um número pequeno de pesquisas científicas em que ela representa o estudo central; assim, esses estudos ainda não são suficientes para retratar a importância das ações de Lélia Gonzalez para o patrimônio cultural escrito do Brasil. Essa constatação inicial gerou necessidade de empreender uma pesquisa no catálogo da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)¹⁴. Constatamos que há apenas quatro pesquisas científicas envolvendo Lélia Gonzalez: “‘Enegrecendo o feminismo’ ou ‘feminizando a raça’:

¹⁴ Acesso ao catálogo em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>.

narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzáles¹⁵”; “Revisitando os percursos intelectuais e políticos de Beatriz do Nascimento e Lélia Gonzalez¹⁶”; “Relações raciais, gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez 1970 – 1990¹⁷”; e “A organização da informação em plataforma de gestão de referências, a Zotero: a coleção Lélia Gonzalez e o Projeto Memória¹⁸”. Tais pesquisas, de modo específico, apresentam Lélia Gonzalez como protagonista. Por outro lado, nenhum desses estudos tem o foco na análise argumentativa dos escritos da autora. Assim, nossa pesquisa mostra-se inovadora, o que torna nosso trabalho direcionado para dados constantes do próprio capítulo e livro na biografia da autora.

O capítulo *O Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU)* tem 24 páginas, nas quais percebemos que, além de retratar a fundação do MNU, a autora apresenta relatos sobre suas vivências, experiências e sentimentos na constituição do MNU, de modo a criar uma narrativa própria, um tanto distinta daquelas que encontramos em livros de caráter científico. Além disso, a autora usa documentos, como cartas utilizadas para as mobilizações, para retratar de modo sucinto como tudo aconteceu.

A autora, ao finalizar o segundo capítulo, intitulado *Movimento ou movimentos negros?*, destaca que o conteúdo dos próximos três capítulos “[...] é resultante de leituras, papos, algumas escritazinhas próprias, alguma prática [...]” (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 20). Desses três capítulos, o último da primeira parte da obra é o nosso *corpus*, o qual foi analisado com enfoque nas ocorrências do *e*, vinculadas a funções de OA, MD e CS. Desse modo, consideramos o processo argumentativo estabelecido no capítulo e vinculamos com o contexto em que Gonzalez produziu o capítulo/livro sob análise. O contexto de produção proporcionou uma espécie de

¹⁵ BARRETO, Raquel de Andrade. ‘**Enegrecendo o feminismo**’ ou ‘**feminizando a raça**’: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzáles. 2005. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

¹⁶ BRITO, Ires Dos Anjos. **Revisitando os percursos intelectuais e políticos de Beatriz do Nascimento e Lélia Gonzalez**. 2006. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

¹⁷ VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. **Relações raciais, gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez 1970 – 1990**. 2006. Dissertação (Mestrado em História Comparada). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

¹⁸ TEIXEIRA, Patricia. **A organização da informação em plataforma de gestão de referências, a Zotero: a coleção Lélia Gonzalez e o Projeto Memória**. 2017. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

relações de sentidos, estabelecidas nas conexões sintáticas dos enunciados constantes dos recortes que compõem o *corpus*.

Selecionamos os recortes do capítulo de acordo com a aparição linear no texto, por dois motivos: o primeiro é determinante do segundo – o funcionamento do **e** em um texto completo exige que se considere o sentido global desse texto, sem o que estaríamos supondo uma função; em segundo lugar, no texto de Gonzalez em particular, percebemos que o processo argumentativo está vinculado às inter-relações presentes em histórico de um Movimento determinado, de memórias pessoais, as quais exigem que a análise parta de retomadas de releituras do próprio texto, principalmente com relação às funções do **e**.

As análises foram realizadas considerando o escopo de atuação do **e**, o que pode estar circunscrito em um período composto ou em uma junção de parágrafos. Essa delimitação exclui ocorrências do **e** relacionadas a conexões menores, o que não significa, nesse caso, que não ocorra argumentação.

Cada ocorrência foi testada a partir dos conceitos de OA, MD e CS, levando em consideração os sentidos manifestos nas respectivas porções textuais. Muitas vezes, tivemos dúvida com relação à diferença de sentido provocado por um OA e CS e, ainda, pairam questionamentos se as ocorrências de MD retratam unicamente função de articulador do fluxo textual, relacionado somente ao processo interativo. Por isso, tendemos a considerar que, em alguns casos, o **e** assumia mais de uma função.

O funcionamento do **e** foi observado em um texto, o que torna a flutuação de função uma realidade, e a análise torna-se consideravelmente mais complexa. Essa constatação exigiu que as ocorrências do **e** fossem verificadas e cotejadas, conforme pressupostos teóricos já comentados, bem como conforme contornos teóricos necessários e específicos para ocorrências não previstas na Fundamentação Teórica, por serem acessórios para fins de acréscimo para a análise.

Para demonstrarmos o cotexto de ocorrência dos recortes, enumeramos as linhas (doravante L), o que facilita a leitura e acompanhamento das análises. O texto original consta do Anexo 1, a partir da página 89, para que seja facilitada a verificação da análise. Ademais, estabelecemos siglas ao final de cada análise para melhor visualizar as funções desempenhadas pelo **e**, no *corpus*, ao final do trabalho.

3.2 ANÁLISE DO CORPUS

O capítulo *O Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU)* inicia com uma carta convocatória, primeiro documento do Movimento, com o objetivo de convocar a população para o Ato Público. Gonzalez então apresenta, no parágrafo seguinte, os nomes das instituições e grupos que assinaram a carta, nesta ordem: Câmara de Comércio Afro-Brasileira¹⁹ (CCAB), Centro de Arte e Cultura Negra²⁰ (CECAN), Associação Recreativa Brasil Jovem, Afrolatino América, Associação Casa de Arte e Cultura Afro-Brasileira, Associação Cristã Beneficente do Brasil, Jornegro, Jornal Abertura, Jornal Capoeira, Company Soul e Zimbabwe Soul. A partir disso, vejamos um recorte do *corpus* de análise:

- L1. Nas reuniões seguintes, a primeira se retirou e a segunda começou a
- L2. se atemorizar com a repressão. De qualquer modo, um grupo de
- L3. membros do CECAN organizou-se como o Centro de Luta Decisão e
- L4. levou adiante a idéia de realização do Ato Público. Formou-se, então
- L5. uma comissão que organizaria a manifestação. Ao chegar a ocasião
- L6. do Ato Público, eram as seguintes entidades e grupos: Afrolatino
- L7. América, Decisão, Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas, Brasil
- L8. Jovem, Capoeira, Atletas Negros e ACBB (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 44-45).

Gonzalez, então, relata que, após as reuniões para a organização do Ato Público, a CCAB decidiu não mais participar do Movimento. Isso fez com que o CECAN tivesse receio de participar da organização do Ato Público devido à repressão. Tendo em vista o contexto histórico dos acontecimentos relatados pela autora, meados de 1978, momento em que os militares ainda estavam no poder, podemos então concluir que a palavra *repressão* que o CECAN temia era por parte do governo. Além disso, a saída da CCAB teve grande influência para que o CECAN não estivesse

¹⁹ Criada em 1968 por Adalberto Camargo, a Câmara é uma instituição sem fins lucrativos, que tem como objetivo reunir comerciantes e industriais para estimulação do intercâmbio entre o mercado africano e o Brasil. Na época de sua criação, Camargo relatava qual o objetivo da Câmara: “Visava ao incremento do comércio bilateral entre o Brasil e o Continente africano, intensificando a aproximação entre esses povos e fomentando o desenvolvimento de negócios, atividades culturais, científicas, tecnológicas e de cooperação” (SANTANA, 2003, p. 525).

²⁰ É possível observar que no recorte está escrito *Centro de Arte e Cultura Negra*, o que acreditamos ser um erro de digitação, uma vez que a autora se refere ao Centro com a sigla CECAN posteriormente. Além disso, no capítulo anterior, Lélia Gonzalez refere-se ao CECAN como Centro de Cultura e Arte Negra. Esse Centro atuou entre as décadas de 1970 e 1980 na cidade de São Paulo; foi uma das primeiras organizações brasileiras a abordar a questão da consciência étnica.

tão seguro de sua permanência; com isso, podemos supor que o CCAB tinha dada relevância naquele contexto, a ponto de pôr em voga uma decisão de outra instituição também relevante para a luta negra. O feito da CCAB induziu o CECAN a organizar um grupo de membros do Centro para atuar na realização do Ato Público. Tal grupo não levaria consigo a denominação CECAN e sim a de *Centro de Luta e Decisão*, refletindo então no temor de represália dos militares.

As porções textuais conectadas pela conjunção **e** sintetizam a relação de poder entre as instituições anteriormente discutidas. Especificamente na L1, o **e** assume duas funções. A primeira reside na relação de causa e consequência, o que pode ser verificado entre *retirar* e *atemorizar*, desde que se considere que se trata, respectivamente, da associação do CCAB e do CECAN. A primeira representa certo poder de decisão que se sobrepõe à segunda, pelo próprio perfil do conjunto de sócios. O CECAN só começou a se atemorizar com a retirada do CCAB. Esse **e** conecta conteúdos proposicionais, em que a relação de causa e consequência no enunciado somente pode ser medida a partir desse conhecimento de mundo. Essa relação pode ser atribuída ao papel aparentemente mais neutro do **e** em relação a outras conjunções. Inclusive, para fins de testagem da possibilidade de teor adverbial decorrente das orações conectadas, poderíamos inserir elementos como *em consequência* e *por isso*, ao seguirmos a proposta de Quirk e Greenbaum (1973). Vejamos como ficaria a inserção desse elemento no recorte: “Nas reuniões seguintes, a primeira se retirou e, *por isso*, a segunda começou a se atemorizar com a repressão”. Ao acrescentarmos *por isso* posteriormente ao **e**, marcamos de modo mais explícito a argumentação, uma vez que Gonzalez direcionaria a culpa ao CCAB pela não participação do CECAN no Ato Público.

Por outro lado, o **e** pode ser considerado um OA, porque: 1) inicia um argumento que foi gerado por outro e 2) movimenta conclusões que o autor do texto apresenta explicitamente na progressão textual. Ou seja: no recorte “Nas reuniões seguintes, a primeira se retirou e a segunda começou a se atemorizar com a repressão”, verifica-se que *retirar-se* reflete como um argumento decisivo para a reorganização das estratégias.

Ducrot (1989) discorre que o argumento é mais forte quando vem conectado pelo OA. Por outro lado, é sabido que o **e** é neutro a ponto de ser utilizado na argumentação, de modo a não deixar explícito ao interlocutor a argumentação do

autor. Sendo assim, ousamos dizer que, ao atuar como OA, o **e** pode orientar os argumentos de modo livre na escala argumentativa, uma vez que não se trata, por exemplo, do *até mesmo*, um OA de excelência, exemplificado por Ducrot (1989) como um *topos gradual* que orienta o enunciado a um argumento mais forte. Ou ainda, não está acompanhado desse OA, o que traria uma ênfase mais evidente ao processo argumentativo. Além disso, Vogt (1977) discorre, em sua obra *O intervalo semântico*, que “[...] a ordem dos argumentos independe do operador de argumentação [...], uma vez que já é marcada na própria língua, restando ao operador a função de apreciar tal ordem como uma hierarquia argumentativa” (VOGT, 1977, p. 82). Por fim, para esse **e**, utilizamos a sigla E_{CSOA}, estabelecendo que se trata de um *Coordenador Semântico Operador Argumentativo*.

Na L3, temos um **e** muito similar ao que vimos anteriormente, por se tratar de um CS. Mas, nesse caso, o **e** coordena o primeiro evento cronologicamente a um segundo. Vemos que esse valor para o **e** CS é possível, já que, somente após o CECAN se organizar como o Centro de Luta e Decisão, ele permaneceu no Ato Público. Isso demonstra a questão temporal. Se, por exemplo, o CECAN não tivesse criado outro grupo com seus membros, dificilmente permaneceria na realização do Ato. Sobre a função de CS do **e**, recorremos a Quirk e Greenbaum (1973), o que nos permite adicionar a conexão *depois* ou *logo depois* após o **e**. Vejamos: “De qualquer modo, um grupo de membros do CECAN organizou-se como o Centro de Luta Decisão **e**, *depois*, levou adiante a idéia de realização do Ato Público”. Percebemos que a presença de elemento de teor adverbial mudaria a carga intencional no recorte sob análise.

Há também uma relação de causa e efeito nas orações, uma vez que o próprio recorte nos apresenta a consequência. O **e**, desse modo, dá sequência a um enunciado que demonstra ser o efeito da porção textual anterior. Assim, podemos estabelecer que, além de CS, pode ser um OA, pois reforça, na porção textual posterior ao **e**, a conclusão implícita na primeira oração. Para esse **e**, também indicamos a sigla E_{CSOA}.

No próximo recorte, Gonzalez relata como se deram as mobilizações até o acontecimento do Ato Público:

- L1. Contatos foram estabelecidos com o Rio de Janeiro. Um dos atletas
 L2. negros do Tietê veio ao nosso encontro para informar sobre os
 L3. acontecimentos; cabia-nos, agora, mobilizar as entidades negras
 L4. cariocas. Abdias do Nascimento, que chegara ao Rio alguns dias
 L5. antes, proveniente dos Estados Unidos, topou logo participar do
 L6. processo. (1) **E** não dá para esquecer aquela tarde ensolarada em que
 L7. a gente se mandou pra Coelho Neto, para levar um papo com Candeia
 L8. sobre a participação da Quilombo no Ato Público. (2) Papo vai, papo
 L9. vem, ele nos presenteou com o folheto do enredo para o próximo
 L10. carnaval: Noventa Anos de Abolição. Fora escrito por ele, Candeia,
 L11. “baseado nas publicações de Edson Carneiro, Lélia Gonzalez, Nina
 L13. Rodrigues, Arthur Ramos (...), Alípio Goulart”... (GONZALEZ;
 HASENBALG, 1982, p. 45).

Nesse recorte, o **e**, na L6, inicia novo parágrafo. Ressaltamos aqui a importância de trazer todo o recorte para que possamos analisar as porções textuais anteriores e posteriores ao **e**. No decorrer da leitura, verifica-se que a conjunção protagoniza uma quebra no fluxo do texto. Com esse fenômeno, consideramos os apontamentos de Koch (1992) em relação aos MD. Segundo a autora, eles têm essa função de quebra em determinados enunciados. Mas nos atentaremos, principalmente, às reflexões de Jubran (2015) a respeito de *tópico discursivo*, observando que: 1) ele quebra a sequência de um tópico que se torna secundário, mas não dá a possibilidade de esgotamento desse mesmo tópico. A partir disso, vemos que o conceito de *continuidade tópica* não se enquadra totalmente nesse caso.

Por outro lado, podemos considerar, então, a *descontinuidade tópica* ao analisar esse **e**, uma vez que 2) o fenômeno realiza-se quando um tópico distinto é introduzido pela conjunção. Além disso, a sequência temporal e linear é quebrada; isso se assemelha ao que Jubran (2015) pontua no primeiro aspecto sobre *descontinuidade tópica*, o qual um tópico é interrompido por um novo e não retorna para o antigo. Porém, não podemos considerar a suspensão definitiva do tópico, pois, de alguma maneira, esse tópico iniciado pelo **e** faz parte de toda a narrativa de Gonzalez posta na porção textual que precede a iniciada pelo MD.

Além disso, o **e** 3) enfatiza a informação do tópico que introduz e a mudança de foco de relevância do tópico iniciado pelo **e**, que é muito maior do que a exposta na porção textual anterior. Por fim, ao utilizar o **e** seguido de um verbo no presente, em contraste com o passado predominantemente utilizado no recorte, 4) a autora conversa com o leitor de modo interativo, como se estivesse fazendo um comentário sobre o que foi relatado nos enunciados anteriores ou, então, sobre algo que ela

recordou durante a narrativa. Há uma quebra no fluxo contínuo do texto. A partir dessas considerações, vemos que, nesse caso, o **e** é um MD que não se encaixa na categoria de *continuidade tópica*, pois não há o esgotamento do tópico anterior ao iniciar outro, e no aspecto de *descontinuidade tópica* também não, uma vez que não ocorre a suspensão definitiva do tópico precedente, conforme disposto nas análises. Para o **e** com função de MD, estabelecemos a sigla E_{MD}.

No próximo recorte, a autora conta sobre seu sentimento em saber que seu nome estava no enredo do carnaval de 1979:

L1. (3) Surpresa e emocionada, disse-lhe que ainda não tinha um trabalho
 L2. publicado digno de ter meu nome ao lado daqueles “cobras” (afinal,
 L3. um artiguinho aqui, outro acolá, (4) **e** de tempos em tempos, não
 L4. significava nada). Ele retrucou, dizendo que sabia muito bem do
 L5. trabalho que eu vinha realizando “por aí” **e** que isso era tão importante
 L6. quanto os livros dos “cobras”. (5) **E** foi aí, então, que me incumbiu de
 L7. representar o Quilombo no Ato Público: “Não importa o que você diga,
 L8. que eu assino embaixo”. Pela primeira vez, para mim, alguém me fazia
 L9. refletir sobre a responsabilidade que se tem quando se começa um
 L10. trabalho “por aí”... (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 46, grifos
 nossos).

O primeiro **e** desse recorte, na L3, seguido da expressão *de tempos em tempos*, demarca trecho específico do fluxo textual, ou então uma informação exposta como secundária. A autora provavelmente especifica uma justificativa. A noção de gradualidade, proposta por Ducrot (1989) para o OA, mostra-se possível nesse caso, uma vez que o **e** precede *de tempos em tempos*, o argumento mais forte do enunciado.

Anteriormente à colocação do **e**, vocábulos indicam alcance restrito dos artigos de Gonzalez. O **e** coordena o enunciado a palavras que têm relação com a questão temporal de publicação dos artigos, ou seja: que artigos também eram publicados esporadicamente. A autora poderia ter usado certos elementos linguísticos de teor adverbial após o **e**, o que acarretaria sentidos explícitos. Por exemplo, a colocação de *também* geraria rebaixamento de sua imagem. Ao mesmo tempo em que tece uma crítica de si, mantém sua figura intacta, sem rebaixar as publicações. Vejamos como fica o recorte com o uso de tal advérbio após o **e**: “[...] (afinal, um artiguinho aqui, outro acolá, **e** *também* de tempos em tempos, não significava nada)”. Pode ser que

Gonzalez estivesse sendo modesta em relação a seus trabalhos, uma vez que sabia de sua importância intelectual. Novamente, temos um E_{CSOA}.

Na sequência, temos um **e**, especificamente na L5, que se enquadra na proposta de Neves (2006), que reflete a respeito de um segundo segmento ser somado ao primeiro no processo da enunciação. Gonzalez discorre acerca do que Candeia havia dito a ela sobre seus trabalhos: que eram tão dignos quanto o daquelas pessoas que ela considerava mais importantes. O que é exposto na segunda oração, a partir do então CS **e**, encaixa-se melhor no sentido de explicação, uma vez que Candeia esclarece que o trabalho de Lélia era similar e tão relevante quanto os dos outros.

Se observarmos o uso do *tão importante quanto* que vem na sequência, podemos dizer que tais vocábulos são argumentativos e evidenciam a explicação de modo enfático dada por Candeia a Gonzalez sobre os trabalhos dela. Sendo assim, para esse **e**, indicamos a sigla E_{CS} – **e** *Coordenador Semântico*.

O **e** da L6, que inicia um novo enunciado, é usado para estabelecer certa mudança de plano da narrativa em que o *enquadre* estaria presente, especificamente, no fato de Gonzalez ter sido representante da Quilombo no Ato Público. Segundo Reis (2004), *enquadre* diz respeito ao modo como uma pessoa interpreta, reinterpreta, lembra e categoriza os significados de determinado acontecimento social. Segundo a autora, “[...] o conceito de *enquadre* é uma ferramenta que revela estruturas e processos sociais emergentes na fala para se entender fatores macro e micro interacionais” (REIS, 2004, p. 20). Nesse caso, o *enquadre* está em um texto escrito, estabelecendo também relações micro e macro de interação.

Ainda nesse recorte, Gonzalez utiliza o recurso de situacionalidade do acontecimento, em que o **e** intensifica a sua narrativa. A autora usa esse aspecto para que o leitor crie certa ambientação com o que está sendo relatado: ou seja, somente após tudo aquilo que ela relatou antes que o fato posterior ao **e** tenha ocorrido.

Considerando os dois últimos recortes textuais, verifica-se que há uma unidade entre eles no que se refere ao tópico principal, sobre a participação de grupos e associações no Ato Público contra o racismo. Esse tópico é desmembrado, e um dos subtópicos apresentados abarca a participação da Quilombo no Ato Público. Em (1), a autora inicia o tópico no qual destaca o contexto em que a sua participação como representante da Quilombo foi indicada. No entanto, a justificativa dessa escolha

aparece antes da sua menção efetiva: apresenta-se um novo tópico, em (2), sobre o enredo do próximo carnaval, com o tema *Noventa Anos de Abolição*. O nome de Gonzalez entre os autores que embasaram o enredo do carnaval seguinte gerou surpresa para ela. Em (3), ela descreve sua reação ao ter aquela informação e declara que os autores citados são considerados, por ela, mais renomados. Em (4), consta a justificativa da escolha feita por Candeia, pautada no trabalho realizado pela autora. Assim, o tópico iniciado em (5) por *E foi aí* demarca a retomada dos tópicos anteriores, em forma de conclusão com relação ao assunto discutido, desmembrado e justificado. Esse movimento confere ao **e** a função de MD, pois atua no fluxo textual de retomada de porções anteriores, conforme destaca Schiffrin (1987).

Além disso, a partir do enunciado sob análise, vemos que Gonzalez utiliza *então* entre vírgulas após *E foi aí*. Com isso, demarca a sua argumentação para determinada conclusão, uma vez que o caráter de *então* dá esse sentido. A autora poderia ter escrito o enunciado com *E então, foi aí*; a alteração do lugar do vocábulo *então*, no enunciado, tornaria o **e** um operador altamente argumentativo. Podemos concluir, dessa forma, que o **e** da L6 se enquadra como um E_{CSMD} .

Na sequência, no mesmo parágrafo, temos outro recorte:

L1. A 16 de novembro daquele ano, Candeia trocou a sua situação de
L2. companheiro de lutas pela de ancestral (ou seja, faleceu, segundo a
L3. expressão tradicional). **E** os já então companheiros da Quilombo me
L4. indicaram para resumir e discutir com os membros da Ala dos
L5. Compositores o enredo que ele escrevera. Nei Lopes e Wilson Moreira
L6. (essas duas “feras”) tiveram o samba-enredo escolhido como o
L7. melhor, dentre outros muitos bons. **E** num trecho do samba, eles
L8. dizem: “E os quilombolas de hoje em dia/São *candeia* que nos
L9. alumia”... (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 46, grifos nossos).

Na L3, é possível relacionar que o **e** tem a função de dar mais leveza ao enunciado seguinte. Esse fenômeno se assemelha ao **e** de *transição*, proposto por Neves (2006): “[...] muitas vezes o **e** é justamente porque abre um novo desenvolvimento (de ‘ataque?’), introduzindo temas, inaugurando cenas, apontando para a frente, ao mesmo tempo que deixa pra trás um bloco que se encerra” (NEVES, 2006, p. 252). Assim, o **e** principia um enunciado de transição, o qual inaugura um novo tema para a narrativa de Gonzalez, o que o torna um CS.

Além disso, depois do **e**, temos *os já então companheiros*, em que a expressão *já então* exerce, no enunciado, uma espécie de retomada, a qual especifica o termo

companheiros e ainda denota certa cronologia. O papel de advérbio de tempo demarca ainda que os *companheiros* já exerciam aquela posição ao lado de Gonzalez. Considerando o fluxo textual anterior, também nos atentamos ao fato de que esse **e** introduz um enunciado avulso, como se quebrasse o fluxo textual, indicando, ainda, determinado período. Podemos aplicar o que propõe Koch (1992), tendo em vista o que é colocado no enunciado precedente – a morte de Candeia, fato lamentável por se tratar de um importante nome da causa negra e também um amigo de Gonzalez. Assim, consideramos que a autora utiliza o **e** como MD de quebra para fugir daquele acontecimento triste; Gonzalez muda repentinamente de assunto e começa a falar da indicação para o resumo e discussão do enredo que Candeia havia escrito. Nesse sentido, estipulamos para esse **e** a sigla E_{CSMD}.

Para o último **e** desse recorte, na L7, utilizamos as considerações de Neves (2000) a respeito da direção argumentativa. Segundo a autora, quando o **e** está no início do enunciado, ele obedece a determinações pragmáticas. Ao adicionar argumentos, especificamente, esse **e** gera efeito de acréscimo. Isso é intensificado pelo uso das reticências ao final do enunciado²¹. O uso das reticências pela autora dá a ideia de acréscimo, como se aquele trecho do samba a levasse para muitos outros lugares. O CS **e** dá abertura para que todo o sentido do enunciado seja efetivado. Assim, temos E_{CS}.

No próximo recorte do *corpus*, Gonzalez discorre um pouco sobre as organizações negras cariocas favoráveis ao Ato Público.

- L1. Além da Quilombo, o Renascença Clube, o Núcleo Negro Socialista,
- L2. o Centro de Estudos Brasil-África (CEBA) e o Instituto de Pesquisa das
- L3. Culturas Negras (IPCN) foram as associações cariocas que apoiaram
- L4. o novo movimento **e** assinaram uma nota conjunta de solidariedade
- L5. que foi remetida para São Paulo. Enquanto isso, naquela cidade, como
- L6. vimos, ocorriam as primeiras defecções, determinadas pelo velho
- L7. temor da repressão **e** pelo não menos velho temor de
- L8. comprometimento. Argumentava-se que um ato público era algo de
- L9. muito sério **e**, no caso, até mesmo temerário. Felizmente a lucidez e a
- L10. firmeza dos mais decididos não se abateu diante de tais receios
(GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 46-47, grifos nossos).

²¹ Lélia Gonzalez recorre a este sinal gráfico em seus escritos.

Um fato interessante sobre esse recorte é que todas as ocorrências do **e** em destaque apresentam alto índice argumentativo no que diz respeito ao OA. O primeiro que analisaremos é o da L4. Podemos observar que Gonzalez enfatiza em seu enunciado as instituições que apoiaram o Ato Público, além da Quilombo. O **e** opera de modo argumentativo ao revelar mais uma razão relevante.

A autora reitera que, além de apoiar, as instituições também assinaram; esse argumento, presente no segundo segmento após o **e**, demonstra, de maneira inegável, o interesse de participação dos citados no Ato. Aqui, a ação de *assinar* se mostra mais forte do que a de *apoiar*, tornando o segundo argumento orientado pelo **e** mais forte do que o primeiro. Com isso, podemos indicar para esse **e** a escala argumentativa de Ducrot (1989). Assim, esse **e** seria um OA de excelência.

A segunda conjunção em grifo está na L7. O enunciado começa com o relato de que, no Rio de Janeiro, estavam ocorrendo os primeiros abandonos para a não participação do Ato Público. Gonzalez relata que isso aconteceu devido a dois fatores: medo de repressão e de comprometimento. O primeiro diz respeito ao governo ditatorial, como exposto anteriormente, e o segundo volta-se diretamente a questões de caráter pessoal dos membros da entidade. É como se Gonzalez criticasse sutilmente as instituições que abandonaram o Movimento pela falta de responsabilidade e engajamento com a causa do povo negro. Os argumentos encadeados pelo OA **e** imprimem a gradualidade, em que o argumento precedido pelo OA é mais forte do que o primeiro; afinal, o temor pela repressão do governo, nesse caso, é menos forte do que o comprometimento das instituições. Assim, também podemos acionar a escala argumentativa proposta por Ducrot (1989).

Ademais, vemos que a autora utiliza o fenômeno de repetição nos enunciados ligados a partir do **e**; especificamente, são repetidos os vocábulos *pelo velho temor*. No segundo segmento, temos o *não menos* – que, na verdade, demonstra ênfase em *velho temor*. Ao repetir os vocábulos *pelo velho temor*, a argumentação ocorre no que diz respeito, principalmente, à sequenciação, a qual frisa, por meio da repetição, a dada ação (KOCH, 1992).

O terceiro **e** é seguido de vírgula. Gonzalez utiliza, após a vírgula, o termo *no caso*, que demonstra certa especificidade; na sequência, a autora usa *até mesmo*. Sabemos que esse é um operador altamente argumentativo, uma vez que demonstra,

de modo explícito, o argumento mais significativo que orienta o enunciado para determinada conclusão, dando a ele uma escala de gradação.

O **e**, em uma posição anterior, serve para somar os argumentos a favor de demonstrar o que era debatido naquela época sobre a não participação das instituições no Ato Público. Vale ressaltar que a autora não concorda com os argumentos que eram dados sobre o Ato, mas expôs o que era debatido na época sobre tal. Enfim, de todo modo, entendemos que todos os três **e** que aparecem nesse recorte são E_{OA}.

No recorte a seguir, Gonzalez relata o que aconteceu no dia sete de julho de 1978, um marco histórico para o povo negro, pois foi o dia do tão aguardado Ato Público contra o racismo, que deu início ao MNU em âmbito nacional:

- L1. ...**E** estávamos todos lá, nas escadarias do Teatro Municipal de São
 L2. Paulo. Muita atividade (distribuição da carta aberta à população,
 L3. colocação de cartazes, faixas etc.), muita alegria, muita emoção. As
 L4. moções de apoio chegavam **e** eram lidas com voz forte e segura. A
 L5. multidão aplaudia. Como aplaudia os discursos que se sucediam.
 L6. Graças às mensagens de solidariedade de grupos, organizações,
 L7. entidades negras e brancas, de São Paulo e do Brasil; graças às
 L8. falações que iam fundo em suas denúncias; graças àquela multidão
 L9. ali presente (cerca de duas mil pessoas), negra na sua maioria (mas
 L10. muitos brancos também); graças a todo um espírito de luta pluri-
 L11. secular de um povo, a emoção tomava conta da gente, causando uma
 L12. espécie de vertigem. **E** um sentimento fundo tomou conta de cada um,
 L13. quando ouvimos a leitura, a duas mil vezes, da Carta Aberta à
 L14. População que assim dizia: [...] (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p.
 48, grifos nossos).

Anteriormente a esse recorte, a autora havia tecido comentários a respeito da importância do Ato Público do dia sete de julho, data que marcou a história do MN no Brasil, demonstrando a união nacional de todos os negros contra os atos racistas da época.

Esse primeiro **e** do recorte inicia o parágrafo e é precedido por reticências. Tal sinal gráfico pode demonstrar diversos sentidos em um enunciado. O que chama atenção é ter sido usado antes do **e**: é como se a autora demonstrasse, por meio das reticências, demasiada emoção por aquilo que ela vai relatar e realizasse um grande respiro antes de iniciar sua narrativa. Essas reticências trazem para a narrativa uma pausa maior.

No início de frase e de parágrafo, o **e** é considerado de *transição*, pois trata de um fenômeno de paragrafação que realiza uma marcação diferenciada do que vem em seguida. Nesse sentido, o **e** estabelece essa função de *transição* que inicia o curso da narrativa no fluxo textual. Na L1, o **e** inaugura a cena do Ato Público, narrada pelos olhos de Gonzalez, que participou e organizou o Movimento. A memória da autora tem grande papel nesse relato: o **e**, na progressão textual, desempenha grandes efeitos. Dito tudo isso, esse **e** é um MD, uma vez que atua como sequenciador que organiza o texto, estabelecendo a ele uma abertura (JUBRAN, 2015). Para esse **e**, temos a sigla E_{MD}.

Na L4, podemos considerar um dos valores que Quirk e Greenbaum (1973) estabelecem para o **e**, uma vez que, no recorte, o enunciado conectado pelo **e** adiciona uma nova informação ao primeiro enunciado, constituindo, assim, uma relação de causa e consequência, pois faz parte do processo emocional pela chegada das moções. Além disso, esse **e** também realiza um movimento de gradação, conforme pontuado por Ducrot (1989). Gonzalez, nesse recorte, relata que, conforme os textos de apoio chegavam, eram lidos por todos aqueles que estavam participando do Ato Público. Logo em seguida, discorre sobre a reação da multidão com aquela mobilização. Segundo a autora, todos aplaudiam fervorosamente. Em um longo enunciado, a autora atribui seus agradecimentos a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a realização do Ato Público. Por meio das palavras da autora, é possível visualizar e até sentir uma partícula do sentimento que ela teve naquela mobilização. Entendemos que esse **e** é um E_{CSOA}.

Na L12, o **e** aparece em início do parágrafo. Novamente acionamos os valores considerados por Quirk e Greenbaum (1973), visto que se trata de uma relação de causa e consequência. Especificamente, consideramos o que os autores discorrem no item 6: “A primeira oração é uma condição da segunda” (QUIRK; GREENBAUM, 1973, p. 257, tradução nossa). Como teor adverbial, Quirk e Greenbaum (1973) indicam o *então*. Vejamos: “**E** *então* um sentimento fundo tomou conta de cada um, quando ouvimos a leitura, a duas mil vezes, da Carta Aberta à População que assim dizia: [...]” (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 48, grifos nossos). Assim, para esse **e**, indicamos E_{CS}.

Após trazer a Carta Aberta à População Contra o Racismo na íntegra, que fora lida durante o Ato Público, Gonzalez então relata seu sentimento, emoção e,

consequentemente, sua lembrança de todo aquele ato. O próximo **e** aparece em um pequeno parágrafo: “Dia seguinte, os jornais noticiavam em manchetes de primeira página. **E** estávamos no nonagésimo ano após a chamada abolição da escravatura” (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 51, grifo nosso). É possível identificar mudança significativa do fluxo do enunciado. No primeiro enunciado, a autora relata o que acontecia naquela época; tece um comentário sobre estar no nonagésimo ano depois que a escravatura foi abolida. Esse **e** quebra o fluxo textual da narrativa, portanto, podemos dizer que estabelece a função de MD, sendo representado por E_{MD}.

Gonzalez continua sua narrativa a respeito dos feitos após o Ato Público:

- L1. Lá pelos fins de agosto, um grupo de intelectuais negros do Rio e de
- L2. São Paulo seguiu para Belo Horizonte, a fim de participar da II Semana
- L3. de Estudos Afro-Brasileiros, organizada pelo Instituto de História e
- L4. Arte de Minas Gerais. Todos, à exceção de um, pertenciam ao
- L5. MNUCDR **e**, dentre estes, dois eram membros da Comissão
- L6. Provisória. Ao regressarmos, já tínhamos conseguido a adesão de um
- L7. casal negro, que se encarregou de criar e organizar o movimento
- L8. naquela cidade. Minas Gerais também se comprometia a comparecer
- L9. à Assembléia no Rio.
- L10. Esta última foi realizada nos dias 9, 10 e 11 de setembro, nas
- L11. dependências do IPCN. Presentes, as delegações de São Paulo,
- L12. Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, além dos cariocas e
- L13. fluminenses. Eram cerca de trezentas pessoas que ali estavam para
- L14. discutir e votar não só os documentos básicos do movimento, mas
- L15. também eleger a Comissão Executiva Nacional **e** caracterizar a
- L16. posição do MNUCDR em face das eleições de 15 de novembro.
(GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 52, grifos nossos).

O **e** da L5 demonstra a versatilidade de usos que Gonzalez dava para essa conjunção. Vemos, nesse caso, que o **e** vem seguido de vírgulas e especifica algo da narrativa com *dentre estes*. Assim, podemos aplicar o que Neves (2000) pontua: o segundo segmento é uma especificação do primeiro segmento da narrativa. Além disso, a escala gradativa de Ducrot (1989) pode ser aplicada nesse recorte, pois a Comissão Provisória é um elemento de grande relevância para o dado contexto. Indicamos, assim, a sigla E_{CSOA}.

Na L15, o **e** também estabelece uma relação de causa e consequência com o que foi dito no enunciado anterior, caracterizando-se como um CS. Nesse sentido, o segundo enunciado é mais forte do que o primeiro na escala argumentativa de Ducrot (1989). Isto é, além de eleger a Comissão Executiva Nacional, seria necessário também caracterizar qual posição política o MNUCDR adotaria nas eleições

seguintes. Assim, a caracterização do Movimento mostra-se mais relevante do que a eleição da Comissão, tendo em vista todo o contexto político daquela época. Entendemos que esse **e** atua como E_{CSOA} .

A autora ainda pontua os acontecimentos da Assembleia:

- L1. Era bonito de ver aquela negada tão cheia de vida, tão ardorosa,
 L2. mesmo que discordante, empenhando-se inteira naquela assembléia.
 L3. **E** o lance mais incrível se deu quando o sono começou a ameaçar o
 L4. andamento dos trabalhos. Já era alta madrugada de segunda-feira;
 L5. estávamos todos exaustos, exauridos, mas com uma determinação
 L6. que teimava em transcender tudo isso. **E** era um tal de nêgo
 L7. cochilando aqui, outro acolá, outro mais adiante, todos insistindo em
 L8. permanecer no plenário (ainda hoje, quando a gente papeando se
 L9. recorda da cena, a gente se acaba de rir) (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 53, grifos nossos).

Como exposto anteriormente, o **e** da L3 coordena semanticamente o segundo enunciado para determinada conclusão. Assim, o segundo argumento é uma consequência do primeiro, o que comprova a proposta de Quirk e Greenbaum (1973). A narrativa é intensificada pelo filtro afetivo de Gonzalez com os fatos ocorridos naquela Assembleia. Além disso, podemos considerar também uma quebra do subtópico maior, causada pelo **e**, o que imprime, a esse elemento, característica de MD. Assim, entendemos que esse **e** é um E_{CSMD} .

O segundo **e** desse recorte tem a função de adição de informação ao enunciado que vem antes da colocação do **e**, conforme Quirk e Greenbaum (1973) destacam: “A segunda oração adiciona uma informação nova à primeira” (QUIRK; GREENBAUM, 1973, p. 257, tradução nossa). Seguindo essa perspectiva, poderíamos adicionar *também* ao enunciado após o **e**. “**E também** era um tal de nêgo cochilando aqui, outro acolá, outro mais adiante [...]”. Além disso, podemos considerar a noção de efeito de acréscimo proposta por Neves (2000). Por fim, indicamos a função de E_{CS} .

A partir dessas análises, elaboramos um quadro síntese que mostra cada recorte analisado e qual(is) a(s) função(ões) assumidas pelo **e**.

Quadro 1 – Síntese dos recortes e das análises indicadas

Nº	TRECHO DO CORPUS	CS	MD	OA
1	Nas reuniões seguintes, a primeira se retirou e a segunda começou a se atemorizar com a repressão. [...]	X		X
2	De qualquer modo, um grupo de membros do CECAN organizou-se como o Centro de Luta Decisão e levou adiante a idéia de realização do Ato Público. [...]	X		X
3	Abdias do Nascimento, que chegara ao Rio alguns dias antes, proveniente dos Estados Unidos, topou logo participar do processo. E não dá para esquecer aquela tarde ensolarada em que a gente se mandou pra Coelho Neto, para levar um papo com Candeia sobre a participação da Quilombo no Ato Público. [...]		X	
4	Surpresa e emocionada, disse-lhe que ainda não tinha um trabalho publicado digno de ter meu nome ao lado daqueles “cobras” (afinal, um artiguinho aqui, outro acolá, e de tempos em tempos, não significava nada).	X		X
5	Ele retrucou, dizendo que sabia muito bem do trabalho que eu vinha realizando “por aí” e que isso era tão importante quanto os livros dos “cobras”.	X		
6	E foi aí, então, que me incumbiu de representar o Quilombo no Ato Público [...]	X	X	
7	A 16 de novembro daquele ano, Candeia trocou a sua situação de companheiro de lutas pela de ancestral (ou seja, faleceu, segundo a expressão tradicional). E os já então companheiros da Quilombo me indicaram para resumir e discutir com os membros da Ala dos Compositores o enredo que ele escrevera.	X	X	
8	Nei Lopes e Wilson Moreira (essas duas “feras”) tiveram o samba-enredo escolhido como o melhor, dentre outros muitos bons. E num trecho do samba, eles dizem: “E os quilombolas de hoje em dia/São candeia que nos alumia”...	X		
9	Além da Quilombo, o Renascença Clube, o Núcleo Negro Socialista, o Centro de Estudos Brasil-África (CEBA) e o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN) foram as associações cariocas que apoiaram o novo movimento e assinaram uma nota conjunta de solidariedade que foi remetida para São Paulo.			X
10	Enquanto isso, naquela cidade, como vimos, ocorriam as primeiras defecções, determinadas pelo velho temor da repressão e pelo não menos velho temor de comprometimento.			X
11	Argumentava-se que um ato público era algo de muito sério e, no caso, até mesmo temerário. [...]			X
12	...E estávamos todos lá, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo.		X	
13	Muita atividade (distribuição da carta aberta à população, colocação de cartazes, faixas etc.), muita alegria, muita emoção. As moções de apoio chegavam e eram lidas com voz forte e segura. A multidão aplaudia. Como aplaudia os discursos que se sucediam.	X		X

Nº	TRECHO DO CORPUS	CS	MD	OA
14	Graças às mensagens de solidariedade de grupos, organizações, entidades negras e brancas, de São Paulo e do Brasil; graças às falações que iam fundo em suas denúncias; graças àquela multidão ali presente (cerca de duas mil pessoas), negra na sua maioria (mas muitos brancos também); graças a todo um espírito de luta pluri-secular de um povo, a emoção tomava conta da gente, causando uma espécie de vertigem. E um sentimento fundo tomou conta de cada um, quando ouvimos a leitura, a duas mil vozes, da Carta Aberta à População que assim dizia: [...]	X		
15	Dia seguinte, os jornais noticiavam em manchetes de primeira página. E estávamos no nonagésimo ano após a chamada abolição da escravatura. [...]		X	
16	Lá pelos fins de agosto, um grupo de intelectuais negros do Rio e de São Paulo seguiu para Belo Horizonte, a fim de participar da II Semana de Estudos Afro-Brasileiros, organizada pelo Instituto de História e Arte de Minas Gerais. Todos, à exceção de um, pertenciam ao MNUCDR e, dentre estes, dois eram membros da Comissão Provisória.	X		X
17	Eram cerca de trezentas pessoas que ali estavam para discutir e votar não só os documentos básicos do movimento, mas também eleger a Comissão Executiva Nacional e caracterizar a posição do MNUCDR em face das eleições de 15 de novembro.	X		X
18	Era bonito de ver aquela negada tão cheia de vida, tão ardorosa, mesmo que discordante, empenhando-se inteira naquela assembléia. E o lance mais incrível se deu quando o sono começou a ameaçar o andamento dos trabalhos.	X	X	
19	Já era alta madrugada de segunda-feira; estávamos todos exaustos, exauridos, mas com uma determinação que teimava em transcender tudo isso. E era um tal de nêgo cochilando aqui, outro acolá, outro mais adiante, todos insistindo em permanecer no plenário (ainda hoje, quando a gente papeando se recorda da cena, a gente se acaba de rir).	X		

Fonte: Elaborado pela autora

A partir desse quadro, podemos observar que foram analisados 19 recortes do *corpus* e, especificamente, em nove ocorrências do **e**, as funções coocorrem. Assim, elaboramos um segundo quadro, que demonstra a função do **e**, a descrição norteadora da função estabelecida e, na última coluna, o número total de ocorrências de cada função no *corpus* de análise.

Quadro 2 – Número de ocorrências do e

FUNÇÃO	DESCRIÇÃO NORTEADORA DA FUNÇÃO E NÚMERO DE OCORRÊNCIAS	NÚMERO TOTAL DE OCORRÊNCIAS
e Operador Argumentativo (E _{OA})	Escala argumentativa (3 ocorrências)	3
e Marcador Discursivo (E _{MD})	Quebra no fluxo do texto (3 ocorrências)	3
e Coordenador Semântico (E _{CS})	Explicação (1 ocorrência) Acréscimo (2 ocorrências) Relação de causa e consequência (1 ocorrência)	4
e Coordenador Semântico Operador Argumentativo (E _{CSOA})	Relação de causa e consequência (3 ocorrências) Conclusão (1 ocorrência) Explicação (1 ocorrência) Especificação (1 ocorrência) Escala argumentativa (6 ocorrências)	6
e Coordenador Semântico Marcador Discursivo (E _{CSMD})	Conclusão (2 ocorrências) Transição (1 ocorrência) Quebra no fluxo do texto (3 ocorrências)	3

Fonte: Elaborado pela autora

Por meio do Quadro 2, verificamos que o **e** como CS aparece em evidência, totalizando 13 ocorrências. Dessas, nove coocorrem com outras funções – seis com OA e três com MD. Isso nos revela uma tessitura pautada nas relações textuais internas, em que o **e** representa maior mobilidade para a autora.

Essas funções estabelecidas nas análises mostram que o **e**, no texto de Gonzalez, não é uma mera conjunção aditiva, isto é, possui funções que transcendem essa definição, conforme descrito anteriormente. Frisamos que as análises realizadas não esgotam a gama de possibilidades das funções que o **e** pode assumir em textos.

O uso do E_{MD} tem a função de estabelecer certa fluidez no texto da autora, o que está diretamente relacionado com as cenas, os sentimentos e a memória de quem escreve. No *corpus* em questão, esses aspectos estão ligados também ao papel de ativista de Gonzalez.

O E_{OA} demonstra que a autora utiliza a sua argumentação de modo implícito, sem se comprometer diretamente com o que estava sendo dito, tendo em vista o contexto em que vivia naquela época. Por se tratar de uma conjunção de fácil

conexão, Gonzalez usa o *e* para argumentar. Essa característica está relacionada à sua posição de ativista do MN e do Feminismo Negro, que não deseja gerar impactos, embates no texto.

Se tomarmos como base a proposta de Bakhtin (2000), em sua obra *Estética da criação verbal*, sobre os enunciados serem reflexos dos campos de atividade humana, em que são pauta o *conteúdo temático*, o *estilo da linguagem*, com as escolhas lexicais, por exemplo, e, não menos importante, a *construção composicional*, podemos dizer que o texto de Gonzalez está vinculado a leitores que merecem certa fluidez textual e consideração especial com o falar brasileiro, que a própria Gonzalez entende ser o *pretuguês*, como discorremos. Entendemos, também, que essa postura da autora, que percorre todo o capítulo, é o que conduz a fluidez de mobilidade, ora de um relato de evento, ora de reflexões teóricas, ora de traços de subjetividade, mais próximos do papel de ativista da autora.

O que dissemos nos parágrafos anteriores referenda a proposta de Bakhtin (2000) sobre o tema de um texto estar ligado ao contexto de produção. Ainda devemos verificar que as escolhas lexicais de Gonzalez não só sedimentam a estrutura dos enunciados, mas também consolidam sua proposta de escrita, que prevê, nesse caso, o acesso mais democrático ao conteúdo. O texto de Gonzalez, em particular, é exemplo de fluidez textual, em que o estilo individual faz parte do empreendimento enunciativo e constitui uma de suas linhas diretrizes.

De acordo com Bakhtin (2010), “O enunciado – oral e escrito, primário e secundário, em qualquer esfera da comunicação verbal – é individual, e por isso pode refletir a individualidade de quem fala (ou escreve)” (BAKHTIN, 2000, p. 283). Durante a leitura de qualquer recorte de texto escrito por Gonzalez, é possível observar a singularidade de sua escrita. Em especial, no capítulo de nosso *corpus* de análise, é nítido o estilo de escrever de Gonzalez, o que nos faz pensar que a individualidade dela está refletida em seus enunciados. Apesar de não se enquadrar no gênero literário, a escrita de Gonzalez na obra *Lugar de negro* apresenta traços de estilo individual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das análises realizadas, podemos verificar que o **e** assume funções que extrapolam a de mera conjunção aditiva, as quais variam de acordo com a orientação argumentativa e intencionalidade de Gonzalez. A recorrência a três encaminhamentos teóricos acionados nas análises confirmou essa fluidez de funções. A coocorrência de mais de uma função explica a carga intencional que a aparente neutralidade é capaz de tributar.

Das 33 ocorrências do **e** no *corpus*, 19 foram descritas e analisadas. Das 19, indicamos, como Operador Argumentativo (EOA), Marcador Discursivo (EMD) e Coordenador Semântico Marcador Discursivo (ECSMD), três ocorrências do **e** de cada; quatro ocorrências do **e** apenas como Coordenador Semântico (ECS), e seis indicações como Coordenador Semântico Operador Argumentativo (ECSOA). Como exposto anteriormente, essa verificação demonstrou que o **e** como CS predominou e, de modo particular, juntamente com o OA ocorreu em seis momentos.

Com isso, podemos considerar a direção do enunciado, assim como teoriza Neves (2000) sobre CS. Isso revela o estilo de escrita de Gonzalez, que seguia a ordem cronológica dos fatos, como ocorre em relatos. Desse modo, a narrativa demonstra ainda mais a hibridez de estilo: mesmo seu texto sendo publicado em um livro de caráter científico, a autora ousa ao escrever de modo híbrido, sobrelevando o objetivo de ser clara e de alcançar perfis mais amplos de leitores. Isso demonstra a singularidade da escrita de Gonzalez, acionada para o texto sob estudo.

Podemos afirmar, também, que o teor de adição lança a possibilidade de não engessar as relações tanto semânticas quanto argumentativas. Por isso, é evidente a versatilidade funcional do **e** em termos de orientações de sentido. O cotejo de recortes pode elucidar o estilo de Gonzalez, considerando o perfil do texto sob análise e funções do **e** não previstas tradicionalmente, mas explicadas por correntes teóricas da linguística.

Na realização das análises, levamos em consideração o contexto de produção de Gonzalez. Por meio das relações textuais analisadas, pudemos identificar os propósitos argumentativos da autora, que foram oriundos de objetivos delimitados de acordo com suas vivências, conhecimentos, histórico de luta em prol do povo negro.

Para continuação desta pesquisa, pretendemos estudar mais detidamente uma das categorias que fazem parte da *coesão textual: a coesão sequencial*. Antunes (2005) salienta que os elementos coesivos promovem em um texto a *sequenciação*. Por outro lado, nesse movimento de conectar diferentes porções de determinado texto, há certas conexões que só são possíveis em determinadas porções textuais e em dadas funções sintáticas, e tudo depende do texto e do contexto.

Sobre a *coesão sequencial*, Koch (1992) anuncia duas vertentes: a *sequenciação parafrástica* e *frástica*. A primeira diz respeito ao modo como o produtor do texto introduz no enunciado aspectos para marcar determinada ação, por exemplo, a repetição, levada a muitos textos para expressar a ênfase em algum aspecto do enunciado. O segundo segmento diz respeito a diversos enunciados em dada sequência. São categorias importantes e que se entrelaçam, e esse aspecto deve ser considerado nas análises.

Com relação à *sequenciação parafrástica*, Koch (1992) expõe, a partir de Weinrich (1964), a recorrência de tempo e aspecto verbal de acordo com três características: *atitude comunicativa*, *perspectiva* e *relevo*. Em relação à *atitude comunicativa*, temos os tempos do *mundo comentado* e do *mundo narrado*: “os tempos do comentário conduzem o ouvinte a uma atitude receptiva, tensa, engajada, atenta; os do relato, ao contrário, levam o ouvinte a assumir uma atitude receptiva relaxada, não lhe exigindo nenhuma reação direta” (KOCH, 1992, p. 53). Esses mundos aparecem na *perspectiva* por meio do *tempo-zero*, *retrospectivo* e *prospectivo*, e terão relação com o tempo verbal exposto em cada enunciado. Por fim, o *relevo* estabelece o primeiro e segundo plano por meio apenas do mundo narrado.

Santos (2016) revela-nos os tempos verbais e seus respectivos modos por meio das atitudes comunicativas: *comentar* e *narrar*. Ao *comentar*, a atitude é receptiva, com certa tensão. Em um enunciado, percebemos esses tempos verbais por meio do presente do indicativo, pretérito perfeito e futuro do presente. No tempo do *mundo narrado*, normalmente, trata-se de um relato, uma ação; nele, os tempos verbais utilizados são o pretérito perfeito, imperfeito, mais que perfeito e futuro do pretérito do indicativo. O *relevo* surge no *mundo comentado*, quando em primeiro plano, pelo pretérito perfeito, e em segundo plano no *mundo narrado* por meio do pretérito imperfeito.

Koch (1992) explica que a função coesiva por meio do *tempo verbal* indica “ao leitor/ouvinte que se trata de uma seqüência de comentário ou de relato, de perspectiva retrospectiva, prospectiva ou zero, ou ainda de primeiro ou segundo plano, no relato” (KOCH, 1992, p. 53-54). Com os tempos utilizados por determinado autor em seu enunciado, podemos estabelecer qual o tom de seu texto e, ainda, qual elemento dito é mais relevante na porção textual. Tais definições em relação aos *tempos verbais* são úteis no sentido de, no futuro, demonstrar qual a atitude comunicativa da escrita de Gonzalez.

A denominada *sequenciação frástica* diz respeito aos elementos que fazem os encadeamentos na progressão textual, dentro da própria frase. Em um texto, há algumas marcas linguísticas que estabelecem determinadas relações argumentativas no fluxo textual. As conjunções são destaque em termos de *sequenciação frástica*, pois são elas as responsáveis por tal fenômeno (KOCH, 1992).

Vejamos agora um dos recortes do *corpus* para aplicação dessas funções de *coesão textual*:

Contatos *foram* estabelecidos com o Rio de Janeiro. Um dos atletas negros do Tietê *veio* ao nosso encontro para informar sobre os acontecimentos; *cabia-nos*, agora, mobilizar as entidades negras cariocas. Abdias do Nascimento, que *chegara* ao Rio alguns dias antes, proveniente dos Estados Unidos, *topou* logo participar do processo. E não *dá* para esquecer aquela tarde ensolarada em que a gente se *mandou* pra Coelho Neto, para levar um papo com Candeia sobre a participação da Quilombo no Ato Público (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 45, grifos nossos).

Na primeira parte desse recorte, temos os verbos conjugados no pretérito perfeito que estabelecem o tempo do *mundo narrado* a partir de um primeiro plano de *relevo* – *foram* e *veio*. Quando os tempos verbais de diferentes frases permanecem os mesmos, temos a chamada *transição homogênea*, que indica ao leitor que a informação mais relevante é a que está sendo relatada. Em seguida, ocorre a *transição heterogênea*, em que o tempo verbal é mudado para o pretérito imperfeito com o *cabia-nos*; essa transição estabelece, na perspectiva de Weinrich (1964 *apud* KOCH, 1992), uma mudança para o segundo plano, ou seja, apresenta uma informação secundária, a partir, agora, da *sequenciação frástica*.

No enunciado seguinte, temos uma nova mudança de perspectiva, agora para o tempo pretérito mais-que-perfeito – *chegara* – indicando perspectiva retrospectiva

do *mundo narrado*. Há uma nova transição para o pretérito perfeito com *topou*, retornando à *sequenciação parafrástica*; permanecerá essa sequenciação até que um novo tempo verbal surja. Em seguida, com o verbo no presente – *dá* –, a atitude comunicativa da autora muda para o tempo do *comentário*, na perspectiva do tempo zero. Tal transição dura pouco, até o verbo *mandou*, voltando para o tempo do *mundo narrado* com o retorno do pretérito perfeito e, por fim, a predominante *sequenciação parafrástica*.

Realizamos essa análise para ilustrar que, a partir das categorias de *coesão textual*, especificamente, com relação aos aspectos da *coesão sequencial*, pudemos estabelecer diversos sentidos e direções para o enunciado do *corpus* desta pesquisa. Isso demonstra a possibilidade de continuação do estudo sobre a escrita singular da autora.

Gonzalez, por meio de um livro de caráter científico, utiliza uma escrita peculiar: com jargões, expressões da língua oral, sinais gráficos diversos. Além de descrever, Gonzalez relata, expõe, denuncia, emociona-se e emociona-nos. Mesmo em meio à ditadura militar no Brasil, a ativista não se cala e mostra, por meio da obra *Lugar de negro*, a sua voz: o *pretuguês*, que estabelece uma relação mais próxima com o leitor, de forma a gerar empatia e entendimento mais efetivo sobre o que está escrito. Vimos, com suas palavras, o quão único, singular e fluido pode ser um texto.

A autora escreve por meio do *pretuguês* e utiliza a conjunção **e** como um elemento simples e potente de sua argumentação. Por meio do **e**, ela pode, principalmente, orientar o seu enunciado a determinada direção argumentativa. Conseguiu também orientar seus ditos a dada conclusão; por exemplo, deixou um assunto em segundo plano para que outro se iniciasse. O **e** foi adotado por Gonzalez como parte do seu *pretuguês*.

Uma obra científica com a escrita de Lélia Gonzalez pode ser levada e difundida para um público diverso e amplo. Não é necessário ser estudioso de Gonzalez ou, até mesmo, do MN para entender *o que* e *do que* a autora está falando. Por meio de suas palavras, podemos mergulhar, entender e sentir um pouco da emoção que ela quer passar; podemos compreender a sua luta pessoal e a luta de todos nós enquanto povo negro. O legado de Lélia Gonzalez é inegável e sua escrita é parte ímpar disso.

Axé...

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé. **Lutar com palavras: coesão e coerência**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Estética da criação verbal**. 3. ed. Tradução de: Marina Appenzeller. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2000.
- BARBOSA, Paulo Corrêa. **Lélia Gonzalez: o feminismo negro no palco da história**. Brasília: Abravídeo, 2015.
- BENTES, Anna Christina. Linguística Textual. *In*: BENTES, Anna Christina; MUSSALIM, Fernanda (Orgs.). **Introdução à linguística**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 245-285.
- BLÜHDORN, Hardarik; ANDRADE, Maria Lúcia da C. Victório de Oliveira. Tendências recentes da lingüística textual na Alemanha e no Brasil. **Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, n. 7, p. 13-48, 2005.
- CARVALHO, Dolores Garcia; NASCIMENTO, Manoel. **Gramática histórica: para o 2º grau e vestibulares**. 14. ed. São Paulo: Ática, 1984.
- CORBARI, Clarice Cristina. **Um estudo da conjunção *and* em uma gramática da língua inglesa para estudantes estrangeiros**. 2005. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Filipe Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. 2019. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/>. Acesso em: 31 jul. 2019.
- DUCROT, Oswald. Argumentação e “topoi” argumentativos. *In*: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, 1989.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.
- GARCIA, Othon Moacyr. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar**. 7. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1978.
- GARCIA, Othon Moacyr. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar**. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: **Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**, 4., 1980. Apresentação... Rio de Janeiro: ANPOCS, 1980. p. 223-245.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GUIMARÃES, Eduardo. **Texto e argumentação**: um estudo de conjunções do português. Campinas: Pontes, 1987.

JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi. Revisitando a noção de tópico discursivo. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, Campinas, v. 48, n. 1, p. 33-41, 2006.

JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi. Tópico discursivo. *In*: JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi (Org.). **A construção do texto falado**. São Paulo: Contexto, 2015. v. 1. p. 85-126.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça. **A coesão textual**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1992.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça. Lingüística textual: quo vadis? **DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, Campinas, v. 17, p. 1-10, 2001.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça. **Introdução à lingüística textual**: trajetória e grandes temas. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça. **Argumentação e linguagem**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência textual**. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Lingüística de texto**: o que é e como se faz? São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

MICHAELIS Dicionário Online. **Conjunção**. 2018. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/conjun%C3%A7%C3%A3o/>. Acesso em: 29 jun. 2018.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Unesp, 2000.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

PEREIRA, Carlos Alberto; HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Lélia Gonzales. *In: Patrulhas ideológicas*. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 202-212.

PORTELA, Girlene Lima. Contribuições da lingüística textual para o ensino-aprendizagem da leitura/escrita. **A Cor das Letras**, Feira de Santana, v. 5, n. 1, 2004.

PROJETO MEMÓRIA. **Lélia Gonzalez**: o feminismo negro no palco da história. 2011. Disponível em: <http://www.projetomemoria.art.br/leliaGonzalez/index.jsp>. Acesso em: 3 jun. 2019.

QUIRK, Randolph; GREENBAUM, Sidney. **A university grammar of English**. Londres: Longman, 1973.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

REIS, Adriana Gray da Silva. **A complexidade interacional na central de reservas de uma companhia aérea**: enquadres, alinhamentos e seqüências conversacionais em um contexto institucional. 2004. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

ROCHA, Matheus. **O movimento estético e político dos cabelos crespos e cacheados**. 2018. Disponível em: <https://epoca.globo.com/sociedade/noticia/2018/04/o-movimento-estetico-e-politico-dos-cabelos-crespos-e-cacheados.html>. Acesso em: 21 out. 2019.

ROCHA, Max Silva da; SILVA, Maria Margarete de Paiva. A linguística textual e a construção do texto: um estudo sobre os fatores de textualidade. **A Cor das Letras**, Feira de Santana, v. 18, n. 2, p. 26-44, maio-ago. 2017.

SAID ALI, Manuel. **Dificuldades da língua portuguesa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2008.

SANTANA, Ivo de. Relações econômicas Brasil-África: a Câmara de Comércio Afro-Brasileira e a intermediação de negócios no mercado africano. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 517-555, 2003.

SANTOS, Maria Aparecida dos. **A coesão e a coerência na reescrita de textos elaborados aos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

SELLA, Aparecida Feola. Proposta de análise do funcionamento do E em falas colhidas no interior de Projeto acerca de crenças e atitudes linguísticas. *In: FIGUEIREDO, Débora de Carvalho et al. (Orgs.). Sociedade, cognição e linguagem*: apresentações do IX Celsul. Florianópolis: Insular, 2012.

SCHIFFRIN, Deborah. **Discourse markers**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1987.

VOGT, Carlos. **O intervalo semântico**. São Paulo: Ática, 1977.

ANEXO 1: CAPÍTULO O MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL (MNU)

Carlos etc. As discussões se dariam em torno de uma questão fundamental: a criação de um movimento negro de caráter nacional. E foi assim que começaram a ser lançadas as bases do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, o MNU. Sua criação efetiva, que se daria em junho de 78 em São Paulo, como veremos em seguida, resultou de todo um trabalho dos setores mais conseqüentes das entidades cariocas e paulistas, empenhados numa luta política comum. Vale dizer que a fundação do MNU não contou com a participação de nenhuma grande personalidade, mas resultou do esforço de uma negrada anônima, dessas novas lideranças forjadas sob o regime ditatorial militar.

O Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU)

Vejamos, através de seu primeiro documento, como se deu a criação do então denominado Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial. Trata-se da carta convocatória para o ato público contra o racismo:

Nós, Entidades Negras, reunidas no Centro de Cultura e Arte Negra no dia 18 de junho, resolvemos criar um Movimento no sentido de defender a Comunidade Afro-Brasileira contra a secular exploração racial e desrespeito humano a que a Comunidade é submetida.

Não podemos mais calar. A discriminação racial é um fato marcante na sociedade brasileira, que barra o desenvolvimento da Comunidade Afro-Brasileira, destrói a alma do homem negro e sua capacidade de realização como ser humano.

O Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial foi criado para que os direitos dos homens negros sejam respeitados. Como primeira atividade, este Movimento realizará um Ato Público contra o Racismo, no dia 7 de julho às 18,30 horas, no Viaduto do Chá. Seu objetivo será protestar contra os últimos acontecimentos discriminatórios contra negros, amplamente divulgados pela Imprensa.

No dia 28 de abril, numa delegacia de Guai-nazes, mais um negro foi morto por causa das torturas policiais. Este negro era Robson Silveira da Luz, trabalhador, casado e pai de filhos. No Clube

de Regatas Tietê, quatro garotos foram barrados do time infantil de voleibol pelo fato de serem negros. O diretor do Clube deu entrevistas nas quais afirma as suas atitudes racistas, tal a confiança de que não será punido por seu ato.

Nós também sabemos que os processos desses casos não darão em nada. Como todos os outros casos de discriminação racial, serão apenas mais dois processos abafados e arquivados pelas autoridades deste país, embora um dos casos tenha a agravante da tortura e conseqüente morte de um cidadão.

Mas o Ato Público Contra o Racismo marcará fundo nosso repúdio e convidamos a todos os setores democráticos que lutam contra o desrespeito e as injustiças aos direitos humanos, a engrossarem fileiras com a Comunidade Afro-Brasileira nesse ato contra o racismo.

Fazemos um convite especial a todas as entidades negras do país, a ampliarem nosso movimento. As entidades negras devem desempenhar o seu papel histórico em defesa da Comunidade Afro-Brasileira; e, lembramos, quem silencia consente.

Não podemos mais aceitar as condições em que vive o homem negro, sendo discriminado da vida social do país, vivendo no desemprego, subemprego e nas favelas. Não podemos mais consentir que o negro sofra as perseguições constantes da polícia, sem dar uma resposta.

**TODOS AO ATO PÚBLICO CONTRA O
RACISMO
CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL
CONTRA A OPRESSÃO POLICIAL
PELO FORTALECIMENTO E UNIÃO DAS ENTI-
DADES AFRO-BRASILEIRAS**

Assinavam o documento os seguintes grupos e associações: Câmara de Comércio Afro-Brasileira,

Centro de Arte e Cultura Negra, Associação Recreativa Brasil Jovem, Afrolatino América, Associação Casa de Arte e Cultura Afro-Brasileira, Associação Cristã Beneficente do Brasil, Jornegro, Jornal Abertura, Jornal Capoeira, Company Soul, Zimbabwe Soul. Nas reuniões seguintes, a primeira se retirou e a segunda começou a se atemorizar com a repressão. De qualquer modo, um grupo de membros do CECAN organizou-se como o Centro de Luta Decisão e levou adiante a idéia de realização do Ato Público. Formou-se, então uma comissão que organizaria a manifestação. Ao chegar a ocasião do Ato Público, eram as seguintes as entidades e grupos: Afrolatino América, Decisão, Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas, Brasil Jovem, Capoeira, Atletas Negros e ACBB.

Contatos foram estabelecidos com o Rio de Janeiro. Um dos atletas negros do Tietê veio ao nosso encontro para informar sobre os acontecimentos; cabia-nos, agora, mobilizar as entidades negras cariocas. Abdias do Nascimento, que chegara ao Rio alguns dias antes, proveniente dos Estados Unidos, topou logo participar do processo. E não dá para esquecer aquela tarde ensolarada em que a gente se mandou pra Coelho Neto, pra levar um papo com Candeia sobre a participação da Quilombo no Ato Público. Papo vai, papo vem, ele nos presenteou com o folheto do enredo para o próximo carnaval: Noventa Anos de Abolição. Fora escrito por ele, Candeia, "baseado nas publicações de Edson Carneiro, Lélia Gonzalez, Nina Rodrigues, Arthur Ramos (...), Alípio Goulart"...

Surpresa e emocionada, disse-lhe que ainda não tinha um trabalho publicado digno de ter meu nome ao lado daqueles "cobras" (afinal, um artiguinho aqui, outro acolá, e de tempos em tempos, não significava nada). Ele retrucou, dizendo que sabia muito bem do trabalho que eu vinha realizando "por aí" e que isso era tão importante quanto os livros dos "cobras". E foi aí, então, que me incumbiu de representar a Quilombo no Ato Público: "Não importa o que você diga, que eu assino embaixo". Pela primeira vez, para mim, alguém me fazia refletir sobre a responsabilidade que se tem quando se começa um trabalho "por aí"... A 16 de novembro daquele ano, Candeia trocou a sua situação de companheiro de lutas pela de ancestral (ou seja, faleceu, segundo a expressão tradicional). E os já então companheiros da Quilombo me indicaram para resumir e discutir com os membros da Ala dos Compositores o enredo que ele escrevera. Nei Lopes e Wilson Moreira (essas duas "feras") tiveram o seu samba-enredo escolhido como o melhor, dentre outros muito bons. E num trecho do samba, eles dizem: "E os quilombolas de hoje em dia/São *candeia* que nos alumia"...

Além da Quilombo, o Renascença Clube, o Núcleo Negro Socialista, o Centro de Estudos Brasil-África (CEBA) e o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN) foram as associações cariocas que apoiaram o novo movimento e assinaram uma nota conjunta de solidariedade que foi remetida para São Paulo. Enquanto isso, naquela cidade, como vimos, ocorriam as primeiras defecções, determinadas pelo velho temor da repressão e pelo não menos

velho temor do comprometimento. Argumentava-se que um ato público era algo de muito sério e, no caso, até mesmo temerário. Felizmente a lucidez e a firmeza dos mais decididos não se abateu diante de tais receios.

Cabe aqui uma referência quanto a uma constatação de caráter pessoal. Na verdade, a oportunidade de poder ter participado de um evento muito importante, a nosso ver, para a consolidação daquele movimento que viria a surgir em São Paulo. A convite do Departamento Cultural da Prefeitura de Salvador, dirigi-me para aquela cidade, na primeira semana de maio, para dar um curso cujo título era: "Noventa anos de abolição: uma reflexão crítica". O entusiasmo dos debates com aquele público eminentemente negro e jovem, deu-me a dimensão do que estava ocorrendo com a moçada negra em diferentes pontos do país. Representantes do Grupo Malê, do Centro de Estudos Afro-Brasileiros, assim como de blocos e afoxés de Salvador lá estavam discutindo e reivindicando, denunciando e se posicionando contra o racismo. Chegamos a um ponto que tive que adiar a viagem de retorno ao Rio para que pudéssemos melhor aprofundar as discussões. O resultado desse encontro foi a criação de um novo grupo, constituído por membros dos anteriormente citados, assim como pelos que a eles não pertenciam. Mas por que um novo grupo, se já existiam outros? A novidade dele estava no fato de articular de maneira explicitamente política a questão racial. O Grupo Nêgo viria a ser a base a partir da qual o futuro MNUCDR se estenderia a Salvador.

Por aí a gente constata que o 7 de julho é um marco histórico muito importante para nós, na medida em que se constituiu em ponto de convergência para a manifestação, em praça pública, de todo um clima de contestação às práticas racistas, assim como da determinação de levar adiante a organização política dos negros. Ora, esse clima e essa determinação já haviam pintado em diferentes pontos do país, como já dissemos. Faltava esse 7 de julho, garantia simbólica de um movimento negro de caráter nacional.

... E estávamos todos lá, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo. Muita atividade (distribuição da carta aberta à população, colocação de cartazes, faixas etc.), muita alegria, muita emoção. As moções de apoio chegavam e eram lidas com voz forte e segura. A multidão aplaudia. Como aplaudia os discursos que se sucediam. Graças às mensagens de solidariedade de grupos, organizações, entidades negras e brancas, de São Paulo e do Brasil; graças às falações que iam fundo em suas denúncias; graças àquela multidão ali presente (cerca de duas mil pessoas), negra na maioria (mas muitos brancos também); graças a todo um espírito de luta pluri-secular de um povo, a emoção tomava conta da gente, causando uma espécie de vertigem. E um sentimento fundo tomou conta de cada um, quando ouvimos a leitura, a duas mil vezes, da Carta Aberta à População que assim dizia:

Contra o Racismo

Hoje estamos na rua numa campanha de denúncia!

Campanha contra a discriminação racial, contra a opressão policial, contra o desemprego, o subemprego e a marginalização. Estamos nas ruas para denunciar as péssimas condições de vida da Comunidade Negra.

Hoje é um dia histórico. Um novo dia começa a surgir para o negro!

Estamos saindo das salas de reuniões, das salas de conferências e estamos indo para as ruas. Um novo passo foi dado na luta contra o racismo.

Os racistas do Clube de Regatas Tietê que se cubram, pois exigiremos justiça. Os assassinos de negros que se cuidem, pois a eles também exigiremos justiça!

O MOVIMENTO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL foi criado para ser um instrumento de luta da Comunidade Negra. Este movimento deve ter como princípio básico o trabalho de denúncia permanente de todo ato de discriminação racial, a constante organização da Comunidade para enfrentarmos todo e qualquer tipo de racismo.

Todos nós sabemos o prejuízo social que causa o racismo. Quando uma pessoa não gosta de um negro é lamentável, mas quando toda uma sociedade assume atitudes racistas frente a um povo inteiro, ou se nega a enfrentar, aí então o resultado é trágico para nós negros:

Pais de família desempregados, filhos desamparados, sem assistência médica, sem condições de proteção familiar, sem escolas e sem futuro. E é este racismo coletivo, este racismo institucionalizado que dá origem a todo tipo de violência contra um povo inteiro. É este racismo institucionalizado que dá segurança para a prática de atos racistas como os que ocorreram no Clube Tietê, como o ato de violência policial que se abateu sobre Robson Silveira da Luz, no 44.º Distrito Policial de Guaianazes, onde este negro, trabalhador, pai de família, foi torturado até

à morte. No dia 1.º de julho, Nilton Lourenço, mais um negro operário, foi assassinado por um policial no bairro da Lapa, revoltando toda a comunidade e o povo em geral.

Casos como estes são rotina em nosso país que se diz democrático.

E tais acontecimentos deixam mais evidente e reforçam a justiça de nossa luta, nossa necessidade de mobilização.

É necessário buscar formas de organização. É preciso garantir que este movimento seja um forte instrumento de luta permanente da comunidade, onde todos participem de verdade, definindo os caminhos do movimento. Por isso chamamos todos a engrossarem o MOVIMENTO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL.

Portanto, propomos a criação de CENTROS DE LUTA DO MOVIMENTO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL, nos bairros, nas vilas, nas prisões, nos terreiros de candomblé, nos terreiros de umbanda, nos locais de trabalho, nas escolas de samba, nas igrejas, em todo o lugar onde o negro vive: CENTROS DE LUTA que promovam o debate, a informação, a conscientização e organização da comunidade negra, tornando-nos um movimento forte, ativo e combatente, levando o negro a participar em todos os setores da sociedade brasileira.

Convidamos os setores democráticos da sociedade (para) que nos apoiem, criando condições necessárias para criar uma verdadeira democracia racial.

**CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL
CONTRA A OPRESSÃO POLICIAL
PELA AMPLIAÇÃO DO MOVIMENTO
POR UMA AUTÊNTICA DEMOCRACIA RACIAL**

Pessoalmente, não poderei esquecer a imagem daquele velho homem negro, que mal podia ler em

voz alta o documento acima reproduzido. As lágrimas o impediam de fazê-lo. Marcou-me fundo o seu gesto de enxugá-las na manga do paletó, passando o braço nos olhos...

Dia seguinte, os jornais noticiavam em manchetes de primeira página. E estávamos no nonagésimo ano após a chamada abolição da escravatura.

Retornamos ao Rio, após a assembléia de avaliação do Ato Público. Reunimo-nos, então, para discutir as propostas que levaríamos para a assembléia que se realizaria no dia 23 de julho na capital paulista. Dentre as propostas que levamos, destaco uma: a que propunha o acréscimo do significante *negro* ao nome do movimento. Daquela data em diante, passamos a ser o MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL. Nessa mesma assembléia interestadual (SP e RJ), reunida nas dependências da ACBB, continuaram a pintar as divergências; os setores mais conservadores não deixavam de demonstrar seus receios em face das propostas mais avançadas dos setores progressistas do movimento. Desnecessário dizer que eles começaram a se afastar do projeto com que nos havíamos comprometido. Após calorosas discussões, foi eleita uma Comissão Provisória que se encarregaria de elaborar o ante-projeto dos documentos básicos do MNUCDR: Carta de Princípios, Estatuto e Programa de Ação.

Dias depois, seguíamos para Salvador, Abdias e eu, a fim de colocarmos os irmãos daquela cidade a par dos acontecimentos (também eles haviam enviado sua moção de apoio ao Ato de 7 de julho).

Sua adesão foi imediata, assim como seu compromisso de comparecimento à Assembléia Nacional a ser realizada no Rio de Janeiro. Lá pelos fins de agosto, um grupo de intelectuais negros do Rio e de São Paulo seguiu para Belo Horizonte, a fim de participar da II Semana de Estudos Afro-Brasileiros, organizada pelo Instituto de História e Arte de Minas Gerais. Todos, à exceção de um, pertenciam ao MNUCDR e, dentre estes, dois eram membros da Comissão Provisória. Ao regressarmos, já tínhamos conseguido a adesão de um casal negro, que se encarregou de criar e organizar o movimento naquela cidade. Minas Gerais também se comprometia a comparecer à Assembléia no Rio.

Esta última foi realizada nos dias 9, 10 e 11 de setembro, nas dependências do IPCN. Presentes, as delegações de São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, além dos cariocas e fluminenses. Eram cerca de trezentas pessoas que ali estavam para discutir e votar não só os documentos básicos do movimento, mas também eleger a Comissão Executiva Nacional e caracterizar a posição do MNUCDR em face das eleições de 15 de novembro.

As discussões foram prolongadas e cansativas, uma vez que posições diferentes insistiam em defender seus pontos de vista com todas as forças. O grupo fluminense, que já a 23 de julho ameaçara se afastar, retirou-se praticamente nos primeiros momentos em que se iniciavam os trabalhos. Passamos todo o sábado discutindo e votando o estatuto. No domingo, foi a vez da carta de princípios e do programa de ação. O acirramento foi de tal ordem que quase o pau quebrou. Um dos grupos cujas

propostas vinham sendo derrotadas, retirou-se sob protesto, dado o esquentamento dos ânimos. Mesmo assim, as discussões continuaram no maior entusiasmo. Lá pelas tantas, eram evidentes os sinais de cansaço, resultantes de tanta empolgação, de tanta entrega. Era bonito de ver aquela negada tão cheia de vida, tão ardorosa, mesmo que discordante, empenhando-se inteira naquela assembléia. E o lance mais incrível se deu quando o sono começou a ameaçar o andamento dos trabalhos. Já era alta madrugada de segunda-feira; estávamos todos exaustos, exauridos, mas com uma determinação que teimava em transcender tudo isso. E era um tal de nêgo cochilando aqui, outro acolá, outro mais adiante, todos insistindo em permanecer no plenário (ainda hoje, quando a gente papeando se recorda da cena, a gente se acaba de rir).

De qualquer modo, o importante foi que se conseguiu fechar a pauta. Os documentos básicos foram votados, a Comissão Executiva Nacional foi eleita (os Centros de Luta dos respectivos estados escolheram seus representantes, à exceção dos companheiros do Espírito Santo que deixaram para fazê-lo mais tarde) e se decidiu o posicionamento que teríamos diante das eleições, mediante a noção de *voto racial*. Este último significava o estabelecimento de uma plataforma das exigências da comunidade negra, primeiramente apresentada aos candidatos negros e, caso não a encampassem (o que acabou ocorrendo), aos candidatos progressistas da oposição, em seguida, para que a divulgassem durante a campanha e buscassem efetivá-la durante o mandato. Estes últimos cumpriram ou tentaram cumprir a

primeira parte, nada fizeram com relação à segunda, exceto alguns belos discursos (o que a gente já previa).

Vale recordar aqui um fato muito interessante, que nos remete à *ideologia do branqueamento*. Como se sabe, ela consiste no fato de os aparelhos ideológicos (família, escola, igreja, meios de comunicação etc.) veicularem valores que, juntamente com o mito da democracia racial, apontam para uma suposta superioridade racial e cultural branca. Vale notar que é justamente por aí, por essa articulação entre o mito e a ideologia, que se deve entender o caráter disfarçado do racismo à brasileira. Daí se segue que pessoas negras (pretas ou mulatas, porque dá no mesmo) internalizam tais valores e passam a se negar enquanto tais, de maneira mais ou menos consciente (o mesmo acontecendo com as pessoas "brancas", isto é, aquelas cujos traços revelam uma ascendência negra, mas que são *vistas* como brancas; Abdias do Nascimento as chama de "brancóides"). Em suma, elas sentem vergonha de sua condição racial e passam a desenvolver mecanismos de ocultamento de sua "inferioridade". Esses mecanismos recobrem um amplo quadro de racionalização que vão desde um efetivo racismo às avessas (negros ou "brancóides" que, por palavras e atos, "não gostam de preto") até à atitude "democrática" que nega a questão racial, diluindo-a mecanicamente na luta de classes (por aí se vê como certas posições de esquerda nada mais fazem do que reproduzir o mito da democracia racial, criado pelo liberalismo paternalista que elas dizem combater). De acordo com nossa companheira de MNU, Neusa Santos Souza, em

seu importante trabalho sobre o drama de ser negro no Brasil, tais mecanismos de ocultamento e negação são devidos ao fato de, em termos psicanalíticos, o branco ser vivenciado como ideal do ego. De nossa parte, de acordo com as pesquisas do Cheikh Anta Diop, e também numa perspectiva psicanalítica, a universal "fobia de negro" remeteria justamente para o contrário. Mas isso é assunto para um outro papo, posto que a reprodução da ideologia do branqueamento é um fato concreto que só confirma o que a Neusa diz. Isto feito, aqui vai o nosso relato.

Fui designada pelos companheiros de movimento para levar nossa plataforma política a um famoso e respeitado candidato da oposição, que é negro. Na sala de espera de seu escritório, fui abordada por uma jovem recepcionista, "morena queimadinha", que foi logo me dizendo: "Escuta aqui, minha filha; se você veio aqui pra pedir emprego ao Dr. (...), nem adianta, porque ele não vai te receber." Por aí se vê que, de acordo com sua bela cabecinha, uma crioula querendo falar com o candidato, só podia ser para pedir emprego... Após uma verdadeira odisséia, consegui ser levada à presença do Dr. (...), que leu atentamente o documento que lhe entreguei. Após isso, me disse solidariamente: "Mas é claro que eu apoio todas essas reivindicações porque, afinal de contas, o problema *de vocês* é muito sério." Ao que eu lhe retruquei: "De fato, Dr. (...), muito mais sério do que a gente pensava até *aqui e agora*." Pois é... Desnecessário dizer que nem durante sua campanha foi levantada a questão do ne-

gro. (Neusa, você tem carradas de razão, pode crer.)

Uma nova Assembléia Nacional foi marcada para o dia 4 de novembro em Salvador. Vejamos o depoimento de um companheiro:

“A reunião do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial fere a Lei Afonso Arinos”. Esta a desculpa apresentada pelo presidente da Associação dos Funcionários Públicos da Bahia ao desistir de ceder a sede de “sua” entidade para a realização da II Assembléia Nacional do Movimento Negro Unificado, na cidade de Salvador, na Bahia. Durante a manhã do dia 4 de novembro, vários telefonemas de Brasília determinavam às entidades de estudo das relações raciais, para que não apoiassem a Assembléia, enquanto a Polícia Federal se encarregava de tentar impedir a reunião. E a proibição da reunião por este organismo, foi o argumento utilizado pela responsável pelo Teatro Vila Velha, o local alternativo, determinado pela Coordenação Nacional, organismo dirigente do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial. (...)

Ao chegarmos ao teatro Vila Velha fomos informados de que a polícia federal proibira a Assembléia, pois considerava que sua realização feria a Lei Afonso Arinos. Nós, negros, sempre desconfiamos desta Lei, pois temos certeza que, apesar de ser uma lei que deveria garantir o direito do negro lutar contra o racismo, nunca funcionou contra os racistas. Deveria ser usada contra nós. Foram colocados vários policiais neste teatro e muitas viaturas circulavam ostensivamente nas suas imediações.

Voltamos para o ICBA (Instituto Cultural Brasil Alemanha) e realizamos nossa assembléia, indiferentes às pressões do aparato repressivo, que se fez presen-

te, inclusive, com provocações e agressões às pessoas que orientavam os transeuntes a participarem da Assembléia. Foi um passo importante para o nosso Movimento, pois definimos pontos programáticos, data para a reunião preparatória do Congresso de Culturas Negras das Américas e tiramos um documento Nacional do Dia da Consciência Negra. (Depoimento de Milton Barbosa, do Centro de Luta Decisão, do MNUCDR — Jornal Versus n.º 27.)

Na verdade, ficou estabelecido o *20 de novembro* como o *Dia Nacional da Consciência Negra*. Nos anos seguintes, teríamos os atos públicos, as passeatas e outras formas de manifestação, ocorrendo a nível nacional enquanto expressões de um assentimento: o da Comunidade Negra. Graças ao empenho do MNU, ampliando e aprofundando a proposta do Grupo Palmares, o 20 de novembro transformou-se num ato político de afirmação da história do povo negro, justamente naquilo em que ele demonstrou sua capacidade de organização e de proposta de uma sociedade alternativa; na verdade, Palmares foi o autêntico berço da nacionalidade brasileira, ao se constituir como efetiva democracia racial e Zumbi, o símbolo vivo da luta contra todas as formas de exploração. E hoje, temos aí, constatando a importância da iniciativa do MNU, uma vez que grupos e entidades negras de todo o país se mobilizam em torno dessa data magna. E o treze de maio, cada vez mais, caracteriza-se como data oficial de órgãos governamentais, ou seja, como papo de branco (o que é até coerente, pois, a chamada abolição resolveu os problemas das classes dominantes brancas e não o

nosso). Mas vamos ao texto de 4 de novembro de 1978:

AO POVO BRASILEIRO
MANIFESTO NACIONAL DO
MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO
CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL
A ZUMBI
20 DE NOVEMBRO: DIA NACIONAL DA
CONSCIÊNCIA NEGRA

Nós, negros brasileiros, orgulhosos por descendermos de ZUMBI, líder da República Negra de Palmares, que existiu no Estado de Alagoas, de 1595 a 1695, desafiando o domínio português e até holandês, nos reunimos hoje, após 283 anos, para declarar a todo povo brasileiro nossa verdadeira e efetiva data: 20 de novembro, DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA!

Dia da morte do grande líder negro nacional, ZUMBI, responsável pela PRIMEIRA E ÚNICA tentativa brasileira de estabelecer uma sociedade democrática, ou seja, livre, e em que todos — negros, índios, brancos — realizaram um grande avanço político e social. Tentativa esta que sempre esteve presente em todos os quilombos.

Hoje estamos unidos numa luta de reconstrução da sociedade brasileira, apontando para uma nova ordem, onde haja a participação *real* e *justa* do negro, uma vez que somos os *mais oprimidos dos oprimidos*; não só aqui, mas em todos os lugares onde vivemos. Por isto, negamos o treze de maio de 1888, dia da abolição da escravatura, como um dia de libertação. Por quê? Porque nesse dia foi assinada uma lei que apenas ficou no papel, encobrindo uma situação de dominação sob a qual até hoje o negro se encontra:

JOGADO NAS FAVELAS, CORTIÇOS, ALAGADOS E INVASÕES, EMPURRADO PARA A MARGINALIDADE, A PROSTITUIÇÃO, A MENDICÂNCIA, OS PRESÍDIOS, O DESEMPREGO E O SUBEMPREGO tendo sobre si, ainda, o peso desumano da VIOLENCIA E REPRESSÃO POLICIAL. Por isto, mantendo o espírito de luta dos quilombos, GRITAMOS contra a situação de *exploração* a que estamos submetidos, lutando contra o RACISMO e toda e qualquer forma de OPRESSÃO existente na sociedade brasileira, e pela MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO da Comunidade, visando uma REAL emancipação política, econômica, social e cultural. Desde o dia 18 de junho somos o MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL, movimento que se propõe a ser um canal das reivindicações do negro brasileiro e que tem suas bases nos CENTROS DE LUTA, formados onde quer que o negro se faça presente. É preciso que o MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL se torne forte, ativo e combatente; mas, para isso é necessária a participação de todos, afirmando o 20 de novembro como o DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA.
PELO DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA
PELA AMPLIAÇÃO DO MNUCDR
POR UMA VERDADEIRA DEMOCRACIA RACIAL
PELA LIBERTAÇÃO DO POVO NEGRO

Em setembro de 1979, realizar-se-ia um Encontro Nacional em Belo Horizonte visando um balanço crítico de nossas atividades, assim como a preparação do I Congresso do MNUCDR, marcado para os dias 14, 15 e 16 de dezembro no Rio de Janeiro.

As atividades do MNU em seu primeiro ano de existência se deram nos mais diferentes níveis. Desde a denúncia dos casos de violência policial (que nos levou a defender a tese, junto ao Comitê Brasileiro pela Anistia, em seus dois congressos de 1978 e 1979, de que o negro brasileiro também é prisioneiro político, na medida em que é colocado sob suspeita e preso pelo simples fato de ser negro), passando pelas manifestações em praça pública (enterro da Lei Afonso Arinos, em São Paulo; realização de atos públicos e passeatas, por ocasião do 20 de novembro, em diferentes capitais do país, etc.), ao trabalho iniciado junto à comunidade negra. Seu trabalho de denúncia do racismo e da violência policial acabou por sensibilizar determinados setores da sociedade, tanto num sentido positivo quanto negativo.

No primeiro caso, vale notar, por exemplo, a descoberta divulgada pela grande imprensa: a de que o negro comum também é torturado. De acordo com a reportagem de um grande semanário, a opinião pública brasileira só passou a tomar conhecimento da existência da tortura a partir do momento em que a repressão passou a praticá-la nos jovens de classe média que se opuseram ao regime. Um belo dia, o cardeal do Rio de Janeiro, foi fazer sua visita anual ao presídio, quando os presos (negros em sua maioria, vale lembrar) lhe revelaram a grande novidade. (Se a gente se interessasse mais pelo que se passa efetivamente no cotidiano da grande massa negra, desde a escravidão, a gente saberia que tortura sempre existiu em nosso belo país tropical.) Outros exemplos de sensibilização referem-se à divul-

gação dos assaltantes do adolescente Ailton, da menina Márcia, de Aézio, todos eles negros anônimos e pobres, vítimas, como tantos outros, da violência policial. E quando eclodiu o internacionalmente famoso "caso Marli", o apoio recebido sobretudo pelo movimento de mulheres foi um dos efeitos das denúncias efetuadas pelo MNUCDR desde 1978. (Robson da Luz e os atletas-mirins do Tietê...)

Quanto aos aspectos negativos, deixando de lado o já tradicional "racismo às avessas" de que somos acusados sempre que nós, negros, partimos para a denúncia do racismo e da discriminação, pintaram outras acusações como as de divisionistas, revanchistas etc. e tal, provenientes de certos setores de esquerda, além daquela de subversão, tão cara ao regime. Mas a gente continuou a nossa luta. E hoje, 1981, é interessante observar que, apesar dos pesares, engrossaram as fileiras dos que estão interessados na "questão negra". O que não deixa de ser um avanço...

Com esse tipo de perspectiva com relação ao racismo, nosso trabalho de denúncia da situação do negro brasileiro também tem se dado a nível internacional, secundando aquele iniciado por Abdias do Nascimento a partir de 68. Assim é que participamos de:

- a) Congressos — como o II Congresso das Culturas Negras das Américas, realizado no Panamá em 1980;
- b) Seminários — "Democracia para o Brasil", Nova Iorque, 1979; "A Mulher sob o Apartheid" (promovidos pela ONU), no Canadá e na Finlândia, em 1980 (dos quais fui vice-presidente); "Si-

tuação Política, Econômica e Social do Brasil”, Itália, 1981;

- c) Simpósios — “Economia e Política do Mundo Negro”, Los Angeles, 1979; “Raça e Classe no Brasil”, Los Angeles, 1980;
- d) Encontros — IV Encontro da Associação de Estudos Latinoamericanos, Pittsburgh, 1979; Encontro Preparatório da Conferência da Década da Mulher, Suíça, 1980; II Encontro da Associação de Estudos da Herança Africana, Pittsburgh, 1979;
- e) Conferência — “Os Direitos Humanos e a Missão da Mulher” (promovida pelo Conselho Mundial das Igrejas), Veneza, 1979; Conferência Alternativa da Década da Mulher, Copenhague, 1980; Sanções contra a África do Sul (promovida pela ONU), Paris, 1981;
- f) Palestras (Estados Unidos, Europa e África: Senegal, Alto Volta e Mali), entrevistas (imprensa falada, escrita e televisada dos três continentes citados), participação em manifestações (Dia da Libertação Africana, 25 de abril; vale ressaltar que o Dia Nacional da Consciência Negra, o nosso 20 de novembro, foi comemorado em Londres, em 1980) etc.

O I Congresso do MNU significou um grande passo em termos de luta política do negro. Reunindo delegados do Rio, São Paulo, Bahia, Minas e Rio Grande do Sul, avançou uma série de questões que seriam posteriormente confirmadas. Ao analisar a conjuntura nacional, os congressistas avaliaram corretamente a questão da violência: na medida em que a “abertura” se fazia, e com ela a aproximação da

crise econômica, haveria uma espécie de deslocamento das atenções. A *segurança* social ocuparia o primeiro lugar das preocupações do governo, colocando num segundo plano, aparentemente a *segurança nacional*. Os projetos de diminuição da idade com relação à responsabilidade criminal (18 para 16 anos) e da prisão cautelar, apontavam para a principal vítima do sistema: a população negra, para variar. Os linchamentos já se sucediam e a pena de morte já era vista como “natural” pelos vários setores da classe média (duramente atingida pelo “pacote de dezembro”, ponto de partida para o seu empobrecimento progressivo). Diante de tal quadro, os congressistas votaram a execução das seguintes campanhas articuladas: MAIS EMPREGOS PARA OS NEGROS e a campanha CONTRA A VIOLÊNCIA POLICIAL. O desdobramento desta última, no momento que as bombas tavam aí, explodindo pelo país, levou nossos companheiros de Minas a caracterizarem o fato de que a população negra é objeto de um *terror cotidiano*.

Também nós, mulheres negras, além da denúncia do branqueamento do homem negro, em termos de casamento, discutimos os problemas relativos à educação de nossas crianças, controle da natalidade, assim como nossa participação no processo de libertação do povo negro e na luta contra o racismo. Analisamos também a situação da mulher negra enquanto empregada doméstica no quadro da reprodução do racismo (inclusive por parte de muitas militantes brancas do movimento de mulheres).

Quanto à questão da cultura negra, sérias críticas foram dirigidas ao processo de comercialização

e folclorização que ela tem sofrido por parte das secretarias e agências de turismo. Conscientes da impossibilidade de deter a invasão capitalista, reivindicou-se a profissionalização dos produtores de cultura popular. Era a consciência de que sobretudo as entidades negras de massa haviam se transformado em empresas; conseqüentemente, por que não pagar salários para assistentes, bateristas, compositores e outros membros natos das escolas de samba?

Com relação à estrutura do movimento, o Programa de Ação foi devidamente ampliado e aprofundado. E como a luta prioritária do movimento é *contra a discriminação racial*, seu nome foi simplificado para (o que já se fazia na prática): MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (MNU).

A guisa de conclusão deste depoimento, não podemos deixar de ressaltar que o advento do MNU consistiu no mais importante salto qualitativo nas lutas da comunidade negra brasileira, na década de setenta. Vale notar que as entidades culturais que, de um modo ou de outro, se distanciaram do MNU (por discordarem de sua proposta ou por falta de clareza política), foram obrigadas a se posicionarem de maneira mais incisiva; justamente porque o MNU conquistou espaços políticos que exigiram esse avanço por parte delas. Hoje não dá mais pra sustentar posições culturalistas, intelectualistas, coisas que tais, e divorciadas da realidade vivida pelas massas negras. Sendo contra ou a favor, não dá mais pra ignorar essa questão concreta, colocada pelo MNU: a articulação entre *raça e classe*. Por outro lado, o advento do MNU e a difusão de sua proposta política, objetivada em seu Programa de Ação e em sua

Carta de Princípios, inspirou a criação de diversas entidades e grupos negros em vários pontos do país. Finalizemos, então, com o texto de nossa Carta de Princípios:

NÓS, membros da população negra brasileira — entendendo como negro todo aquele que possui na cor da pele, no rosto ou nos cabelos, sinais característicos dessa raça —, reunidos em Assembléia Nacional, CONVENCIDOS da existência de:

- discriminação racial
 - marginalização racial, política, econômica, social e cultural do povo negro
 - péssimas condições de vida
 - desemprego
 - subemprego
 - discriminação na admissão de empregos e perseguição racial no trabalho
 - condições sub-humanas de vida dos presidiários
 - permanente repressão, perseguição e violência policial
 - exploração sexual, econômica e social da mulher negra
 - abandono e mal tratamento dos menores, negros em sua maioria
 - colonização, descaracterização, esmagamento e comercialização de nossa cultura
 - mito da democracia racial
- RESOLVEMOS juntar nossas forças e lutar por:
- defesa do povo negro em todos os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais através da conquista de:
 - maiores oportunidades de emprego
 - melhor assistência à saúde, à educação e à habitação
 - reavaliação do papel do negro na História do Brasil

- valorização da cultura negra e combate sistemático à sua comercialização, folclorização e distorção
- extinção de todas as formas de perseguição, exploração, repressão e violência a que somos submetidos
- liberdade de organização e de expressão do povo negro

E CONSIDERANDO ENFIM QUE:

- nossa luta de libertação deve ser somente dirigida por nós
- queremos uma *nova* sociedade onde *todos* realmente participem
- como não estamos isolados do restante da sociedade brasileira

NOS SOLIDARIZAMOS:

- a) com toda e qualquer luta reivindicativa dos setores populares da sociedade brasileira que vise a real conquista de seus direitos políticos, econômicos e sociais;
- b) com a luta internacional contra o racismo.

**POR UMA AUTÊNTICA DEMOCRACIA RACIAL!
PELA LIBERTAÇÃO DO POVO NEGRO!**

Axé...

RAÇA, CLASSE E MOBILIDADE

Carlos Alfredo Hasenbalg